



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

NIELSON POLUCENA LOURENÇO

DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO DO MST À SUA
MATERIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS
PALMARES - MARI/PB

JOÃO PESSOA – PB

2014

NIELSON POLUCENA LOURENÇO

**DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO DO MST À SUA
MATERIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS
PALMARES - MARI/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências de conclusão do Curso de Mestrado em Geografia.

Orientadora: Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira.

JOÃO PESSOA – PB

2014

L892d Lourenço, Nielson Polucena.

Da concepção de cooperação do MST à sua materialização no
assentamento Zumbi dos Palmares – Mari-PB / Nielson Polucena
Lourenço.- João Pessoa, 2014.

119f.

Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Geografia – território. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais
sem Terra MST – cooperação. 3. Assentamento Zumbi dos Palmares
– Mari-PB.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

NIELSON POLUCENA LOURENÇO

**DA CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO DO MST À SUA
MATERIALIZAÇÃO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS
PALMARES - MARI/PB**

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN/UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Banca Examinadora

Profª Dr. Emília de Rodat Fernandes Moreira
Orientadora

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Examinador Interno

Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa
Examinador Externo

Agosto de 2014

Aos camponeses do Assentamento Zumbi dos Palmares.

AGRADECIMENTOS

Esta é uma das etapas mais complicada com que me deparei, pois se eu pudesse descrever toda a minha gratidão àqueles que contribuíram com a minha formação acadêmica, palavras não teriam fim, mas, de qualquer forma, tentarei de forma sucinta e sincera explicar os meus agradecimentos.

Agradeço a Deus, por ser minha fortaleza em todos os momentos difíceis da minha vida, por acreditar em mim nos momentos que duvidei da minha capacidade, por se fazer presente na minha história.

Ao meu pai Ednaldo Cezario Lourenço, a minha mãe Maria das Neves Polucena Lourenço e ao meu irmão Nadson Polucena Lourenço, pelo apoio incondicional nessa trajetória me dando força nos momentos de dificuldades, depositando confiança no meu trabalho, e por fazer parte da minha vida, a vocês meu eterno obrigado.

A Thamires Moura, por ter me acompanhando em toda essa trajetória, me dando força, apoio emocional, por ter suportado os meus momentos de desabafos (haja paciência!), seu apoio foi crucial para que eu terminasse mais essa etapa. Muito obrigado, minha querida.

Ao Dieguismo (Diego Pessoa) e ao Zinholismo (José Dantas), pelos debates geográficos que tivemos na Casa Alta Flat, o apartamento que praticamente se transformou numa universidade (quantos debates, em amigos?). Ao João Irineu, Renata de Lima e a Dayane Silva que também fizeram parte dessas discussões, juntos nós conversamos sobre questões relacionadas à sociedade, suas contradições, etc. Também compartilhamos muitas risadas, nos aborrecemos e festejamos. Enfim, essa parceria rendeu muito.

Aos amigos da turma do PPGG - 2012.1 - Flávia Silva, Rosimary Caldas, José Edvaldo, Guibson Junior, Pamela Steves, Glauciene Justino, Marina Teixeira, Otávia Carla, Emmy Lira, Enver José, João Cesar, João Paulo, Jonathas Eduardo, Ivanildo Costa, Wilma Lucena e Deusia Angelo, pelos intensos debates nas aulas, nos corredores da Geografia, e até mesmo no Perú (fomos longe, em!). Juntos nós compartilhamos muitos momentos de alegrias e de angustias, todos eles ficarão marcados em minha memória. Cabe aqui um agradecimento especial a minha amiga Verônica Gomes, pelo apoio moral nos momentos de dificuldades, pelas críticas e sugestões a minha pesquisa, muito obrigado mesmo, você contribuiu muito nesse processo.

À minha grande amiga Jocéia Gouveia, estamos juntos desde o período de graduação, passamos por muitas dificuldades, muitas turbulências, mas, também vivemos muitos momentos de alegria e descontração. Debates, crescemos intelectualmente, tudo isso interferiu para que chegássemos até aqui, que essa seja só mais uma etapa de muitas que ainda concluiremos, muito obrigado.

Aos integrantes do Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), Elton Oliveira, Pablo Melquisedeque, Noemi Paes Freire, Lidianne Candido, Michel Tolentino, Áurea Régia, Denize Ferreira, Raísa Maria, Rayssa Lisboa e Silvana Correia, por terem compartilhado seus conhecimentos, tirando minhas dúvidas e me ajudando na minha formação acadêmica.

Agradeço, imensamente, à minha orientadora, conselheira, amiga, mãe intelectual, Emília Moreira, que me guiou nos meus primeiros trabalhos acadêmicos, aceitou me orientar nessa pesquisa depositando confiança no meu trabalho, foi paciente comigo nos momentos difíceis, se privando até dos seus próprios compromissos para me ajudar, fez críticas construtivas que me fizeram crescer ainda mais. Hoje tenho a convicção que sou um cidadão comprometido com os excluídos, ou melhor, com aqueles incluídos perversamente na lógica desse sistema que rege a sociedade, por sua causa, você me ensinou a ser uma pessoa melhor, meu eterno obrigado.

À CAPES pela concessão da bolsa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, por todo o apoio oferecido ao longo dessa caminhada.

Aos Professores do PPGG, especificamente, a Marco Mitidiero, Maria Franco, Antônio Carlos e Anieres Barbosa por terem contribuído para construção do nosso conhecimento, com propostas de aulas, verdadeiramente, participativas e que foram permeadas de intensos debates, e também por apontarem as ferramentas teórico-metodológicas a seguir no caminho da pesquisa.

Ao Professor Edvaldo Carlos de Lima, por ter participado da minha banca de qualificação, apontando suas críticas e sugestões que contribuíram muito no andamento da pesquisa.

Aos professores que compõem a banca, Ivan Targino e José Jonas Duarte, por terem aceitado avaliar esta dissertação, e contribuírem com sugestões e críticas para as próximas pesquisas.

Ao Zé Carlos pela contribuição na elaboração dos mapas, às minhas grandes amigas Maria Leandro pela tradução do resumo e a Laís Cavalcanti pelas correções textuais.

Aos camponeses assentados do Zumbi dos Palmares, por me receberem em suas casas, compartilharem seus anseios, seus sonhos, suas tristezas e suas alegrias, pelos relatos dos momentos de dificuldades vívidos no período de luta pela terra e pela árdua luta para permanecerem na terra. Ofereço um abraço especial para Washington, por ter oferecido seu lar para que eu ficasse todos os dias em que precisei pesquisar.

Enfim, àqueles que contribuíram de forma direta e indireta na minha formação acadêmica, sou eternamente grato a todos vocês.

“Madre Terra, nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Sou Sem Terra, sou guerreiro
Com a missão de semear
A Terra, Terra,
Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
A Terra...”
(Pedro Munhoz.)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar, com base na concepção de cooperação do MST, como se dá sua materialização no Assentamento Zumbi dos Palmares. Ela visa entender a importância da cooperação para a organização da produção e do trabalho no referido assentamento, bem como os fatores responsáveis pelos conflitos e contradições estabelecidos durante sua materialização, sem perder de vista a percepção do assentamento enquanto fração do território conquistado pelo campesinato. O Assentamento Zumbi dos Palmares, área objeto de investigação, está localizado no município de Mari-PB, situado na microrregião de Sapé. Escolhemos este assentamento pelo fato de nele serem desenvolvidas práticas de cooperação dentro dos princípios que norteiam a concepção de cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Para levar a efeito o estudo, tomamos o território como categoria de análise a partir da concepção de Raffestin (1993) quando afirma que o território é uma fração do espaço produzido através do trabalho e marcado por relações de poder, é um “local de relações”. Nessas relações estão intrínsecos o poder, a apropriação, a dominação e o conflito, elementos que encontramos no processo de luta pela terra e pela permanência nela. Do ponto de vista da metodologia de pesquisa utilizamos uma série de procedimentos e técnicas, tais como: levantamento bibliográfico; levantamento documental; levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. No decorrer da pesquisa, constatamos que no assentamento Zumbi dos Palmares a ocorrência das práticas de cooperação mediadas pelo MST durante o período de luta pela terra proporcionou uma maior ligação entre os sujeitos envolvidos na luta. O exercício do mutirão, considerada pelo movimento como uma forma de cooperação simples, e também a união entre eles para se defenderem das investidas dos latifundiários, fortaleceu ainda mais a resistência dos camponeses na terra. Vale ressaltar que também houve conflitos internos durante o acampamento, entretanto, o que prevaleceu foi a consolidação de pertencimento ao grupo pelos camponeses. Contraditoriamente, após a conquista da terra a imposição desse modelo de cooperação estruturado na Cooperativa vem sofrendo resistência dos assentados. As razões disso estão relacionadas ao caráter político que o MST tem com essas práticas, no qual desconsidera os aspectos socioculturais dos camponeses recusando o seu modelo de organização da produção que é baseado na tríade terra, trabalho e família por considera-lo irracional e individualista e a forma de gestão da cooperativa excludente e pouco transparente tal qual foi realizada inicialmente no Assentamento.

Palavras-chave: Território, Cooperação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo principal analizar, con base en la concepción y cooperación del MST, como se desarrolla la materialización del Assentamento Zumbi dos Palmares. El trabajo visa entender la importancia de la cooperación para la organización de la producción y del trabajo en el referido asentamiento, bien como los factores responsables por los conflictos y contradicciones establecidas durante su materialización, y siempre enfatizando la percepción del asentamiento en cuanto fracción del territorio conquistados por los campesinos. El Assentamento Zumbi dos Palmares, área objeto de investigación, está localizado en el sitio de Mari-PB, situado en la micro-región de Sapé. Elegimos éste asentamiento porque es donde son desarrolladas prácticas de cooperación dentro de los principios establecidos por el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Para argumentar y enfatizar el estudio, tomamos el territorio como categoría de análisis a partir de la concepción de Raffestin (1993) cuando afirma que el territorio es un fracción del espacio producido a través del trabajo y marcado por las relaciones de poder, es un “local de relações”. En estas relaciones están intrínsecos el poder, la aprobación, la dominación, y el conflicto, elementos que encontramos en el proceso de lucha por la tierra y por la permanencia en ella. Del punto de vista de la metodología del proceso de la pesquisa utilizamos varios procedimientos y técnicas, como: levantamiento bibliográfico; levantamiento documental; levantamiento de los resultados secundarios y pesquisa de campo. En el proceso de la pesquisa, constatamos que en el Assentamento Zumbi dos Palmares la ocurrencia de las prácticas de cooperación mediadas por el MST durante el período de la lucha por la tierra proporcionó una vinculación entre los sujetos que se involucraron en la lucha. El ejercicio de movilización colectiva, considerada por el movimiento como una forma de cooperación simple, y también la unión que tienen para defenderse de las investidas de los propietarios de latifundios, fortaleció más la resistencia de los campesinos que trabajan en la tierra. Es importante resaltar, que también ocurrieron conflictos internos durante el acampamiento, sin embargo, lo que prevaleció fue la consolidación y sentido de pertenencia al grupo de campesinos, por el contrario, después de la conquista de la tierra la imposición del modelo de cooperación estructurando en la Cooperativa ha tenido resistencia por parte de los campesinos. Las razones están relacionadas al carácter político del MST tiene con esas prácticas, la cual no considera los aspectos socio-culturales de los agricultores recusando su modelo de organización de la producción que está basada en la tríade de la tierra, trabajo y familia por considerarlo irracional e individualista y la forma de administración de la cooperativa excluyente y poco transparente tal la cual fue realizada inicialmente en el Asentamiento.

Palabras clave: Territorio, Cooperación, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcha em homenagem aos 50 anos dos resistênciados camponeses de Mari-PB.....	68
Figura 2 - Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	69
Figura 3 - Organização espacial do PA Zumbi dos Palmares.....	72
Figura 4 - Altimetria do município de Mari-PB.....	73
Figura 5 - Modelo das casas construídas no PA Zumbi dos Palmares.....	77
Figura 6 - Visualização do PA Zumbi dos Palmares onde se observa as ruas sem a presença de asfalto e postes de energia elétrica.....	78
Figuras 7 e 8 - Lavouras alimentares no interior do PA Zumbi dos Palmares.....	80
Figuras 9 e 10 - Criação de aves no assentamento.....	80
Figura 11 - Camponês cultivando a macaxeira em seu lote.....	98
Figura 12 - Casa de farinha artesanal do assentamento Zumbi dos Palmares.....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Mari-PB.....	20
Mapa 2 - Índice de Gini dos municípios da microrregião de Sapé – 1995 e 2006.....	62
Mapa 3 - Municípios de Residência antes da criação do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais formas de cooperação operacionalizadas pelo MST.....	44
Quadro 2 - Microrregião de Sapé - Projetos de Assentamento criados entre 1995 e 2010.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária da Microrregião de Sapé – 2006.....	63
Tabela 2 - Estrutura fundiária de Juripiranga - PB – 2006.....	64
Tabela 3 - Estrutura fundiária de Mari - PB – 2006.....	67
Tabela 4 - PA Zumbi dos Palmares. Composição das famílias entrevistadas por idade e sexo.....	75

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Teoria de Chayanov.....	41
Organograma 2 - Esquema organizacional do Sistema Cooperativista.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Município de Mari/PB - População Residente por lugar de domicílio – 2010.....	65
Gráfico 2 - Escolaridade das pessoas que compõe as famílias entrevistadas.....	77
Gráfico 3 - PA Zumbi dos Palmares – Produtos cultivados segundo o número de famílias entrevistadas – Safra 2013/2014.....	97
Gráfico 4 - PA Zumbi dos Palmares - Número de famílias que consomem e comercializam a mandioca e a macaxeira.....	99
Gráfico 5 - PA Zumbi dos Palmares – Composição das famílias assentadas entrevistadas por idade e sexo.....	100
Gráfico 6 - PA Zumbi dos Palmares - Forma de trabalho utilizada pelas famílias entrevistadas durante a colheita da mandioca.....	100
Gráfico 7 - PA Zumbi dos Palmares – Percentual das famílias entrevistadas que participa do PAA.....	101
Gráfico 8 - PA Zumbi dos Palmares - Percentual do número de famílias entrevistadas que participa do Programa Bolsa Família.....	103
Gráfico 9 - PA Zumbi dos Palmares - Percentual do número de famílias entrevistadas que possui integrante(s) com aposentadoria.....	103
Gráfico 10 - PA Zumbi dos Palmares - Percentual dos camponeses que se assalariam temporariamente em outras unidades agrícolas.....	105
Gráfico 11 - PA Zumbi dos Palmares - Percentual dos camponeses que se assalariam temporariamente em atividades não agrícolas.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Áreas de Preservação Permanente

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COPAZ – Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência

SAPES – Serviço de Alimentação e Previdência Social

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO, CAMPESINATO E COOPERAÇÃO.....	26
1.1 - Do Espaço ao Território.....	26
1.2 - Cooperação.....	30
1.3 - Desenvolvimento capitalista, campesinato, e cooperação em Kautsky, Lenin e Chayanov.....	33
1.4 - A concepção de cooperação do MST.....	43
CAPÍTULO 2 - DA LUTA PELA TERRA NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONOMICA E AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES.....	54
2.1 - A luta pela terra na microrregião de Sapé.....	57
2.2 - Espaço agrário e luta pela terra no município de Mari-PB: as origens do PA Zumbi dos Palmares.....	64
2.2.1 - A luta pela terra que originou o Assentamento Zumbi dos Palmares.....	69
2.2.2 - O PA Zumbi dos Palmares: aspectos naturais.....	71
2.2.3 - Aspectos socioeconômicos do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	74
CAPÍTULO 3: LIMITES E POTENCIALIDADES DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO MST E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES.....	82
3.1 - A materialização da cooperação agrícola do MST no assentamento Zumbi dos Palmares.....	82
3.2 - Organização social, política e econômica dos camponeses durante a luta pela terra.....	84
3.3 - A organização da produção após a conquista da terra: a COPAZ e a Associação dos Agricultores familiares do PA Zumbi dos Palmares.....	86
3.4 - A racionalidade da produção camponesa.....	94
3.4.1 - A organização da produção e do trabalho dos assentados do PA Zumbi dos Palmares.....	96
3.4.2 – Formas complementares de renda dos assentados.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE.....	119

INTRODUÇÃO

Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer. (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Historicamente, o espaço agrário brasileiro caracteriza-se pela forte concentração fundiária, com grandes propriedades de terra nas mãos de poucos e pequenas parcelas de terra nas mãos de muitos, sem falar naqueles que trabalham na terra sem ter acesso legal à mesma. A raiz dessa desigualdade está relacionada ao processo histórico de ocupação do espaço pelo colonizador. A implementação da Lei das Sesmarias, promulgada em Portugal no ano de 1375, foi responsável por essa forma desigual assumida pela distribuição das terras no país. Por sua vez, a Lei de Terras de 1850 conferiu o caráter privado à terra na medida em que transformou-a em mercadoria limitando o seu acesso àqueles que tinham recurso para adquiri-la.

No atual contexto político-econômico, essa concentração vem sendo legitimada pelo Estado, a partir de políticas agrícolas voltadas para o fortalecimento do agronegócio, modelo agroexportador que necessita de grandes extensões de terras, que se baseia especificamente na monocultura e na pecuária intensiva e faz uso intensivo de técnicas, equipamentos modernos e insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes químicos, etc.). A isto se soma a utilização do trabalho essencialmente assalariado.

Esse modelo de agricultura capitalista é baseado na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação, possibilitando, assim, um aumento na produtividade e, por conseguinte, do lucro. Os efeitos perversos desse processo são percebidos através da intensificação dos problemas socioambientais, da intensificação do padrão de concentração da terra e da renda, do agravamento dos níveis de exploração do trabalho e da expropriação dos camponeses que ainda detinham um acesso mesmo que precário à terra.

Diante dessa realidade a reforma agrária surge como uma contraposição ao modelo mencionado na medida em que permite a democratização da terra, o desenvolvimento da policultura, um desenvolvimento rural alternativo e a recriação do campesinato de base familiar.

A efetivação da reforma agrária depende da ação do Estado, porém este age historicamente de forma contraditória. Isto é, ao mesmo tempo em que permite, a muito custo, uma redistribuição da terra aos que não a detém através da desapropriação de propriedades em conflito e da criação de Projetos de Assentamento, implanta e dissemina políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a ampliação do agronegócio.

Diante desse quadro a classe trabalhadora organiza-se em torno de movimentos sociais, a exemplo do MST e da CPT, para lutar pela concretização da reforma agrária.

Para que se institucionalize uma política de reforma agrária, é necessária uma pressão constante dos movimentos sociais junto ao Estado, como tem ocorrido na Paraíba, sobretudo através da ocupação de terras e de manifestações públicas assistidas pelo MST e pela CPT.

Durante o processo de luta pela terra a cooperação surge como uma condição essencial para que se materializem as ações dos sem terras uma vez que ela “é mais do que trabalhar em conjunto, é mais do que viver em sociedade, é lutar em prol de uma meta, de uma causa” (Bogardus, 1964, p.23). Além disso, a cooperação é um fator de integração social que se reflete na dinâmica da organização territorial. Esta é uma questão complexa e que vem sendo debatida dentro dos acampamentos e assentamentos e pelos movimentos sociais.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST entende a cooperação como uma forma de juntar ou somar esforços de cada assentado para que haja na agricultura, o uso de tecnologias e a inserção da divisão social do trabalho com a finalidade de aumentar a produtividade e, conseqüentemente a renda dos camponeses. Esse processo é materializado através das Cooperativas de Produção Agropecuária - CPAs.

Na organização produtiva dessas cooperativas, os meios de produção, a terra, a gestão e o trabalho são realizados de forma coletiva. O MST compreende que o exercício da cooperação nesse modelo coletivo é uma forma de lutar contra a subordinação dos camponeses ao capital, principalmente, na circulação das mercadorias, quando os capitalistas é que ditam os preços dos produtos.

Além disso, o Movimento entende que a organização da produção camponesa, que tem a centralidade na produção familiar, onde o camponês é dono do seu tempo e do gasto da sua força de trabalho, gera o individualismo e também uma irracionalidade na produção. Assim, a produção na cooperativa é a estratégia do MST para acabar com o que o

Movimento entende como individualismo camponês e assim fortalecer a resistência camponesa ao avanço do capitalismo no campo.

Se, de um lado, o MST defende o cooperativismo como forma de organização da produção e do trabalho camponês, de outro, temos assistido a resistência dos camponeses à implantação dessas cooperativas nos assentamentos. Segundo alguns assentados, o exercício da cooperação nas relações de trabalho muitas vezes se dá de forma coercitiva e, como tal tem encontrado resistências. Isto não quer dizer que os camponeses sejam contrários à prática da cooperação e que são individualistas, mas que eles se opõem à interferência do Movimento quanto ao modo de gerirem a terra.

Esta dissertação tem como objetivo central analisar, com base na concepção de cooperação do MST, como se dá sua materialização no Assentamento Zumbi dos Palmares. Ela visa entender a importância da cooperação para a organização da produção e do trabalho no referido assentamento, bem como os fatores responsáveis pelos conflitos e contradições estabelecidos durante sua materialização, sem perder de vista a percepção do assentamento enquanto fração do território conquistado pelo campesinato.

O Assentamento Zumbi dos Palmares, área objeto de investigação, está localizado no município de Mari-PB, situado na microrregião de Sapé (mapa 1). Esta microrregião possui grande importância histórica uma vez que foi palco das Ligas Camponesas – importante movimento de luta pela terra na década de 1950/60 – e também pelo fato de nela concentrar-se um grande número de assentamentos que surgiram de processos de luta camponesa por terra, pautada na experiência de acampamentos. Nela situam-se nove municípios onde se encontram 27 áreas de assentamento¹. Escolhemos o Assentamento Zumbi dos Palmares como objeto de estudo pelo fato de nele serem desenvolvidas práticas de cooperação dentro dos princípios que norteiam a concepção de cooperação do MST.

O interesse por esta temática surgiu a partir de debates sobre a questão agrária paraibana levada a efeito no âmbito do GETEC (Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato) coordenado pela professora Emília Moreira. Outro fator que contribuiu para a escolha desta temática se deve ao fato de ter participado como bolsista do PIBIC/UFPB/CNPq com o projeto “A luta pela consolidação de território(s) de esperança: o papel dos jovens na construção/consolidação dos assentamentos de reforma agrária na microrregião de Sapé-PB”, que resultou na minha monografia de graduação. Além disso,

¹ Fonte: INCRA. Relação das Áreas de Assentamento. João Pessoa, 2010.

concorreu para a definição do nosso objeto de estudo, o fato de, durante a pesquisa de campo realizada para a monografia de graduação, termos percebido, através do depoimento dos assentados, a importância que eles davam à cooperação, exemplificando o período do acampamento e a experiência após a criação do assentamento.

Para levar a efeito o estudo, tomamos o território como categoria de análise a partir da concepção de Raffestin (1993) quando afirma que o território é uma fração do espaço produzido através do trabalho e marcado por relações de poder, é um “local de relações”. Nessas relações estão intrínsecos o poder, a apropriação, a dominação e o conflito, elementos que encontramos no processo de luta pela terra e pela permanência nela.

Do ponto de vista da metodologia de pesquisa utilizamos uma série de procedimentos e técnicas tais como:

✓ **Levantamento bibliográfico.**

Realizamos um amplo levantamento junto às bibliotecas da UFPB, bem como através da internet nas páginas do Dataluta, do MST, no Banco de Teses da CAPES, nas páginas dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e ciências afins que divulgam monografias, dissertações e teses e em periódicos diversos com divulgação *on line*;

✓ **Levantamento documental.**

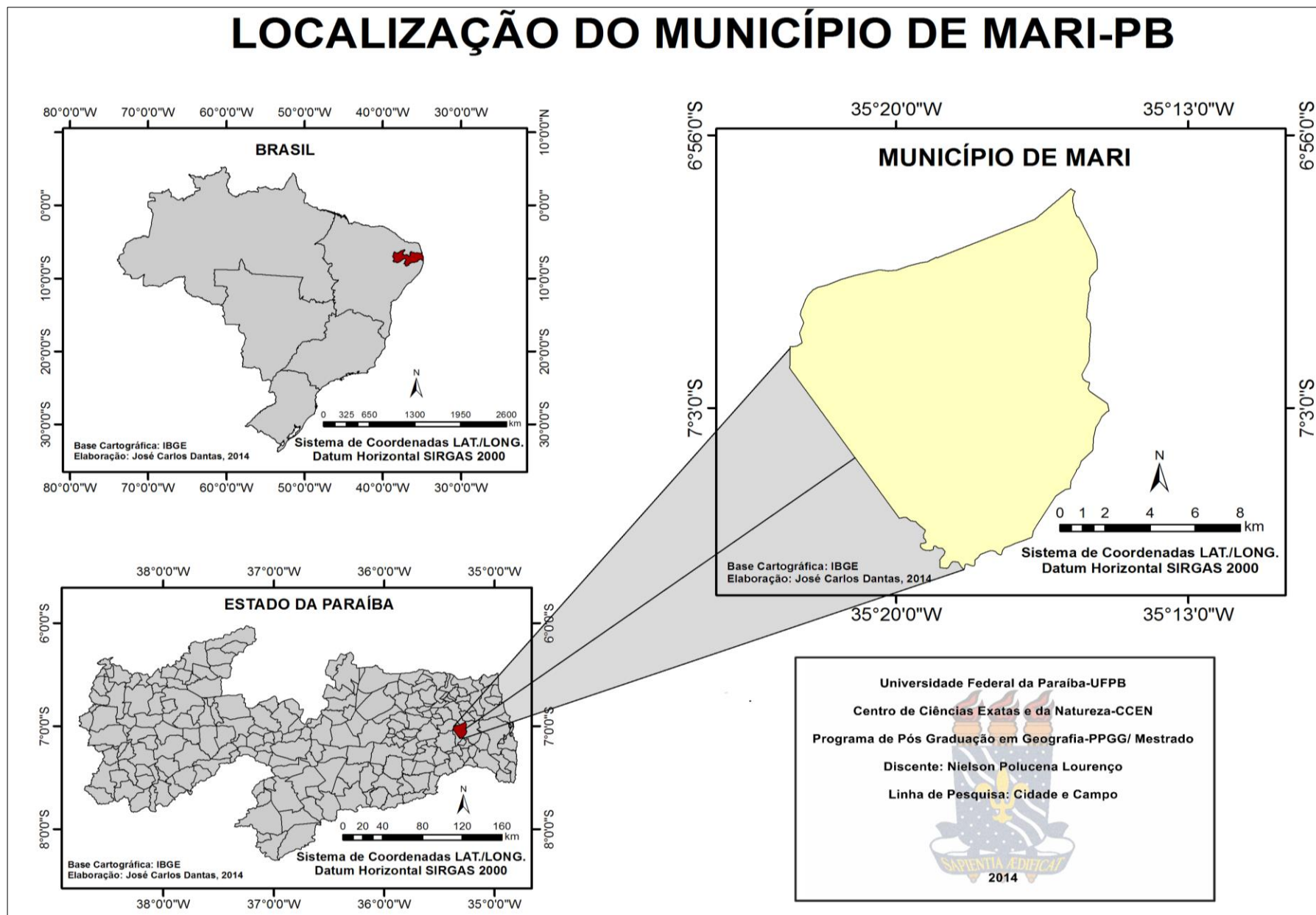
Efetuamos um levantamento documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA onde tivemos acesso ao Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Projeto de Assentamento objeto de investigação além de material cartográfico dos assentamentos existentes na microrregião de Sapé, em especial do Assentamento Zumbi dos Palmares.

✓ **Levantamento de dados secundários.**

Junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantamos dados relativos à estrutura fundiária de 1995 e 2006 referente aos municípios que compõem a microrregião de Sapé, o que nos permitiu verificar os impactos da criação de Assentamentos sobre a estrutura fundiária dos mesmos.

Mapa 1

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARI-PB



✓ **Pesquisa de campo.**

Segundo Suertagaray (2002, p. 3), para o geógrafo “a pesquisa de campo constitui um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito”. Para a autora essa forma de entendimento resulta do engajamento do geógrafo com o próprio objeto de investigação sendo a sua construção geográfica resultante de suas práticas sociais. Ela entende que neste caso, “o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo” (SUERTAGARAY 2002, p. 3).

Referindo-se ao trabalho de campo na Geografia Agrária, Dourado (2013) sinaliza para sua importância na medida em que ele contribui para desvendar “as essências escamoteadas por aparências forjadas a partir de interesses das classes dominantes, com o propósito de manter o *status quo* e eliminar toda e qualquer percepção diferente e/ou conflitante em relação à função social da terra” (p.3).

O mencionado autor chama ainda a atenção para o fato de que as especificidades da questão agrária brasileira,

se colocam como desafios para as pesquisas de campo e impõem a necessidade do olhar rigoroso por parte do pesquisador, porque esse passa a ter acesso às percepções, às memórias e às sensações dos sujeitos/objetos da pesquisa, cujas histórias são repletas de viveres geográficos e perpassadas por processos constantes de reconstrução de paisagens interiores em função das múltiplas vivências cotidianas (DOURADO, 2013, p.3).

Dourado ainda afirma que o trabalho de campo é capaz de desvendar as contradições presentes no campo que são geradoras de violência e miséria, a mercantilização das paisagens fruto da atuação do Estado e do latifúndio bem como permite a aproximação com a reprodução dos saberes e fazeres camponeses revelando “a outra face da realidade, onde a resistência pode ocorrer, inclusive, de maneira sutil a partir da valorização da essência da memória camponesa, de suas histórias, cores, aromas, sabores, emoções e saberes” (DOURADO, 2003, p. 3).

Foi nessa perspectiva que realizamos nossa pesquisa de campo, com o intuito de tentar decifrar o que nos é apresentando através da paisagem, buscando elementos que nos fizesse analisar a complexidade do real, dos fenômenos que são materializados naquele território. Todavia, não negligenciamos a importância da teoria, pois durante o

campo temos que estar munidos de pressupostos teóricos que nos auxiliem na interpretação dos fatos, para que esta atividade não se resuma apenas no empirismo.

Nas atividades de campo realizamos entrevistas com os sujeitos sociais envolvidos no processo de luta pela terra e pela permanência nela (assentados e representantes dos movimentos sociais). Partimos da compreensão de entrevista como um “encontro entre duas ou mais pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante conversação de natureza profissional” (Marconi e Lakatos, 1990, p. 84). O tipo de entrevista que utilizamos foi a despadronizada ou não estruturada que consiste na realização de perguntas abertas. Para Ander-Egg (1978, p.110) esse tipo de entrevista possui três modalidades:

a) a entrevista focalizada: Ocorre no momento em que há um roteiro de tópicos relativos ao problema que será estudado e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser. Ele sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessárias habilidades e perspicácia por parte do entrevistador;

b) a entrevista clínica: Ocorre no momento em que é objetivado o estudo dos motivos, os sentimentos, a conduta das pessoas. Para esse tipo de entrevista pode ser organizada uma série de perguntas específicas;

c) a entrevista não dirigida: Acontece quando há liberdade total por parte do entrevistador, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder.

Dentre essas modalidades, optamos por utilizar a Entrevista Focalizada, já que ela proporciona uma liberdade ao entrevistador no que tange aos questionamentos feitos aos entrevistados.

Durante as entrevistas utilizamos o recurso do gravador, que nos permitiu documentar as falas dos sujeitos entrevistados, o que facilitou a análise do discurso. Entretanto, o uso desse instrumento apresentou algumas desvantagens, pois em alguns casos os assentados não aceitaram que o utilizássemos, negando-se a participar da pesquisa.

No decorrer da pesquisa foi possível realizar três atividades de campo no assentamento no qual entrevistamos 24 chefes de famílias e 3 lideranças do Movimento

dos Trabalhadores Sem Terra (o que representa 31,7% das 85 famílias registradas no PA), sendo uma delas entrevistada em duas atividades de campo, a escolha das famílias foi feita de forma aleatória, as atividades consistiram:

a) No reconhecimento do Assentamento, na realização dos primeiros contatos com assentados e lideranças e na realização das primeiras entrevistas. Esse primeiro campo foi realizado em 2011. Entrevistamos duas lideranças do MST do Assentamento, o Lucinaldo Pedro da Silva (Nego) que participou do processo de luta pela terra que originou o referido PA e o Luciano José da Silva, atual técnico agrícola do PA. Durante esse campo muitos assentados comentaram sobre as práticas de cooperação realizadas na época do acampamento e das dificuldades da ocorrência destas no assentamento. Diante da realidade por eles posta alguns questionamentos acerca da cooperação foram surgindo, quais sejam: Por que a cooperação é mais presente nos acampamentos? Por que os assentados optam por praticar a cooperação no assentamento? Como se dá essa experiência? Qual a importância dessa prática para o fortalecimento da luta na terra? Essas e outras questões reforçaram nosso interesse pela temática da cooperação.

b) Na realização de entrevistas com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Esse segundo campo foi executado no dia 13 de julho de 2013. Nele entrevistamos duas lideranças do MST: o Lucinaldo (Nego), já entrevistado anteriormente e outro militante chamado Gilmar. Nessas entrevistas, eles mencionaram a existência de oito grupos coletivos vinculados à Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares – COPAZ desde o período do acampamento. Foi quando propusemos realizar um estudo no Assentamento tendo como o foco as práticas de cooperação ali existentes e os mesmos aceitaram. Depois desse campo planejamos utilizar a técnica de grupos focais² com os oito grupos de famílias vinculadas à COPAZ, com a finalidade de compreender as opiniões, os sentimentos, as percepções, as atitudes e experiências relacionadas à cooperação dentro do assentamento;

c) No levantamento de informações sobre as características gerais do assentamento, sua infraestrutura, a distribuição dos lotes, as condições ambientais e o

² Morgan (1997, apud GONDIM s/d) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

perfil das famílias. Além disso, foi possível resgatar, através da história oral, o processo histórico de formação do assentamento o que permitiu identificar as formas de cooperação praticadas no período do acampamento. Durante esse terceiro trabalho de campo fiquei hospedado na residência do Sr. Washington – presidente da COPAZ, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2014. Nesse momento uma nova realidade, diferente daquela observada na atividade de campo anterior, estava posta. Os oito grupos de famílias que foram mencionados pelas lideranças tinham se dissolvido em decorrência de atritos entre alguns assentados, o que gerou um conflito interno no assentamento resultando numa ruptura de parte das famílias com o MST e na criação subsequente de uma Associação. Este novo fato inviabilizou a utilização da técnica de grupo focal pensada anteriormente. Assim, realizamos 24 entrevistas com chefes de famílias, procurando, a partir dos discursos dos entrevistados, identificar as formas de cooperação existentes no período de acampamento e quais as dificuldades da implantação dessa prática operacionalizadas pelo MST no contexto atual do assentamento.

Com base nos estudos realizados e na pesquisa de campo estruturamos a dissertação em três capítulos. O primeiro denomina-se de “Território, Campesinato e Cooperação”. A abordagem sobre território foi realizada com base em Milton Santos (1980,1996), Emília Moreira (1997, 2003, 2006, 2010, 2011), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2002), Claude Raffestin (1993), dentre outros. Fizemos uma discussão sobre o avanço das relações capitalistas no campo e o campesinato tomando como referência autores clássicos, tais como: Kautsky (1986), Lenin (1982) e Chayanov (1974, 1981). Também abordamos o conceito de cooperação para compreender como o exercício desta prática interfere no processo de luta pela terra e quais seus rebatimentos após a conquista da terra, tomando como referência PIRES (2004), BOGARDUS (1964), CAMARGO (1960), BRUNI (2005), MARX (1980) e ainda a concepção defendida pelo próprio MST.

No segundo capítulo abordamos a espacialização e territorialização da luta pela terra na microrregião de Sapé, destacando o município de Mari. A partir da localização e caracterização da microrregião, discutimos os fatores responsáveis pela eclosão da luta camponesa nesse espaço, recuperamos a história recente da luta camponesa na microrregião e a territorialização da mesma através da criação dos assentamentos rurais. Em seguida apresentamos as características sociais, econômicas e ambientais do Assentamento Zumbi dos Palmares.

E no terceiro capítulo abordamos os embates da materialização da concepção de cooperação do MST e a forma de organização do trabalho e da produção dos camponeses no assentamento estudado procurando demonstrar como isso interfere na luta pela resistência na terra.

CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO, CAMPESINATO E COOPERAÇÃO

Neste primeiro capítulo discutimos os principais conceitos utilizados para embasar teoricamente a pesquisa, quais sejam: território, campesinato e cooperação.

Constatamos que não poderíamos iniciar nossa leitura do território sem definirmos o espaço uma vez que entendemos o território como uma fração do mesmo. Para tanto nos apoiamos na Geografia Crítica³.

1.1 - Do Espaço ao Território

Com base nos princípios da Geografia Crítica trabalhamos com a concepção de “espaço socialmente produzido, ou seja, aquele criado pelo trabalho humano” (Santos, 1980, p.163), ou resultante “da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p.71).

Nesse sentido, o espaço geográfico, nas suas múltiplas dimensões, não é visto como algo estático, mas sim como algo dinâmico, resultante de uma relação dialética entre natureza e sociedade. Deste modo,

o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constitui algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico. (MOREIRA, 2006b, p. 5).

Portanto, o espaço agrário, como parte integrante dessa dimensão maior, produz e reproduz a lógica do modo de produção dominante, porém, nele estão também

³ “A Geografia Crítica fundamenta-se no materialismo histórico e na dialética, posiciona-se criticamente tanto em relação à Geografia Tradicional como à Geografia Pragmática quanto à realidade social e à ordem constituída. Ela surge na França nos anos de 1970 e logo em seguida expande-se pela Europa e pela América Latina. Na França a expressão crítica foi relacionada à obra de Yves Lacoste “A Geografia serve antes de tudo para fazer a guerra” e a revista de geopolítica crítica Herodote, criada pelo mesmo autor. No Brasil, a Geografia crítica tem como expoentes além de Milton Santos, Ariovaldo Umbelino e seus discípulos e a maioria dos jovens geógrafos da atualidade. Seus pressupostos básicos são a criticidade e o engajamento político” (MOREIRA, 2003, p. 2).

impressos outros modos de produzir, a exemplo daquele observado nas unidades de produção camponesa.

No caso do território, constatamos que na atualidade existe uma multiplicidade de conceitos utilizados tanto por geógrafos como por outros cientistas. Apesar dessa diversidade é uma constante nas definições utilizadas pelos geógrafos da corrente crítica da Geografia, a exemplo de Raffestin e Léfèbvre, a relação do território com as noções de poder, apropriação, dominação e conflito.

Para Raffestin (1993, p. 144), o território é uma fração do espaço produzido através do trabalho e marcado por relações de poder, é um “local de relações”. O autor compreende que as relações de poder são essenciais para a formação do território, ou seja, sem elas não se pode afirmar que existe território. Para o referido autor, é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado “de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Segundo Moreira (2006a, p. 4), na Geografia Agrária brasileira Ariovaldo Umbelino de Oliveira, também buscou em autores como Raffestin e Lefèbvre bem como em Quaini, Chesnais, Lacoste, entre outros, a base sobre a qual assentou sua concepção de território”. Para Oliveira, o território é concebido como,

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo-
do de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e
mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em
que o Estado desempenha a função de regulação. (OLIVEIRA, 2002,
p.74).

Assim sendo o território se constitui num,

[...] produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no
processo de produção de sua existência. [...] Dessa forma, são as
relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de
desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração
histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou
um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização
igualmente contínua da natureza. [...] a construção do território é
contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e
combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. [...] Isso
significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização
é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais,
a produção é produto contraditório de constituição do capital e a

reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA, 2002, p.74-75).

Também na Geografia Agrária, Fernandes e Molina (2004) abordam o território como, “[...] espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais” sendo seu conceito “fundamental para compreender os enfrentamentos entre agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios” (p.53-54).

É possível, a partir dessas concepções de território, entender o significado geográfico de assentamento rural? Como definir essa forma espacial razoavelmente recente no campo brasileiro?

Concordamos que o Assentamento é uma fração do território conquistada pela classe camponesa no processo de luta pela terra. De forma genérica pode-se entender também que os assentamentos são uma resposta à luta pela democratização da terra em que os movimentos sociais pressionam o Estado e este aparece, quando não há outro meio, como solucionador do conflito.

Essa discussão sobre território e assentamento vem sendo realizada por Emilia Moreira no âmbito das pesquisas que tem desenvolvido como pesquisadora do CNPq. A partir da discussão até então realizada com base nos conceitos de território construído pelos autores citados e por outros, Moreira (2006) cunhou o conceito de “território de esperança”. Este conceito vem sendo construído através dos estudos e trabalhos desenvolvidos e orientados pela pesquisadora em seu Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato.

Para Moreira o território de esperança é aquele:

[...] construído e conquistado pela luta de resistência e de ocupação promovida pelos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais, universidade e ONGs, e que simboliza uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente. Trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Uma forma experienciada de organização social singular, singularidade de ordem seja “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura, etc.” (MOREIRA, 2006, p. 8).

A mesma autora acrescenta que:

[...] o fim da exploração representado pela conquista de frações do território e pela recriação camponesa não significa a emancipação plena da terra e de homens e mulheres, mas apenas um passo à frente num processo de luta. Luta esta cujo objetivo é bem maior do que a conquista da terra, a reprodução do campesinato, a resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista. O território de esperança incorpora todos esses elementos, mas se propõe a algo maior que é a luta pela consolidação de uma “classe para si” capaz de lutar por um outro tipo de sociedade calcada na igualdade, na solidariedade e na justiça social. Utopia? Sonho? Não importa. A história nos mostra que as verdadeiras transformações, as que de fato se concretizam ou são fruto de grandes revoluções ou de pequenas revoluções como assim denomina Mitidiero (2010) ao se referir à luta pela terra no Brasil. Em sociedades capitalistas complexas como a nossa, a consolidação de Territórios de Esperança no campo através dos assentamentos de reforma agrária pode representar um passo à frente na direção da produção de um território realmente emancipado e livre da opressão, da exploração, da dominação que caracteriza o território capitalista. (2009, p. 12).

Conclui-se com base no exposto que o território de esperança é uma expressão do território camponês, não só através do assentamento, mas também da própria luta dos camponeses para se reproduzir como tal. O território de esperança está em permanente transformação, avançando e se retraindo dependendo da dinâmica do capital de um lado e da força da organização camponesa de outro.

O território camponês se organiza de forma diferenciada do território capitalista, pois não sobrevive da apropriação do trabalho não pago ao trabalhador, da exploração do trabalho alheio e da monocultura. Com isso, não queremos negar a influência do capital nesse território, que tenta a todo custo subordiná-lo, pois ele ainda não se tornou emancipado e isso só ocorrerá quando houver a superação do modelo capitalista.

É com base nesta perspectiva de território de esperança que entendemos o assentamento de reforma agrária, um território que tem suas contradições, mas que sinaliza um modo de apropriação da terra e de relações sociais diferenciadas da que caracteriza a agricultura capitalista.

O processo de consolidação de um território de esperança pressupõe, entre outros, a mudança de um território de exploração para um território de solidariedade. Neste sentido, surge a importância da cooperação como um fator de integração social que deveria se refletir na dinâmica da organização territorial. Este é uma questão complexa e que de fato tem sido objeto de forte questionamento dentro dos

assentamentos e pelos movimentos sociais. A seguir abordamos a discussão sobre cooperação.

1.2 - Cooperação

As diversas tentativas de superação das crises econômicas, sociais e políticas sempre estiveram atreladas a concepções renovadas de solidariedade, quase sempre imbricadas em projetos sociais utópicos (Pires, 2004, p.102). A ideia chave de solidariedade está ligada diretamente à noção de reciprocidade, na qual os indivíduos, motivados pelo altruísmo, se ajudam uns aos outros voluntariamente.

A cooperação sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, seja como forma de sobrevivência, como também para o desenvolvimento da sociedade humana, “sem ela, os seres humanos estariam ainda vivendo em cavernas; com ela encontraram a fonte principal da sociedade humana, construindo a civilização”. (BOGARDUS, 1964, p. 12).

Na concepção de Bogardus (1964), a cooperação é calcada num conjunto de princípios éticos que são destinados a orientar não só indivíduos isolados, mais toda a sociedade, podendo dessa forma também ser considerada como uma filosofia de vida que rege os rumos da convivência coletiva social. Consiste assim na união mútua que possibilita aos seres o desenvolvimento de suas atividades de forma coletiva, aumentando a produtividade e os benefícios do grupo cooperado. Ainda segundo este autor a cooperação só pode existir se todos os indivíduos pertencentes ao grupo cooperarem de forma livre e espontânea, visando o bem comum. Caso isto não ocorra desta forma, poderá caracterizar uma forma de opressão, descaracterizando a cooperação.

Para Pires, a cooperação é entendida como:

[...] ação conjugada através da qual as pessoas se unem com vistas aos mesmos objetivos, o que pressupõe a sua significância social nas mais diversas formas de associação humana – do matrimônio às relações comerciais. A cooperação tanto pode ter motivações espontâneas, como coercitivas. Intimamente ligada à idéia de cooperação está a idéia de confiança, através da qual se acredita na possibilidade de cumprir as obrigações contratuais dentro da cooperação (2004, p.35-36).

Além disso, a cooperação pode ser apreendida como uma ação social articulada e alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos, ela possui dois sentidos: a) como ação padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de organizações cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa; b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata (CAMARGO, 1960; BRUNI, 2005).

Com base nos pressupostos supracitados podemos inferir que a cooperação está relacionada a uma série de fatores, dentre os quais se destacam: a ajuda mútua, o trabalho em conjunto, a solidariedade, o bem estar coletivo, a resolução de problemas concretos e o aumento da produtividade.

Um aspecto divergente detectado entre os autores é com relação ao exercício da cooperação de forma espontânea ou coercitiva. Se tratando da cooperação no modo de produção capitalista, ela pode ser efetivada em ambos os casos, pois, como veremos a seguir, a relação entre o capital e o trabalho não se dá de forma harmoniosa, denotando assim uma coerção por parte dos capitalistas na realização da cooperação.

Na perspectiva do materialismo histórico, Marx discute no capítulo XI de “O Capital – livro I” o conceito de cooperação. Segundo este autor, a cooperação é entendida como a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. Analisando a cooperação no processo de trabalho, o autor destaca que o simples contato social, na maioria dos processos produtivos, provoca emulação entre os participantes, animando-os e estimulando-os, o que aumenta a capacidade de realização de cada um. (MARX, 1980).

Nesse sentido, a cooperação exercida dentro de um processo de trabalho permitiria o surgimento de uma nova força produtiva, não de uma força produtiva individual, mas sim de uma força coletiva. Esta nova força coletiva permite que a produção seja elevada e, conseqüentemente, reduz-se o tempo socialmente necessário para esta produção. Isto amplia a eficiência no processo produtivo, o que antes não ocorria com apenas o trabalho individual. (MARX, 1980).

Esse aumento na produtividade é, segundo Marx (1980), decorrência da elevada potência mecânica do trabalho, ou por ter ampliado o espaço que atua o trabalho, ou por mobilizar muito trabalho num momento crítico, ou até mesmo pela emulação entre os indivíduos. Tudo isso tem sua origem na cooperação, pois ao cooperar uns com os outros o trabalhador se desfaz dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie.

Marx acrescenta que no modo de produção capitalista, a condição necessária para que ocorra a cooperação entre os trabalhadores assalariados é que haja uma concentração de grandes quantidades de meios de produção e a extensão da cooperação ou a sua escala de produção, depende da intensidade dessa concentração. Então, o fato de haver um comando do capital sobre o trabalho no processo produtivo, condiciona o trabalhador a não trabalhar para si mesmo, mas sim para o capitalista. Diante disso, quando há o aumento da produtividade em decorrência da cooperação entre os trabalhadores, o fruto dessa produção será, inevitavelmente, absorvido pelo capitalista.

Como a natureza da produção capitalista é a da expansão do próprio capital, ou seja, a maior produção possível de mais valia, logo, a maior exploração possível da força de trabalho, haverá uma resistência por parte dos trabalhadores a essa exploração e, concomitantemente, maior será a pressão do capital para dominar essa resistência. Para tanto, o capitalista usa o trabalho de supervisão para que comandem em nome do capital. (MARX, 1980).

No caso do modo de produção camponês, Marx (1980, p.381) considera “esse trabalho de superintendência como despesa anormal da produção.” Acreditamos que isso ocorra pelo fato de haver uma diferença de racionalidade entre os capitalistas e os camponeses no processo produtivo, enquanto o primeiro pressupõe o lucro exacerbado, o segundo produz para o seu abastecimento familiar.

A partir do conceito de cooperação de Marx podemos concluir que historicamente a cooperação assume um papel fundamental no modo de produção capitalista, pois o seu exercício no processo de trabalho é subordinado ao capital, ou seja, todo aumento da produtividade em decorrência da cooperação é apropriado pelos capitalistas e isto acentua ainda mais a subordinação do trabalho ao capital.

Portanto, cabe indagar se o modelo de cooperação proposto pelas cooperativas dos assentamentos, baseada na coletivização das terras, traz realmente uma autonomia no processo de trabalho do camponês e se esse mesmo modelo, na realidade, está se

assemelhando com a cooperação adotada pelo modelo empresarial capitalista, onde os frutos do aumento da produtividade são absorvidos pelos donos dos meios de produção.

Se tratando especificamente do campesinato, vemos que a cooperação está implícita no processo produtivo, pois na utilização do trabalho familiar pressupõe-se que há uma ajuda mútua, uma divisão de tarefas que fará diminuir o tempo de trabalho necessário para concluir todas as tarefas. Além disso, no processo de luta pela terra, a cooperação torna-se imprescindível para que os camponeses consigam conquistar a terra, a sua união no decorrer da luta potencializa ainda mais para enfrentar os obstáculos que surgem.

1.3 - Desenvolvimento capitalista, campesinato, e cooperação em Kautsky, Lenin e Chayanov

Para entender a concepção teórica que norteia as práticas da cooperação agrícola do MST sentimos a necessidade de fazer uma releitura de autores clássicos como Lênin (1982), Kautsky (1986) e Chayanov (1974; 1981), que pesquisaram as consequências, para o campesinato, do avanço do capitalismo no campo. Esses autores, embora com interpretações diferentes, analisaram a questão agrária numa Europa, no final do século XIX, em processo de transformação do feudalismo para o capitalismo.

Na análise marxista ortodoxa⁴ sobre o campesinato, os camponeses são considerados uma classe transitória e que irá fazer parte das duas principais classes do capitalismo: a burguesia e o proletariado. Este fato ocorreria devido ao campesinato ser uma classe proveniente do feudalismo e que com o avanço do capitalismo no campo os camponeses tenderiam ao inevitável desaparecimento.

Naquele contexto, o capitalismo põe em evidência no campo as mesmas relações sociais de produção que tinha na indústria, logo, significaria que o camponês se tornaria um proletário ou poderia se tornar parte da burguesia se reproduzindo como capitalista.

Um dos expoentes dessa teoria foi Vladimir Ilich Lênin. Seu estudo sobre a questão agrária teve como ponto de partida a realidade russa no final do século XIX

⁴ O marxismo ortodoxo poderia ser definido como o esquema teórico que interpreta a evolução da estrutura agrária no processo histórico pelas seguintes características: 1. Evolução unilinear; 2. Sequência histórica; 3. Dissolução do campesinato por ser ele incapaz de se incorporar ao progresso técnico; 4. Superioridade da grande empresa agrícola e 5. Contraposição entre a grande e a pequena exploração. (GUZMÁN e MOLINA, 2005).

sendo publicado em 1899, através da obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”. O contexto histórico daquele período era de um capitalismo eminentemente atrasado, onde as instituições econômico-sociais estavam vigorosamente vinculadas pelos traços da feudalidade. Lênin se movia no interior de uma sociedade cuja estrutura de poder era absolutamente autocrática (PAULO NETO, 1982).

Ao analisar a questão camponesa, Lênin constata que estava em curso um intenso avanço das relações capitalistas no campo e que isto ocasionaria irremediavelmente o desaparecimento do campesinato. Esse processo estava ocorrendo mediante uma diferenciação camponesa e o critério definidor para tal fato estava relacionado com a compra e venda da força de trabalho.

Essa diferenciação se manifestava no surgimento de três tipos de camponeses: o pobre, o médio e o rico. No grupo dos camponeses pobres pertenciam aqueles que eram incapazes de atender suas necessidades devido a pouca produção nos seus lotes. Já o grupo dos médios era composto por camponeses que conseguiam extrair da terra uma renda suficiente para cobrir as despesas médias e, por fim, o grupo dos camponeses ricos que praticava uma agricultura mercantil.

Para Lênin (1982), essa agricultura mercantil já se transformava em uma agricultura capitalista, o que acarretava uma necessidade de mais mão de obra. Assim, como o grupo dos pequenos camponeses não conseguia atender suas necessidades em seus lotes, vendia sua força de trabalho, servindo como mão de obra para a grande propriedade. Em outras palavras, estava havendo uma decomposição dos pequenos agricultores em operários agrícolas.

Nos grandes estabelecimentos utilizava-se de um nível tecnológico bem mais avançado do que nos estabelecimentos dos camponeses médios e pequenos, portanto, a produtividade era bem maior. Como consequência disso, começa a se formar um mercado interno, algo que já estava intrínseca na teoria da produção capitalista. Como é descrito pelo autor:

Observamos aqui o processo de formação do mercado interno tal como ele aparece na teoria da produção capitalista: o “mercado” interno cresce, de um lado, graças a transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil empresarial, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre. (LÊNIN, 1982, p.36).

Desde modo, os camponeses ricos vão formando a burguesia rural, detendo o capital comercial e o capital industrial, enquanto os camponeses pobres são destruídos e transformados em proletários. Já os camponeses médios se tornavam burgueses ou proletários. Em resumo, nas palavras do autor, haveria a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário, além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural”. (LÊNIN, 1982, p.83).

Portanto, a partir dessa desintegração, o referido autor chega à conclusão de que a situação econômica e social em que se insere o campesinato é a da econômica mercantil, ou seja, os camponeses estariam inteiramente subordinados ao mercado, dependendo dele tanto para o consumo quanto para a sua atividade.

No que tange a cooperação no campesinato, para Lênin (1982), como a tendência dos camponeses é a da transformação em pequeno burguês, a cooperação familiar consequentemente é a base da cooperação capitalista. Haveria uma cooperação capitalista nas pequenas indústrias camponesas que, dependendo da quantidade de operários, proporcionaria uma grande produtividade – como já assinalou Marx (1980) –, contrariando a teoria populista de que haveria um cooperativismo fora dos moldes capitalistas.

Nossa conclusão acerca do papel desempenhado pela cooperação capitalista nas pequenas indústrias camponesas e da sua significação progressista está na mais acentuada contradição com a tão difundida teoria populista, de acordo com a qual o princípio dominante na pequena indústria camponesa, sob as mais variadas formas, é o “cooperativismo”. Na verdade, ocorre justamente o contrário: a pequena indústria (e o artesanato) se distingue pela maior fragmentação dos produtores. (LÊNIN, 1982, p.231).

Outro autor que acredita no fim do campesinato como decorrência do avanço do capitalismo no campo é Kautsky (1986). Diferentemente de Lênin, Kautsky publica também em 1899 a sua obra “A Questão Agrária” num contexto histórico diferente, enquanto na Rússia o capitalismo estava atrasado, na Alemanha⁵ o capitalismo já estava consolidado.

Em linhas gerais, a ideia central desse autor sobre a questão agrária era que havia uma superioridade técnica da grande propriedade sobre a pequena produção dos camponeses. Para ele a pequena propriedade é considerada irracional, pois há nela

⁵ Área geográfica de investigação do autor.

gastos excessivos da força de trabalho e a permanência de um atraso técnico. Por isso, inevitavelmente o pequeno camponês irá se proletarizar. Enquanto na grande propriedade há utilização de máquinas, adubos químicos, eletricidade e de ciência, que permite o desenvolvimento das forças produtivas. Some-se a isto, a superioridade no comércio e na obtenção do crédito.

Acrescenta também, que no grande estabelecimento há um numero maior de empregados, o que permite que haja uma divisão do trabalho, podendo então, a empresa contar com as vantagens provenientes da cooperação. Em outras palavras, com uma divisão do trabalho há, conseqüentemente, uma maior produtividade (KAUTSKY, 1986).

Essa supremacia da grande propriedade sobre a pequena fará com que o primeiro aumente cada vez mais as suas terras. Porém, quando isso ocorre, há também uma expulsão dos camponeses e uma redução do pequeno estabelecimento o que, conseqüentemente, faz gerar uma regressão no rendimento da grande propriedade. (KAUTSKY, 1986).

Kautsky reconhece que a falta de operários no campo devido à migração para as cidades é um problema para o desenvolvimento do capitalismo, pois essa falta de mão de obra reduz o número dos grandes estabelecimentos. Então, para que isso não ocorra, os capitalistas entregam pedaços de terras aos operários, que com isso se tornam pequenos camponeses, assim não há um completo desaparecimento do campesinato.

Daí conclui-se que não se deve pensar, de forma alguma, que a pequena propriedade fundiária se encontra em fase de desaparecimento na sociedade atual, ou que será desalojada completamente pelo latifúndio. Nós vimos, afinal, que, onde a concentração de terras se encontra por demais avançada, logo começa a se manifestar a tendência contrária, a reorientação no sentido de sua fragmentação, e que o Estado, além do próprio latifundiário, ajudam a reforçar esse processo quando o mesmo se depara com alguma dificuldade. (KAUTSKY, 1986, p. 147).

Nesse sentido, Kautsky (1986) ressalta que o estabelecimento maior não é necessariamente o melhor, pois dependendo das condições técnicas e dos tipos de solo desse estabelecimento ele apresentará algumas desvantagens, dos quais destacamos: mais gastos com trabalhadores, com transportes, dificuldades no controle dos operários, dentre outros.

Outra questão analisada por Kautsky (1986) é sobre a importância do cooperativismo. Segundo ele, a associação em cooperativas estaria melhor nos grandes estabelecimentos, já que este dispõe de mais tempo livre, tem melhores relações e maior conhecimento comercial dos que os pequenos camponeses.

No entanto, as cooperativas de créditos apresentam vantagens para os pequenos camponeses progredirem economicamente, ao passo que concedem crédito pessoal, algo que para eles seria difícil de conseguir de forma individual. Com isso, a partir das cooperativas os camponeses economizariam nos gastos com os intermediários.

Mesmo assim, para Kautsky (1986), as vantagens adquiridas através das cooperativas não superam em nenhum aspecto a superioridade do grande estabelecimento sobre os pequenos. Contudo, as cooperativas seria a única forma de prolongar a existência desses últimos.

Apesar disso, os camponeses não demonstram nenhum interesse em abandonar a produção individual e ingressar na produção coletiva. Para o autor supracitado, isso ocorre pelo fato dos camponeses estarem mais ligados a sua terra e por não quererem transferir sua propriedade particular para uma classe em comum. Este tipo de vida que o camponês tem, com suas condições de trabalho em suas propriedades, o leva ao isolamento e isso não contribui para o desenvolvimento da cooperação.

Então, para Kautsky, a única forma dos camponeses se inserirem em cooperativas, será quando estas se tornarem socialistas, pois só nelas os camponeses não se sentirão ameaçados de desistir de suas terras.

Uma vez que essas cooperativas (já não mais proletárias, mas socialistas) comecem a funcionar a contento e tiver desaparecido o risco que hoje ainda afeta qualquer empreendimento agrícola não ver-se-á mais ameaçado a desistir de sua terra em função da proletarianização, vai reconhecer, ele também, que a propriedade pessoal dos meios de produção apenas impede a sua passagem para uma forma de produção de ordem superior, dificuldade da qual na certa gostaria de livrar-se. (KAUTSKY, 1986, p.118).

Portanto, conclui-se que segundo Kautsky, na agricultura não só há concentração como também a parcelarização das terras, ainda que considerasse possível se ter uma ocupação acessória fora da propriedade agrícola. Em outras palavras, embora Kautsky (1986) em alguns momentos de sua obra evidenciasse a permanência

da pequena propriedade, continuava a defender a impossibilidade de sua sobrevivência por se tratar de relações pré-capitalistas. (MARCUS e FABRINI, 2010).

Outro autor que faz uma discussão teórica sobre o campesinato é o sociólogo rural Alexander Chayanov. Diferentemente de Lênin e Kautsky que analisaram o papel do campesinato dentro do modo de produção capitalista, Chayanov em sua obra “La Organización de la Unidad Económica Campesina”, publicada em 1925, tem como objetivo central entender a natureza interna das unidades econômicas de produção camponesas na Rússia no início do século XX.

Nuestra tarea es el análisis de la organización de la actividad económica de la familia Campesina, una familia que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agrícolas. (CHAYANOV, 1974, p. 44)

Para Chayanov (1981), o modo de produção capitalista apresenta categorias, tais como: preço, capital, salário, juros, dentre outros, centrais para a sua compreensão. E que estão estritamente conectados, não podendo assim retirar um desses elementos para a sua análise.

A teoria económica da sociedade capitalista moderna é um sistema complexo de categorias económicas: preço, capital, salário, juro, renda — todas elas estreitamente ligadas umas às outras, determinando-se mutuamente e funcionalmente interdependentes. Se tirar uma pedra a esta construção, todo o edifício se desmorona. Na ausência de qualquer destas categorias, todas as outras perdem o seu carácter específico e o seu conteúdo conceptual; já não podem sequer ser definidas quantitativamente. (CHAYANOV, 1981, p. 481).

Nesse sentido, para o autor, a unidade de produção camponesa não poderia ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas, pois essas categorias são específicas do modo de produção capitalista e o campesinato para ele é um outro modo de produção, com categorias de análises específicas.

Ainda segundo o autor, o cálculo da economia capitalista é diferente da economia camponesa. O primeiro apresenta uma produção totalmente voltada para o lucro que ocorre quando a renda bruta obtida pela produção for maior que zero. Para tanto é reduzida as Despesas Materiais (DM) e as Despesas com Salários (DS). Enquanto a produção camponesa é voltada para o consumo e sua renda é o produto de

seu trabalho, este é resultado da produção bruta familiar (RB) menos os custos necessários para a execução da atividade, ou seja, as despesas materiais (DM). Sua variação estará de acordo com a situação de mercado, a qualidade do solo, da composição da família, dentre outros. Portanto, para Chayanov, na unidade camponesa não há possibilidades de existir lucro visto que nela não estão inseridas todas as categorias da economia capitalista.

O camponês ou o artesão que gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtêm, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objectivamente o rendimento. Posto que o fenómeno social do salário não existe, também não existe o fenómeno social do lucro líquido. É portanto impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. (CHAYANOV, 1981, p. 481).

Transpor essas categorias para analisar a unidade de produção camponesa se chegará a conclusão que esta é inviável economicamente. Mas a questão que se coloca é: se ela é inviável, como ainda pode existir? Referenciando tal questionamento, Chayanov vai dizer que a aplicação dessas categorias não explica a racionalidade econômica camponesa.

Para Chayanov a economia camponesa:

é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada — a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade económica, o produto qualitativamente correspondente em géneros. (CHAYANOV, 1981, p.481)

Portanto, a necessidade central da família camponesa é o consumo, então, o camponês não gerencia sua unidade produtiva para uma produção maximizada, e sim, primeiramente, para conseguir uma produção que dê para atender as necessidades básicas da família, tentando equilibrar o dispêndio da força de trabalho com a sua satisfação.

[...] enquanto a fadiga devida ao trabalho é subjectivamente considerada como menor do que a intensidade das necessidades cuja satisfação se suporta o trabalho, a família que trabalha sem o concurso de assalariados tem toda a razão em prosseguir a sua actividade económica. Assim que esse equilíbrio é atingido, porém, a continuação do trabalho deixa de ter sentido, visto que custa mais ao artesão ou ao camponês prosseguirem o trabalho do que abandonarem as vantagens económicas decorrentes do mesmo trabalho. (CHAYANOV, 1981, p. 483).

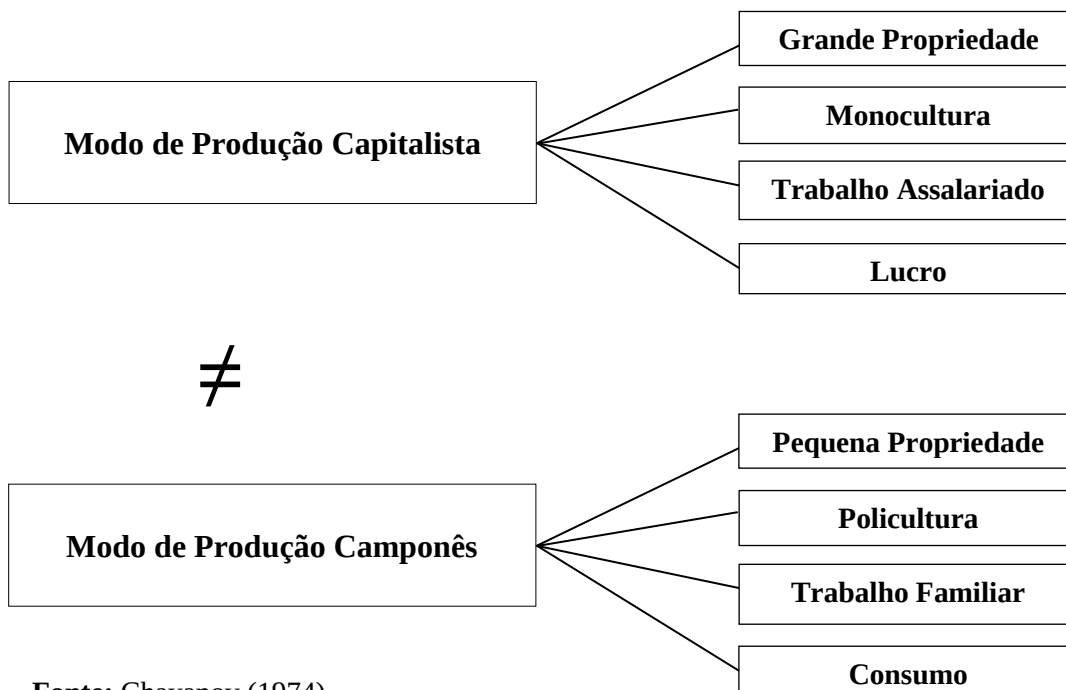
Quando esse equilíbrio entre a força de trabalho familiar e o consumo não ocorre o camponês recorre ao trabalho acessório para complementar a renda, podendo se assalariar em outras atividades sejam elas agrícolas e/ou não agrícolas. Todavia, quando retoma o equilíbrio na unidade camponesa, esse trabalho acessório não é mais necessário.

Além do trabalho acessório para manter o equilíbrio, na unidade camponesa poderão também ser inseridas formas de assalariamento. Mas esta relação não é a principal forma de trabalho presente, porque a família também trabalha nessa produção. Quando isto ocorre é porque os integrantes da família atingiram um grau de autoexploração elevado, seja por haver um número de membros em idade produtiva inferior ao necessário, seja pela redução da mão de obra familiar decorrente da migração de pessoas na família. Logo, necessitarão de trabalhadores extras para conseguir continuar a produção. (CHAYANOV, 1981).

Então, esta unidade camponesa não pode ser compreendida como sendo capitalista, pois faltam duas categorias essenciais, o emprego do trabalho assalariado como forma dominante no processo produtivo e a produção de mercadorias em larga escala. No organograma 1, representa-se a Teoria de Chayanov de modo mais didático.

Ao se referir ao emprego de tecnologia na unidade camponesa, Paulino e Almeida (2000), analisando a obra de Chayanov, vão afirmar que o uso das tecnologias nas unidades camponesas era utilizado quando não prejudicasse o uso da mão de obra familiar, ou seja, quando estas não tivessem que ficar ociosas. A “mecanização, portanto, somente seria aceitável caso houvesse outras atividades a serem executadas pela mão de obra liberada ou a possibilidade de aumento dos ganhos brutos, mediante intensificação de cultivos” (p.116).

Organograma 1: Teoria de Chayanov



Fonte: Chayanov (1974)

Organização: Nielson Lourenço

Do ponto de vista da composição da família, quanto maior for o número de indivíduos nela, maiores serão as necessidades de consumo. Portanto, o aumento da força de trabalho no processo produtivo é diretamente proporcional às necessidades de consumo, e o processo inverso é também ocasionado pelo mesmo motivo.

Já referente ao mercado, segundo Chayanov (1974), há uma influência no equilíbrio entre o dispêndio da força de trabalho e o consumo, pois na medida em que os preços das mercadorias aumentam existe a possibilidade de diminuir o tempo de trabalho e a sua penosidade, como também pode proporcionar o acúmulo de capital. Entretanto, como a racionalidade camponesa não é o lucro, os camponeses diminuirão a força de trabalho empregada na sua unidade estabelecendo assim um equilíbrio.

Podemos assegurar teoricamente que la división del trabajo en la familia campesina entre agricultura y actividades artesanales e comercio se lleva a cabo por comparación de la situación de mercado en estas dos ramas de la economía nacional. Y como la relación entre estas dos situaciones de mercado es inconstante también lo es la relación entre el consumo de fuerza de trabajo en artesanías y comercio y en agricultura. (CHAYANOV, 1974, p.120).

Partindo deste contexto, é importante destacar que não existe nenhuma economia camponesa isolada do mercado, mas a lógica da produção camponesa não é a de acumulação de capital e sim a reprodução familiar. É evidente que por estar inserido em um modo de produção maior, haverá, inevitavelmente, a subordinação do camponês, sobretudo na comercialização da sua produção. Entretanto, isso não é o centro das análises de Chayanov uma vez que este parte da organização interna da unidade produtiva para entender a natureza do campesinato.

Ao analisar os vínculos do campesinato com o modo de produção capitalista, o autor em questão acredita que a introdução de cooperativas agrícolas seja uma forma dos camponeses enfrentarem a opressão e a subordinação que o capitalismo proporciona. Deste modo, a cooperativa seria um caminho para se introduzir os elementos da industrialização e assim ampliar gradualmente a produção dos camponeses.

el camino de la colectivización cooperativa es el único posible en nuestras condiciones para introducir en la explotación campesinas los elementos de la industrialización agrícola en grand escala y la planificación estatal. Esto significa lá eliminación gradual y constante de determinados sectores del conjunto de explotaciones individuales e su organización en formas más desarrolladas de empresas sociales em gran escala [...] (p.317).

Por fim, é com base nesses pressupostos teóricos que o MST norteará a sua concepção de cooperação, uma concepção que tem como foco o uso de tecnologias e a divisão do trabalho como motor para o aumento da produtividade para assim poder competir no mercado. E com isso substituir o modelo camponês de organizar a produção, com autonomia do seu tempo e gasto de força de trabalho, por entender que essa forma de organização é irracional e o leva ao isolamento.

Além disso, do ponto de vista político, com base em Lênin e Kautsky, a compreensão do MST é de que os camponeses estão destituídos de conteúdo revolucionário em suas manifestações, cabendo apenas uma tarefa auxiliar e temporária. O socialismo a ser construído não comportaria a existência do campesinato. (FABRINI, 2003).

1.4 - A concepção de cooperação do MST

No modo de produção capitalista, a subordinação dos camponeses ao capital está materializada por diferentes formas, dentre as quais se destacam: a monopolização do território pelo capital, a exploração através da venda da sua força de trabalho em forma de assalariamento e também pela sua expropriação. Todos esses elementos estão relacionados à extração da renda da terra.

Diante desse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST compreende que o acúmulo de forças a partir do estímulo à cooperação agrícola é uma forma do campesinato resistir, tanto política quanto economicamente, ao capitalismo. Para tanto, a partir das experiências vivenciadas nos assentamentos rurais, criou-se uma concepção de cooperação que vem sendo discutida e ampliada desde a origem do Movimento até os dias atuais, com as devidas modificações conforme cada momento histórico.

No entendimento do MST a cooperação agrícola consiste na:

[...] introdução na agricultura da divisão social do trabalho, de forma cooperada. [...] é o jeito de juntar ou somar esforços de cada assentado (agricultor familiar ou individual) para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas [...], produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar o ponto de a terra, capital, trabalho em conjunto. (CONCRAB, 1997b, p. 21).

Os seus objetivos estão delineados em três principais razões, quais sejam: econômicas, sociais e políticas. As razões econômicas são para que os assentados, a partir das cooperativas, consigam acumular capital constante, aumentar a produtividade do trabalho a partir da divisão social do trabalho, racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais e obter melhores preços para os produtos; as sociais são para que eles alcancem mais infraestrutura, educação, saúde para o assentamento e, por fim, as razões políticas, que estão relacionadas à formação política dos sujeitos, principalmente para a liberação de lideranças para as mobilizações pela reforma agrária (CONCRAB, 1997b).

Fabrini (2002, p.129) ao fazer referência a essa questão afirma que a cooperação vai além da busca da melhoria da qualidade de vida ou de elevação do padrão de consumo dos assentados. Para ele, as razões econômicas não se constituem no principal foco da cooperação agrícola nos assentamentos, pois além de benefícios econômicos, a

cooperação nos assentamentos possibilita a construção da cidadania, o desenvolvimento da consciência política e, sobretudo, a possibilidade de ampliação das lutas dos sem-terra.

Além disso, a cooperação é vista pelo MST como uma ferramenta de luta dos assentados.

Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política. (MST, 1998, p. 22 apud SILVA, 2004, p. 82).

Nos assentamentos liderados pelo MST são encontradas duas formas de cooperação: a cooperação simples e/ou a cooperação complexa. Referindo-se a essas formas de cooperação Stédile e Fernandes (2012, p.102-103) afirmam que:

[...] as formas [de cooperação]... podem ser formas mais simples, como um mutirão, em que os vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. Às vezes apenas trocando dias de serviço, sem nenhum pagamento, nenhum ganho material. [...]. Há desde formas mais simples de ajuda mútua, que já fazem parte da tradição camponesa, até formas mais complexas [...]. É quando um assentamento se transforma numa cooperativa agropecuária de produção e instala pequenas agroindústrias. Em resumo, a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento.

Para o MST/CONCRAB são três as formas de cooperação operacionalizadas pelo MST: a) o Grupo coletivo; b) a Associação e; c) a Cooperativa. Cada uma dessas formas possui características específicas como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais formas de cooperação operacionalizadas pelo MST

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e às vezes também mulheres.	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos.
	Geralmente abaixo de	Entre 20 e 400	Nº mínimo exigido

Nº DE SÓCIOS	10 pessoas	conforme o tipo	por lei: 20
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembleia.	Assembleias. Conselhos dos Representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: * Compra de implementos * Venda de produtos - Construção de benfeitorias * Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamento das reivindicações da comunidade	Para: * Organização coletiva da produção e comercialização * Criação de agroindústrias
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semicoletivo	Semicoletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	* Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos	* Precisa de estatuto * Pode ter registro interno * Não pode ter bloco de notas fiscais	* Tem estatuto regulamentado pela lei Cooperativista * Deve ter registro interno * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais * Deve ter registro oficial da contabilidade

Fonte: MST/Concrab, Caderno de Formação nº 20, 1993.

No livro “Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil” João Pedro Stedile ao debater sobre a concepção de cooperação do MST vai delinear 4 principais momentos: o primeiro deu-se de 1979 a 1985; o segundo, de 1986 a 1990; o terceiro, de 1990 a 1993; e o quarto de 1995 a 1999.

Na primeira fase (1979 a 1985), não se tinha ainda uma discussão teórica sobre a cooperação agrícola por parte do movimento⁶. Inicialmente, a preocupação consistia em conseguir a terra, as propostas de cooperação eram as impulsionadas por representantes da Igreja, agentes de pastoral, religiosos, que motivavam ações coletivas como: roças comunitárias, mutirões, experiências de organização comunitária da produção.

O nível de cooperação que existia era espontâneo: mutirão e troca de dias de serviço. Nos Estados, haviam experiências isoladas de cooperação agrícola conforme a ajuda de fora (por exemplo, a igreja) ou de alguns militantes. Surgem os primeiros grupos comunitários ou associações informais. (CONCRAB, 1997b, p. 29).

Vários fatores contribuíram para que as ações coletivas fossem impulsionadas pela Igreja. Desde 1964, a ação política no campo foi enormemente restringida pela repressão policial, militar e privada. Apenas as organizações sindicais e a Igreja puderam manter e desenvolver atividades de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, mesmo assim sob violenta repressão. (MARTINS, 1984).

Esse período foi de muita preocupação do movimento, em pensar a prática da cooperação agrícola como forma de resistência na terra, de organização na luta contra a exploração e a expropriação provocada pelo capital. Todavia, não se avançou muito teoricamente.

Posteriormente, no início da Nova República, é iniciada uma nova fase de discussões sobre a cooperação agrícola. De acordo com Stedile e Fernandes (2012), nesse contexto, de 1986 a 1990, os créditos subsidiados pela ditadura militar tinham cessado. A partir de então se intensificou o debate de como enfrentar esse problema. Lideranças do movimento viajaram para diversos países, dentre eles Cuba, Peru, Chile e México, em busca de experiências sobre a cooperação agrícola, para assim poder adaptar à realidade dos assentamentos e fortalecer a luta pela resistência na terra.

Como resultado, foram criados vários cadernos de formação com o objetivo de difundir as ideias da cooperação agrícola. O principal deles naquele período foi o

⁶ Essa fase foi marcada como o período de gestação do MST.

Caderno de Formação nº 11, intitulado “Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo” de Clodomir Santos de Moraes. Essa teoria foi colocada em prática em diversos assentamentos e tinha como princípio chave a divisão do trabalho como forma de potencializar a produtividade agrícola. Para tanto o autor tinha duas teses centrais: a) o camponês precisaria compreender que só com a divisão do trabalho se pode aumentar a produtividade e, portanto, aumentar a renda e o bem-estar; b) só a divisão do trabalho permitiria elevar a consciência social do camponês individualista para um sujeito que percebe que é apenas um no sistema social. (STEDILE e FERNANDES, 2012).

As consequências dessas experiências não foram muito satisfatórias, visto que, houve rejeição de muitos camponeses para essa forma de organização da produção, uma vez que o camponês teria que mudar a sua lógica de organização da produção, destituindo-se de suas características principais que são: a utilização do trabalho familiar em seu lote e sua autonomia nas etapas de produção.

Clodomir Santos de Moraes⁷ via essa forma de organização da produção tradicional do campesinato como um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, da produtividade, além de possibilitar a extinção do campesinato mediante o avanço do capitalismo no campo.

Ao analisar a teoria de organização apresentada por Clodomir Santos de Moraes, Thomaz (2010) considera que ela trata o camponês com preconceito, uma vez que a lógica da organização da sua produção é tida como artesanal e de baixo rendimento e ainda defende sua transformação “em uma lógica empresarial que alie eficiência, racionalidade e produtividade”. Segundo Thomaz (2010), essa forma de apreensão “está amplamente amparada em uma concepção puramente econômica do camponês [...] sendo os assentamentos encarados, sobretudo, em seu aspecto econômico” (p. 68).

Essa Teoria da Organização foi criticada pelo próprio MST, mas também, segundo Stedile e Fernandes (2012), contribuiu significativamente para a compreensão de como a organização do trabalho influencia no processo de formação da consciência do camponês, como pode ser visto na citação abaixo.

A proposta do laboratório organizacional mostrou certas limitações. [...], em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito

⁷ Clodomir Santos de Moraes fez parte do partido comunista e teve influência da teoria de Lênin sobre o papel do campesinato no interior do desenvolvimento do capitalismo.

estaque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. Em geral, os grupos de cooperação agrícola já vêm se formando nos acampamentos em função de afinidades que vão se criando. [...] Por outro lado, o método do Clodomir teve uma grande utilidade ao nos abrir para essa questão da consciência do camponês. Ele trouxe um conhecimento científico sobre isso. O seu livro sobre a teoria da organização mostrou com clareza como a organização do trabalho influencia na formação da consciência do camponês. (2012, p. 101-102).

No terceiro momento, entre 1990 e 1993, a conjuntura socioeconômica não era favorável ao movimento de luta pela terra, pois foi marcado pela intensa repressão por parte do governo de Fernando Collor de Mello.

O governo Collor além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal. (STEDILE e FERNANDES, 2012).

Diante dessa conjuntura, o MST necessitava de uma maior organização interna dos assentamentos, principalmente no que tange a produção agrícola e a intensificação da cooperação agrícola como forma de resistência na terra. Assim sendo, entre 1990 e 1992, depois de uma série de discussões, foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA para estimular e massificar a cooperação agrícola dentro dos assentamentos, em suas várias formas, integrando nesse processo os assentados individuais. (CONCRAB, 1997b).

Os objetivos do SCA consistiram em aumentar a produtividade do trabalho, a acumulação do capital e o progresso econômico a partir das cooperativas. Além de ter objetivos políticos, considerando os assentamentos como retaguarda política do MST, o viés econômico de base eram as cooperativas.

Em 1990 foi definido que o SCA seria organizado em três níveis: local, estadual e nacional. Em nível local ficariam as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPSs); em nível estadual, as Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCAs) e; por último, em nível nacional, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), todas com o objetivo de manter uma

cooperação ampla e voltada para fora dos assentamentos. (MARCOS e FABRINI, 2010, p. 110).

Passamos a entender que era impossível avançar organizando apenas no nível da produção de subsistência. Isto não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado. (CONCRAB, 1997b, p. 31).

A partir do SCA, as CPAs (Cooperativas de Produção Agrícola) foram vistas como uma etapa superior de organização coletiva da terra, do trabalho e do capital. Suas principais funções eram desenvolver a estrutura social básica dos assentamentos, estimular e contribuir para a produção dos lotes individuais e buscar viabilizar empreendimentos econômicos em larga escala.

Estas cooperativas foram idealizadas a partir das experiências de coletivização da produção em Cuba (CONCRAB, 1997b). Todavia, não houve uma transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas, sociais e de lutas existentes entre Brasil e Cuba. (MARCOS e FABRINI, 2010).

As CPAs cubanas foram criadas a partir da década de 1970, na tentativa de conter a diminuição das áreas das unidades de produção familiares, por causa do crescimento da população.⁸ Essas cooperativas possuem a terra, a organização, o trabalho e a gestão da produção coletiva. (MARCOS e FABRINI, 2010, p. 81).

As Centrais Estaduais tinha por finalidade dar um suporte as CPAs e as Associações para a comercialização da produção, construção de projetos agroindustriais e buscar junto aos governos estaduais melhorias nas infraestruturas básicas, assistência técnica e créditos para subsidiar as cooperativas.

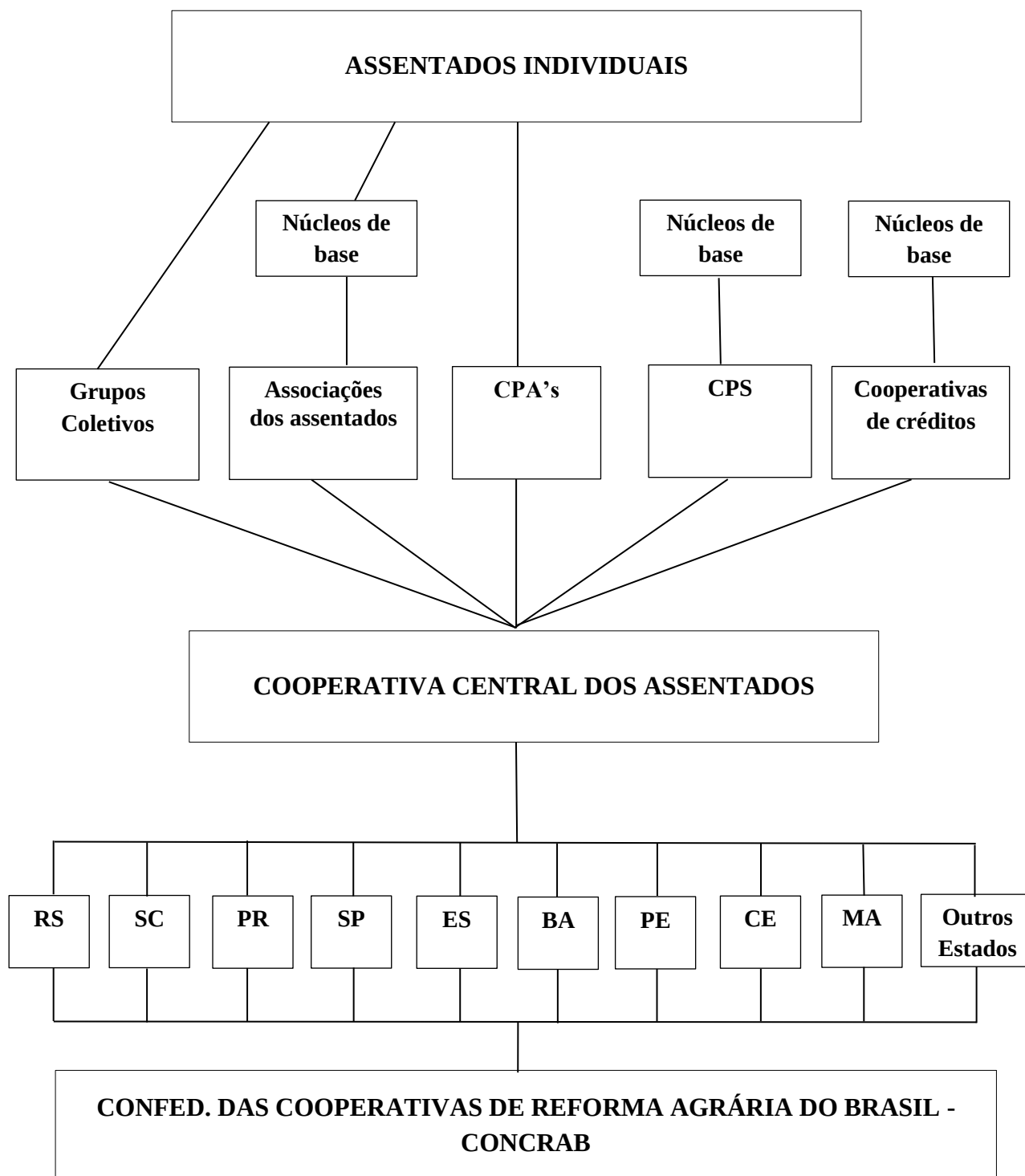
A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB era a 3ª instância do SCA. Seus principais objetivos era planejar e coordenar as ações das Cooperativas Centrais Estaduais, construir escolas técnicas para capacitar os cooperados e representar os interesses das cooperativas junto aos organismos públicos e internacionais. O organograma 2 demonstra sinteticamente a organização do SCA.

Uma crise nas CPAs acabou por levar o MST a declinar sua atenção ao debate sobre o cooperativismo (FABRINI, p. 124, 2002). De acordo com a Concrab (1995), a deflagração dessa crise ocorreu devido a ausência de planejamento para a implantação

⁸ (RODRIGUES, 1984, p.33 apud FERNANDES, 1999, p.220).

da divisão do trabalho, a falta de capacitação da mão de obra⁹, e a má gestão dos recursos, ou seja, estava relacionada a problemas internos.

Organograma 2 - Esquema organizacional do Sistema Cooperativista



Fonte: MST/Concrab.

⁹ Com o objetivo de captar tecnicamente a mão de obra na área da agroindústria, foi criado em 1995 o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, em Veranópolis – RS.

Entendemos que esta crise estava associada a uma série de fatores com destaque para os conflitos internos que tiveram lugar nos assentamentos e a conjuntura econômica daquele período onde não havia uma política cooperativista em prol da luta pela terra e em detrimento da ação de um Estado neoliberal o qual, por sua vez, voltava suas políticas agrícolas para o agronegócio, expondo a agricultura à voracidade da competição internacional.

Perante esse contexto de dificuldades encontradas na manutenção das cooperativas, o MST teve que rever seus posicionamentos. Como forma de enfrentar os problemas, foram criados, a partir de 1994, dois tipos de Cooperativas: a “produtiva” e a “não produtiva”. A primeira seria aquela organizada em torno da produção e as “não produtivas” seriam aquelas preocupadas com a comercialização, a prestação de serviços e a ajuda mútua, por exemplo. Essas cooperativas teriam diferentes atividades como elemento aglutinador/catalisador. (FABRINI, 2002).

Em 1995 foi criado o Caderno de Cooperação Agrícola nº 4, denominado “Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos”. Nele foi delineado que teria que haver uma massificação da cooperação nos assentamentos, principalmente nas cooperativas não produtivas, para que houvesse o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos. Para tanto, o papel do Estado seria crucial a partir de créditos, assistência técnica e pesquisa.

Daquele período pós 1994 até 2002 o MST continuou revendo suas práticas em relação a essa questão e decidiu criar um novo setor para substituir o SCA.

Se no período anterior houve uma valorização das lutas pelos créditos oficiais na formação das cooperativas, agora a preocupação volta-se mais para a organização interna, com cooperativas tendo mais na sua base a mão-de-obra e a terra e menos a expectativa de créditos e projetos de alocação de recursos financeiros. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente foi dividido em cinco frentes de atuação: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas, Frente da Organização de Base, Frente da Assistência Técnica e da Produção, Frente de Formação e Capacitação, Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária. (FABRINI, 2002, p.128)

O que se observou é que não houve significativas mudanças dos objetivos que se pretendia alcançar através da cooperação, o principal deles, o viés econômico. Embora havendo objetivos políticos a partir das cooperativas, do ponto de vista econômico não se obteve os resultados esperados já que muitas cooperativas não alcançaram bons

resultados produtivos. No entanto, é importante ressaltar que “nas CPAs em atividade, são travadas importantes lutas e alcançadas conquistas diversas. Elas são um importante núcleo de operacionalização das diversas lutas e resistências do MST”. (MARCOS e FABRINI, 2010, p. 112).

Marcos e Fabrini (2010), analisando as dificuldades da reprodução das CPAs do MST, destacam que seus problemas estão relacionados a fatores internos e externos. Os externos seriam por causa da prioridade do Estado em financiar o agronegócio, que conseqüentemente, faz gerar dificuldades para os camponeses no que tange a desapropriações de terras para a reforma agrária, assistência técnica, etc. inviabilizando, sobretudo, uma agricultura coletiva. Quanto aos fatores internos, as limitações das cooperativas são resultantes da implantação de um modelo empresarial, com uma rígida divisão do trabalho, que faz com que assentados virem operários, subordinados a uma lógica de produção empresarial, que muitos lutaram para dela sair.

Externamente, as condições macroestruturais de valorização de uma agricultura do negócio (agronegócio) têm colocado obstáculos para as iniciativas camponesas [...], sobretudo aquelas coletivas. Além das dificuldades estruturais relacionadas diretamente ao modo de produção capitalista [...], elas apresentam limitações internas. Essas limitações vão desde dificuldades de relacionamento dos camponeses numa estrutura hierarquizada até os prejuízos causados pelo uso e gestão relaxada e pouco zelosa do patrimônio coletivo. Relacionada a essas limitações encontra-se também a discrepância entre racionalidade familiar camponesa dos assentados e a lógica empresarial. [...] (Esta lógica) se constitui numa relação da qual os sem-terra lutaram para sair. (MARCOS e FABRINI, 2010, p.112).

Paulino (2003) ainda acrescenta que embora o viés econômico das cooperativas seja positivo não vai atrair os camponeses assentados na medida em que estes perdem a sua autonomia, sua liberdade de dispor de seu tempo e de seu espaço. Nas palavras da autora:

Entendemos que essa dificuldade provém da não consideração de um elemento essencial que orienta a utopia camponesa, a busca obstinada da autonomia, da liberdade de dispor de seu tempo, de seu espaço e de seu saber de acordo com os sonhos e projetos construídos ao longo das próprias tradições. Assim, embora reconhecidamente positiva do ponto de vista econômico, tal experiência não seduz a maior parte dos assentados, muitos dos quais a abandona após experimentá-la, pois a lógica capitalista, do resultado material do trabalho, não é o componente essencial a mover a classe camponesa [...]. Não se quer afirmar, com isso, que os camponeses rejeitam o progresso material, mas que eles o condicionam à garantia da autonomia, que somente a

propriedade individual dos lotes assegura integralmente. (PAULINO, 2003, p.28).

Por fim, como foi visto a compreensão de cooperação agrícola do MST, viabilizada através das práticas coletivas e, principalmente, a partir das cooperativas, teve e ainda tem como objetivo a viabilização de seu projeto político e econômico. Sendo o objetivo maior do MST a criação de condições favoráveis à construção do socialismo a partir do estabelecimento de relações de produção tipicamente capitalistas para modernizar as relações sociais no campo (Fabrini, 2003), sua proposta de cooperação para os assentamentos tem buscado aprimorar-se buscando o atendimento desse objetivo e a superação das dificuldades encontradas.

CAPÍTULO 2 - DA LUTA PELA TERRA NA MICRORREGIÃO DE SAPÉ A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONOMICA E AMBIENTAL DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

“Deus quando fez o mundo não deixou esse montão de terra pra ninguém e nem deixou terra cercada e nem carimbou... ele deixou pro povo trabalhar e conseguir a sua alimentação pra viver bem com a sua família” (L.P.S, assentado do PA Zumbi dos Palmares, Mari/PB, julho de 2013).

A luta por terra no Brasil e na Paraíba tem suas origens relacionadas ao processo histórico de ocupação do território pelo colonizador. Os índios que ocupavam o território paraibano de leste a oeste, reagiram à colonização no momento em que suas terras e sua liberdade começaram a ser ameaçadas, dando origem ao que se constitui a primeira forma de luta pela terra na Paraíba: a luta dos índios pelo direito à terra e à vida (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O espaço agrário paraibano reproduz o traço essencial da estrutura fundiária brasileira, isto é, o caráter concentrado da terra. Este, na Paraíba, como de resto em todo território nacional acha-se inicialmente relacionado, como já foi mencionado na introdução deste trabalho, à implementação da lei de Sesmarias, a qual:

[...] regula juridicamente a repartição da propriedade fundiária. Segundo essa lei, o acesso à terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tem cada senhor. Desta maneira, o acesso a terra restringe-se, de direito, a alguns poucos, dele ficando excluída a maior parte da população. (MOREIRA, R. 1990, p. 12).

A concessão de sesmarias foi suspensa em 17 de julho de 1822 e em 18 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei 601, conhecida como Lei de Terras a qual, como também já foi colocado, tinha por pressuposto básico a mercantilização da terra. Segundo Moreira e Targino,

o principal objetivo da lei de Terras era proibir o acesso a terra por outro meio que não fosse a compra promovendo assim a exclusão da população mais pobre, neste sentido, a terra se valoriza e adquire importância mercantil e o estabelecimento da propriedade privada é

reforçado no Brasil e por rebatimento, na Paraíba. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 49).

A concentração fundiária e a privatização da propriedade da terra, responsáveis pela exclusão do pobre ao acesso a terra, é um problema que se perpetua desde a colonização. Durante o regime militar, com a “modernização conservadora da agricultura”¹⁰ (SILVA, 1981), por ele posta em prática, assistiu-se ao agravamento dessa concentração incentivada por políticas públicas de estímulo à expansão da agricultura de exportação e da pecuária. À intensificação da concentração fundiária, somou-se a expansão horizontal do pasto artificial e de culturas de exportação tendo como consequência a expulsão dos camponeses que ainda viviam e trabalhavam na terra. A esse processo nem todos os camponeses assistem passivamente, muitos reagem dando origem a conflitos (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Mais recentemente assiste-se a expansão do agronegócio legitimada por políticas públicas que se alicerçam na justificativa da necessidade de produção de *commodities* para garantir o desempenho da balança comercial brasileira.

Como resultado desse processo assistiu-se a um intenso êxodo rural na Paraíba a partir dos anos de 1970 e ao espraiamento da pobreza pelos vilarejos rurais que foram surgindo, pelas pontas de ruas de pequenas e médias cidades e pela periferia e áreas de riscos nos maiores centros urbanos.

Para os movimentos sócioterritoriais e para a CPT, a solução para este quadro de exclusão, expulsão e expropriação do homem do campo reside na reforma agrária.

Segundo Oliveira (2007, p.68), a reforma agrária consiste em “um conjunto de ações governamentais (...) visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país (...)”. Ela compreende “mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território”.

Para o MST, a reforma agrária tem como objetivo a desapropriação e a distribuição de terras às famílias que não as possuem, implicando na redução da pobreza e das desigualdades sociais. Também objetiva democratizar o capital, criando condições para que o camponês assentado tenha boas condições de produção e comercialização.

¹⁰ A expressão “modernização conservadora” é utilizada para demonstrar que apesar da agricultura ter se modernizado no plano tecnológico a estrutura de posse da terra permaneceu inalterada, quando não, agravou-se.

Além disso, ela está diretamente associada à redemocratização da educação, já que na sociedade moderna, conhecimento, cultura e informação representam poder (STÉDILE e FERNANDES, 2012).

Portanto, com base nessas conceituações constata-se que a reforma agrária se faz necessária, pois a partir da sua realização será possível uma redução da taxa de desemprego rural e também urbano, a diminuição do êxodo rural, a ampliação da policultura e conseqüentemente, a redução da exploração do trabalho no latifúndio.

Ainda com base nas definições acima colocadas, apreende-se que a reforma agrária não implica meramente na distribuição de terras para os que não a detêm, ela também implica na melhoria das condições de vida e trabalho das famílias camponesas através do acesso a boas condições de moradia, a infraestrutura básica, à saúde e à educação.

É importante ressaltar que a reforma agrária não pode ser entendida com uma solução para as desigualdades sociais presentes no campo, já que esta é inerente do modo de produção capitalista, como afirma Oliveira (2007, p. 67):

A reforma agrária não pode ser entendida como solução para essas contradições, mas sim como um paliativo. Paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista de produção como um todo do que a da agricultura em particular. Porque, no fundamental, as soluções para os problemas da agricultura estão inscritas na necessidade de superação desse modo de produção.

No modo de produção capitalista a implementação de uma reforma agrária ampla se torna difícil já que a terra, desde a Lei de Terras, é uma mercadoria, portanto, passível de ser vendida e comprada. Além disso, o Estado tem um papel primordial para a não realização desta reforma agrária, pois o seu poder geralmente está ligado ao poder dos donos da terra e ao capital. Então somente através de uma forte pressão da classe trabalhadora e dos movimentos sociais organizados se consegue, a muito custo, uma ação efetiva do Estado na direção de uma redistribuição da terra.

Fica evidente assim a dupla face do Estado nas sociedades capitalistas. De um, lado, age como promotor da reforma agrária, quase sempre quando não consegue fazer recuar a luta dos trabalhadores, e de outro atua no sentido de impedir sua realização, através de políticas públicas incentivadoras e alimentadoras do agronegócio.

Por conseguinte, as conquistas obtidas pelos movimentos socioterritoriais e pela classe trabalhadora organizada, no sentido da desapropriação, compra ou transferência

de imóveis rurais para efeito de reforma agrária no Brasil, só têm sido possível graças a pressão exercida pela classe trabalhadora, por movimentos socioterritoriais, entidades de classe e pela Igreja. Um exemplo é o caso da microrregião de Sapé e nela, o município de Mari que veremos a seguir.

2.1 - A luta pela terra na microrregião de Sapé

O espaço agrário da microrregião de Sapé tem uma história relacionada à dominação da atividade canavieira comandada pela mais influente oligarquia rural da região até os anos de 1985 (a família Ribeiro Coutinho). Ele caracteriza-se historicamente por uma fortíssima concentração da propriedade da terra e pela disputa pelo território estabelecida entre camponeses e latifundiários. (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O maior movimento de luta pela terra na região foi o das Ligas Camponesas que teve sua origem na década de 1940 após a redemocratização do país depois da ditadura do governo Vargas, mas que nesse momento não se solidificou. Na década de 1950, as Ligas ressurgem no Estado de Pernambuco e posteriormente se expandem até o estado da Paraíba.

Na Paraíba, as Ligas Camponesas surgiram em 1958, e tiveram como seu principal centro de difusão o município de Sapé onde foi criada com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Todavia, logo em seguida foi batizada de Liga Camponesa pela imprensa. A primeira diretoria da Liga de Sapé foi composta por: Severino Alves Barbosa, presidente; João Pedro Teixeira, vice-presidente; Pedro Fazendeiro, 1º secretário; Severino José da Silva, 2º secretário; Walter Acioly, tesoureiro; João Alfredo Dias (Nego Fuba), orador; e José Gomes da Silva, advogado (SOUZA, 1996, p. 31-32).

Este movimento tinha como principal objetivo lutar por reivindicações do homem do campo, como por exemplo, o direito à assistência médica, à assistência jurídica contra ações de despejo, conforme definia o Estatuto da Liga Camponesa de Sapé no seu Capítulo I, artigo primeiro:

A Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé tem por finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados, e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos de acordo com

as leis do país (ESTATUTO DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ, apud NOVAES, 1997, p. 39).

Novaes (1997) ainda acrescenta que essa assistência aos camponeses da região foi um dos grandes impulsionadores do movimento. Vale ressaltar, porém que neste momento pensava-se também em “conquistar a reforma agrária, através da organização e conscientização das massas, pelos caminhos democráticos” (SOUZA, 1996, p. 34).

A liga Camponesa de Sapé teve um crescimento muito rápido resultando num incômodo para os usineiros e latifundiários, que começaram a dificultar a atuação do movimento, promovendo atentados violentos, ações de pistolagem contra os camponeses como também a derrubada dos seus casebres, como tentativa de expulsá-los das fazendas. O ponto culminante dessa violência foi à morte do vice- presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira. Ele foi assassinado no dia 2 de abril de 1962 com tiros de fuzil no peito, em uma emboscada no meio da estrada próxima ao Município Sapé, como relata sua esposa Elizabeth Teixeira:

João Pedro saltou do ônibus, entrou numa mercearia que tinha ali por perto, comprou cigarro e pegou a estrada, caminhando, pra vir pra casa. Eram cinco e meia da tarde. Por ali tem um trecho de mata. Nesse local eles armaram a emboscada. Quando João Pedro ia passando, eles atiraram. No primeiro tiro, João Pedro soltou um gemido bem grande, deram o segundo, o terceiro. Ele tombou sem vida. Uma camponesa que morava ali por perto e que presenciou a morte de João Pedro teve um aborto por causa de tudo o que viu. (BANDEIRA, MIELE, e GODOY, 1997, p. 78).

A morte de João Pedro Teixeira a mando dos latifundiários locais tinha como objetivo o enfraquecimento da Liga Camponesa. Entretanto, o contrário aconteceu, os homens e mulheres do campo passaram a se associar à Liga, que dobrou em dois anos: de sete mil associados passou para 16 mil. Neste momento, a viúva Elizabeth Teixeira assumiu a presidência da Liga e continuou lutando pelos direitos dos trabalhadores e por justiça para aqueles que tiveram suas vidas destruídas pelo latifúndio (BANDEIRA, MIELE e GODOY, 1997).

Como resultado de muitas reivindicações a Liga Camponesa de Sapé conquistou um posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência), um posto do SAPES (Serviço de Alimentação e Previdência Social), uma agência do Banco do Brasil, aquisição de máquinas agrícolas, sementes, adubos e inseticidas para atender aos camponeses e toda a população do município de Sapé (SOUZA, 1996).

O principal vilão na repressão deste movimento além dos latifundiários foi o golpe militar de 1964 que permitiu a intensificação das perseguições e a morte de muitos trabalhadores. Durante a ditadura, a Liga Camponesa passou a ser vista como comunista, levando a polícia e o exército a uma perseguição incansável em busca de Elizabeth Teixeira e dos demais líderes da Liga (BANDEIRA, MIELE e GODOY, 1997).

Com o desmantelamento das Ligas, a partir do golpe militar de 1964 e a instalação de um governo autoritário no Brasil, o processo de disputa territorial só foi retomado pelos trabalhadores na segunda metade da década de 1970, em decorrência da expansão da atividade canavieira através da implantação do Proálcool que originou focos de resistência camponesa à expulsão.

A organização camponesa em torno da luta por terra ganhou maior expressão com a instalação da Nova República e de um governo democrático que prometia a realização da reforma agrária no país e com o surgimento do MST a partir de 1984. No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a crise do Proálcool e a entrada desse Movimento no estado transformaram a Zona da Mata num “barril de pólvora”. Áreas abandonadas pela cana em sua fase de crise foram ocupadas por camponeses sem terra. A disputa pelo território entre os camponeses sem terra e os produtores de cana proprietários de terra da região resultou na criação de 27 Projetos de Assentamento na microrregião de Sapé entre 1993 e 2010 abrangendo 23.554,9554 hectares onde foram assentadas 2.446 famílias (Quadro 2).

Esse avanço do campesinato sobre o território do latifúndio promoveu impacto sobre a concentração fundiária. Esse impacto, porém, é mais perceptível nos municípios onde houve maior desapropriação de terras. No conjunto da microrregião, embora se observe um arrefecimento do padrão de concentração, este ainda é muito alto.

A evidência desses impactos pode ser constatada a partir da comparação do índice de Gini¹¹ dos anos de 1995 e 2006 dos municípios que compõem a microrregião (Mapa 2). Observa-se que no município de São Miguel de Taipu, onde foram desapropriados 4.102,00 ha para a criação de sete Projetos de Assentamento, beneficiando 499 famílias, o índice de Gini de concentração da propriedade da terra baixou de 0,680 para 0,293.

¹¹ O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta.

O município de Cruz do Espírito Santo também sofreu mudanças na sua estrutura fundiária, em 1995 o índice de Gini de concentração da propriedade da terra estava em 0,867 (IBGE, 1995), mas com a desapropriação de 5.998,074 ha entre os anos de 1996 e 1998 para a criação de oito Projetos de Assentamento, esse índice caiu para 0,629 (IBGE, 2006) (Mapa 2). Outro município onde houve o decréscimo do seu índice foi Sapé, no ano de 1995, este era de 0,829, todavia, a criação de seis projetos de assentamentos e, conseqüentemente, a desapropriação de 6.327,2 ha, diminuiu para 0,630 em 2006.

Os municípios de Riachão do Poço, Sobrado e São José dos Ramos foram criados em 1994, logo, acreditamos que por esse motivo não tenham dados disponibilizados pelo IBGE sobre a sua estrutura fundiária. Desses municípios chama a atenção o de Riachão do Poço onde foram desapropriados 1.450,0 hectares para dar origem ao Projeto de Assentamento Chico Mendes.

Os municípios de Juripiranga e Pilar praticamente não sofreram impactos na sua estrutura fundiária. Em Juripiranga não se verificou nenhum conflito de terra no período, nem nenhuma desapropriação. O município de Pilar foi desmembrado dando origem ao município de São José dos Ramos. Entre os dois municípios localiza-se apenas 1 Projeto de Assentamento, o Nova Conquista, com 781,4 hectares.

O município de Mari também sofreu alteração na sua estrutura fundiária. Em 1995 ele apresentava um índice de Gini de 0,765. Com a desapropriação de 2.896,23 hectares para a instalação de dois assentamentos, quais sejam, Zumbi dos Palmares e Tiradentes, esse índice caiu para 0,680 (Mapa 2). Mesmo assim ainda é muito elevada a concentração de terras no município.

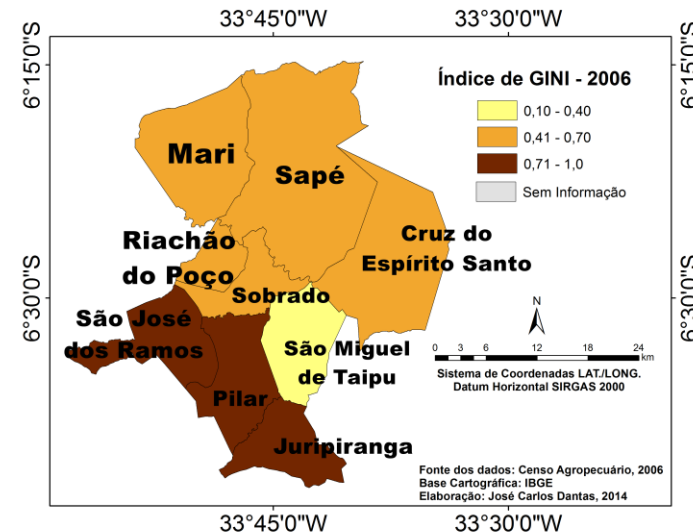
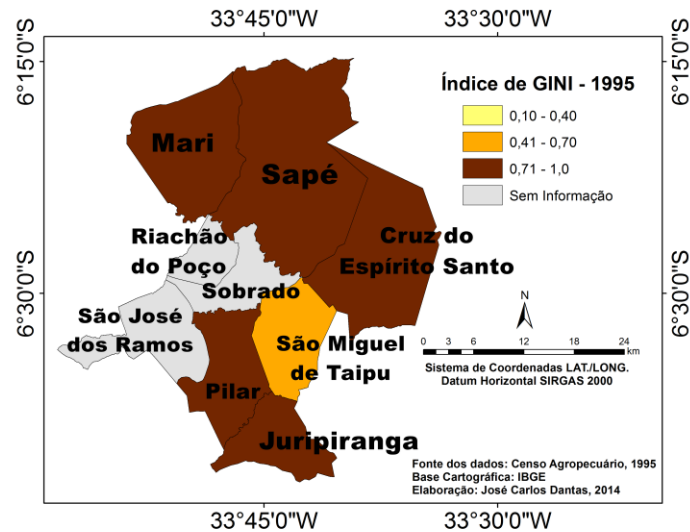
No que tange à microrregião de Sapé, segundo o Censo Agropecuário de 2006, predominam os estabelecimentos menores de 10 hectares, que correspondem a 89,88% do total dos estabelecimentos existentes. Contudo, a área por eles ocupada equivale a apenas 27,2% da área total dos estabelecimentos. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares, representam 97,0% do total e se apropriam de 39,9% da área agrícola.

Quadro 2 - Microrregião de Sapé - Projetos de Assentamento criados entre 1995 e 2010

Nome do Imóvel	Nome Projeto Assentamento	Município	Área Desaprop. (ha)	Medida (ha)	Total de famílias	Decreto de desapropriação	Data imissão Posse	Data da criação do PA
Campo de Sementes e Mudas	Campo de Sementes e Mudas	Cruz do Espírito Santo	207,0000	200,0685	45	Tranf.	_____	17.05.96
Agropar Eng. Novo	Dona Helena	Cruz do Espírito Santo	762,2700	757,0783	105	04.09.95	07.06.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana I	Cruz do Espírito Santo	991,4000	983,7328	131	10.11.95	23.05.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana II	Cruz do Espírito Santo	1.300,9000	1325,6833	158	10.11.95	23.05.96	02.07.96
Engenho Massangana (Parte)	Massangana III	Cruz do Espírito Santo	816,9000	796,1506	131	10.11.95	23.05.96	15.12.96
Maraú de Cima	Canudos	Cruz do Espírito Santo	1.179,0000	1226,7782	113	22.07.98	17.12.98	21.12.98
Engenho Santana	Engenho Santana	Cruz do Espírito Santo	370,6040	370,5715	55	20.12.93	19.10.94	26.01.95
Fazendas Santana	Santana II	Cruz do Espírito Santo	370,0000	386,6431	55	02.07.96	05.11.96	09.12.96
Fazenda Gendiroba	Tiradentes	Mari	1.719,7000	1400,7942	160	12.05.00	22.12.00	27.12.00
Cafundó	Zumbi dos Palmares	Mari	1.176,5300	1061,6266	85	19.06.01	25.04.02	08.10.04
Fazenda Reunidas Recreio	Nova Conquista	Pilar/S.J. dos Ramos	781,4480	1360,1495	109	09.05.05	24.10.05	032/2005
Faz. Ipanema Faz. Bela Vista	Chico Mendes	Riachão do Poço	1.450,0000	1053,4864	120	30.09.99	24.12.99	28.12.99
Fazenda Mendonça	Dom Marcelo Carvalheira	Mogero/Itabaiana/ S. J. Ramos	1.400,0000	1368,4199	70	03.02.04	09.10.04	08.10.04
Eng. Novo Quinhão 9-C	Amarela I	São Miguel de Taipu	523,2500	527,1424	54	25.03.95	01.09.95	13.10.95
Eng. Novo Quinhão 9-B	Amarela II	São Miguel de Taipu	523,4500	424,4059	42	12.01.95	04.10.95	10.11.95
Engenho Itaipu	Novo Taipu	São Miguel de Taipu	800,0000	839,5669	60	19.08.97	18.12.98	21.12.98
Itapuá	Antônio Conselheiro	São Miguel de Taipu	930,1400	947,3078	120	07.10.99	06.01.99	06.01.00
Condominio Tubiacanga	Água Branca	São Miguel do Taipu	523,4500	620,7293	73	21.09.04	31.05.05	014/05
Maravalha	Maravalha	S.Miguel do Taipú	234,7567	234,7567	44	CONV-INCRA-ESTADO	RECONHECIDO	041/05
Mata de Vara	Mata de Vara	S.Miguel do Taipú	566,9567	566,9567	106	CONV-INCRA-ESTADO	RECONHECIDO	025/05
Fazenda Santa Luzia	21 de Abril	Sapé	362,0000	409,9295	60	30.07.96	22.10.96	02.12.96
Fazenda Santa Cruz Gameleira	Padre Gino	Sapé	466,3000	527,802	62	17.09.96	19.11.96	09.12.96
Fazenda Boa Vista	Boa Vista	Sapé	1.165,0000	1047,2591	122	18.10.96	06.12.96	19.12.96
Fazenda Cobé	Vida Nova	Sapé	505,0000	560,9332	68	19.08.97	21.11.97	09.12.97
Santa Helena	Santa Helena	Sapé	3.251,9000	3302,416	201	10.04.97	10.02.98	07.05.98
Cuité	Rainha dos anjos	Sapé	577,0000	384,8666	49	08.07.99	28.12.99	29.12.99
Sapucaia	Nova Vivência	Sobrado	600,0000	_____	48	18.03.98	19.05.98	26.05.98

Fonte: Incra - PB, Relação dos Projetos de Assentamento, 1995-2010.

ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE SAPÉ – 1995 e 2006



Universidade Federal da Paraíba-UFPB
Centro de Ciências Exatas e da Natureza-CCEN
Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGG/ Mestrado
Discente: Nielson Polucena Lourenço
Linha de Pesquisa: Cidade e Campo

SAPIENTIA EDIFICAT
2014

Enquanto isso se observa que os maiores estabelecimentos, com 200 hectares e mais representam apenas 0,7% do total dos estabelecimentos, mas se apropriam de 40,2% da área agrícola total (Tabela 1). Constata-se, por conseguinte a persistência de um elevado padrão de concentração fundiária na microrregião. Este é mais perceptível quando se considera os estabelecimentos com mais de 500 hectares, que são apenas 15 e representam apenas 0,2% do total dos estabelecimentos agrícolas da microrregião, mas se apropriam de 13.593 hectares de terra o que representa, 22,7% da área agrícola microrregional (Tabela 1). Dessa forma, malgrado o avanço das conquistas de terra pelos trabalhadores este não foi ainda capaz de reverter o padrão desigual de distribuição fundiária na microrregião.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária da Microrregião de Sapé – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	5966	89,88	16260	27,20
De 10 a menos de 20	360	5,42	4.180	7,00
De 20 a menos de 50	112	1,69	3.399	5,70
De 50 a menos de 100	115	1,73	7.103	11,90
De 100 a menos de 200	36	0,54	4.797	8,00
De 200 a menos de 500	34	0,51	10.470	17,50
De 500 a menos de 1000	11	0,17	6.538	10,90
De 1000 a menos de 2500	3	0,05	3.556	5,90
De 2500 e mais	1	0,02	3499	5,90
Total	6638	100,00	59802	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Dentre os municípios que compõem a microrregião o que apresenta a mais forte concentração fundiária é o de Juripiranga. Neste município, apenas dois estabelecimentos apropriam-se de 53,8% da área agrícola total (Tabela 2). Enquanto isso, 257 estabelecimentos (82,1% do total) possuem menos 10 hectares e se apropriam de apenas 5,1% do total da área agrícola. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares representam 92,6%, mas ocupam apenas 12,9% da área agrícola (Tabela 2). Interessante observar que neste município, até 2010, segundo o Incra, nenhum Projeto de Assentamento foi criado, informação que reforça a persistência dessa forte concentração de terras.

Tabela 2 - Estrutura fundiária de Juripiranga - PB – 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10 ha	257	82,1	380	5,1
De 10 a menos de 20 ha	23	7,3	288	3,8
De 20 a menos de 50 ha	10	3,2	304	4,0
De 50 a menos de 100 ha	12	3,8	636	8,5
De 100 a menos de 200 ha	5	1,6	822	10,9
De 200 a menos de 500 ha	4	1,3	1045	13,9
De 500 a mais de 2500	2	0,6	4039	53,8
De 1000 a menos de 2500 ha	0	0,0	0	0,0
Produtor sem área	0	0,0	0	0,0
Total	313	100,0	7514	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 2006.

Verifica-se assim a importância da luta pela terra e da política de reforma agrária para garantir uma melhor distribuição da propriedade e um maior acesso à terra a população excluída da mesma.

2.2 - Espaço agrário e luta pela terra no município de Mari-PB: as origens do PA Zumbi dos Palmares

De acordo com o IBGE¹², o município de Mari surgiu a partir de um povoado denominado Araçá que se constituiu a partir da construção de uma estação ferroviária em 1873, decorrente da passagem pelo lugar da Estrada de Ferro CWRB (hoje Rede Ferroviária do Nordeste).

Em 1900, a construção de uma Capela atraiu mais população e foi então criada a primeira rua do povoado com o nome de Rua do Comércio. Em 1938, o povoado transformou-se em Distrito de Araçá pertencente ao município de Sapé. Pelo decreto lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o distrito de Araçá passou a denominar-se Mari.

Em divisão territorial datada de 1-07-1950, o distrito de Mari, ex-Araçá, figura no município de Sapé, assim permanecendo até 1958 quando foi elevado à categoria de

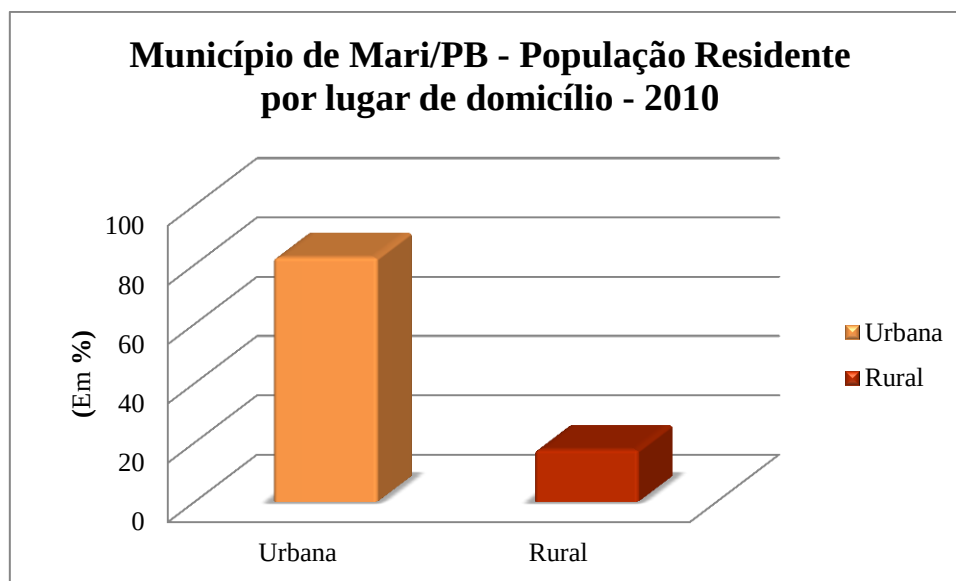
¹² <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

município com a denominação de Mari, pela lei estadual nº 1862, de 19-09-1958, desmembrado de Sapé.

Em 2010, de acordo com o IBGE, a população residente em Mari correspondia a 21.176 pessoas das quais 17.455 (82%) concentravam-se na zona urbana e 3.721 (18%) residiam na zona rural (Gráfico 1). Apesar desse forte índice de urbanização, constata-se que entre 1991 e 2010 a população rural cresceu 5,6%. Entre 2000 e 2010, a população de Mari apresentou um crescimento médio anual de 0,25%, bastante superior ao alcançado na década anterior, de 1991 a 2000, que foi negativo (-0,02% a.a.)¹³.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município passou de 0,394 em 2000 para 0,548 em 2010. Isto representa uma taxa de crescimento da ordem de 39,09%. A distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 25,41% entre 2000 e 2010¹⁴ o que é demonstrativo de uma melhoria significativa dos indicadores sociais do município.

Gráfico 1



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

A atividade agrícola de Mari sempre esteve relacionada à produção de alimentos e de matérias primas com destaque para o fumo de rolo, o abacaxi e a cana-de-açúcar.

¹³ Cf. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 – Perfil do Município de Mari. Disponível em: Downloads/AtlasIDHM2013_Perfil_Mari_pb.pdf.

¹⁴ Cf. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 – Perfil do Município de Mari. Disponível em: Downloads/AtlasIDHM2013_Perfil_Mari_pb.pdf.

O fumo de rolo foi introduzido no município em 1946, por duas famílias que ali se instalaram: as famílias de Manoel de Paula Magalhães e a de José Leão de Oliveira, procedentes de Alagoas¹⁵. A cana-de-açúcar está presente nas combinações agrícolas municipais desde o período colonial. O abacaxi, segundo Moreira e Targino (1997), foi introduzido na Paraíba na década de 1930 e Mari foi uma das primeiras áreas de cultivo. Em 1980 Mari, Mamanguape e Sapé eram os maiores produtores de abacaxi do estado.

No que se refere ao fumo de rolo verifica-se uma queda substancial da produção no município, nomeadamente a partir da década de 1990. Na década de 2000 verificou-se um total desmantelamento da produção. Em 2009 apenas 8 hectares de fumo foram plantados no município (IBGE, 1990-2009).

Da mesma forma que o fumo, o abacaxi, cultura tradicional do município, também sofreu um forte recuo na sua produção a partir da década de 1990. Em 2009 o IBGE registrou apenas 60 hectares plantados com esta lavoura. Em contrapartida, a cana-de-açúcar que de 1990 até 2003 vinha vivenciando uma forte crise e apresentando um recuo considerável de sua área cultivada, apresenta uma recuperação a partir de 2004 tanto na área plantada quanto na quantidade produzida e no valor da produção.

Os principais produtos alimentares do município na atualidade são a mandioca, o principal deles, o feijão, o milho e a batata-doce.

A estrutura fundiária do município de Mari ainda é fortemente concentrada. Como pode ser observado na tabela 4, os estabelecimentos com menos de 10 hectares que representam 87,8% do total ocupam apenas 22,8% das terras agrícolas. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares, por sua vez, representam 96,2% do total e se apropriam somente de 35,9% da área agrícola. Em contrapartida, os estabelecimentos maiores de 200 hectares que somam apenas 11 ou 1,3% do total se apropriam de 46,3% da área agrícola (Tabela 3). Pode-se concluir que o impacto da criação de assentamentos na estrutura fundiária do município não foi suficiente para reverter o forte padrão de concentração da propriedade da terra.

De fato, Mari é um dos municípios onde atuaram as Ligas Camponesas da Zona da Mata Paraibana e a sua história agrária no século XX é marcada por um episódio trágico envolvendo camponeses e proprietários em 1964.

¹⁵ CF. IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Tabela 3 - Estrutura fundiária de Mari - PB - 2006

Classes de Área (ha)	Nº de estabelecimentos	%	Área dos Estabelecimentos	%
0 a menos de 10	712	87,8	2439	22,8
De 10 a menos de 20	35	4,3	455	4,3
De 20 a menos de 50	33	4,1	944	8,8
De 50 a menos de 100	11	1,4	696	6,5
De 100 a menos de 200	9	1,1	1205	11,3
De 200 a menos de 500	9	1,1	2818	26,3
De 500 a menos de 2500 ha	2	0,2	2138	20
Total	811	100,0	10695	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006

A organização de camponeses, por parte do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Mari, para realização de mutirões para plantar lavouras nas propriedades do município, culminou em um confronto entre pistoleiros armados sob o comando da mais importante oligarquia rural da várzea paraibana na época, a família Ribeiro Coutinho, e os camponeses.

No dia 15 de janeiro de 1964 uma comissão formada por camponeses do Sindicato de Mari visitaram a fazenda Santo Antônio, pertencente a D. Anunciada Ribeiro Coutinho, esposa do Usineiro Renato Ribeiro Coutinho. Chegando lá foram ameaçados pelo administrador com um revólver “Colt 45”. Os camponeses reagiram e se apoderaram da arma. Em poder do “Colt 45”, os camponeses se dirigiram para a fazenda do Sr. Manuel de Paula Magalhães e a entregaram ao presidente do Sindicato, o senhor Antônio Galdino (SOUZA, 1996).

A direção das Usinas São João e Santa Helena, do Grupo Ribeiro Coutinho, logo se organizou para conseguir o “Colt 45” de volta. Representantes dos usineiros foram fortemente armados em várias fazendas até localizar o presidente do Sindicato, pediram-lhe a arma e o mesmo a devolveu. Quando tudo parecia estar resolvido, alguém do grupo colocou um chocalho no pescoço de Antônio Galdino. Então, em decorrência disso, os camponeses reagiram e um integrante do grupo das Usinas atirou no Presidente do Sindicato, matando-o na hora. Um confronto entre os dois grupos se estabeleceu e resultou num saldo de onze pessoas mortas. Este episódio ficou conhecido

como a “tragédia de Mari” (SOUZA, 1996). Depois da tragédia à propriedade Olho d’Água onde ocorreu o conflito, através de cessão de usufruto, foi repassada aos camponeses.

No dia 15 de janeiro de 2014, foi realizado no município de Mari, pelo Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça – entidade civil que reúne professores, estudantes, profissionais liberais, representantes sindicais e dos movimentos sociais - uma homenagem aos camponeses do município e aos familiares dos camponeses assassinados naquele episódio. (Figura 1).

Figura 1 - Marcha em homenagem aos 50 anos dos resistênciadados camponeses de Mari-PB



Arquivo: Caio Rodrigues, 15 de janeiro de 2014

No mesmo ano do episódio trágico de Mari, em 1964, o Brasil vivenciou o golpe militar. Com o golpe, os movimentos de luta pela terra foram sufocados. Só com a chegada do MST no município no ano 2000 é que a organização dos camponeses foi retomada através da ocupação de latifúndios.

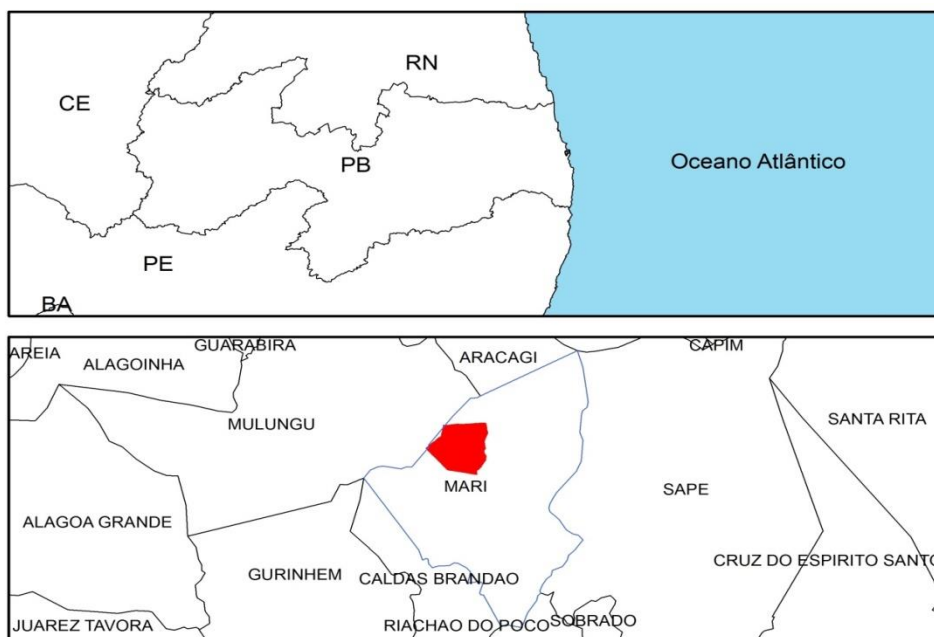
O primeiro imóvel ocupado pelos camponeses organizados pelo MST no município foi à fazenda Gendiroba, com mais de 1.700,0 hectares, pertencente a um dos membros da família Ribeiro Coutinho, Carlos Ribeiro Coutinho e voltada para a produção de cana-de-açúcar. Essa ocupação teve lugar no ano de 2000, e resultou na desapropriação do imóvel e na criação do Projeto de Assentamento Tiradentes em 22 de dezembro de 2000 onde foram assentadas 160 famílias. Uma segunda ocupação

realizada pelo MST em Mari deu origem ao Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares.

2.2.1 - A luta pela terra que originou o Assentamento Zumbi dos Palmares

O Assentamento Zumbi dos Palmares está situado no município de Mari-PB, mais precisamente próximo à rodovia PB-055 a 6 km da sede do município e a 95 km da capital paraibana, João Pessoa. O acesso ao Assentamento é relativamente fácil, com grande parte de estrada asfaltada e uma porção menor de terra, ele situa-se em uma altitude média de 138 metros, entre as coordenadas geográficas de 07° 01' 02" S e 35° 19' 32" W. (Figura 2).

Figura 2 - Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: PDS do PA Zumbi dos Palmares – INCRA (Adaptado).

A história de luta para conquistar a terra que deu origem ao Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares teve início no dia 04 de junho de 2001¹⁶ com a ocupação da fazenda Cafundó localizada no município de Mari-PB, por aproximadamente 60 famílias de trabalhadores sem terra, grande parte oriundos dos

¹⁶ Esta data foi relatada numa entrevista realizada em março de 2009 ao Lucinaldo Pedro da Silva pela equipe de elaboração do PDA do Assentamento Zumbi dos Palmares. Na época o mesmo era Coordenador de um dos grupos do MST e atualmente é o 2º Suplente Fiscal da Cooperativa do PA Zumbi dos Palmares.

municípios de Mari, Sapé, Belém, João Pessoa e Santa Rita, todos localizados na Zona da Mata Paraibana.

Os trabalhadores foram organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. A proposta de ocupação das terras da Fazenda Cafundó surgiu a partir de reuniões organizadas pelo movimento. Esta propriedade foi escolhida para ocupação por ser considerada improdutiva.

A ocupação inicial ocorreu sem conflito. Um acampamento foi levantado e nele se instalaram as famílias de trabalhadores sem terra. Porém, durante o período do acampamento houve muitos conflitos com o proprietário da fazenda. Sua reação à ocupação foi agressiva, tendo utilizado o sistema de pistolagem e constantes ameaças de morte aos acampados, como relata um entrevistado:

A pessoa debaixo da lona corre o risco de dormir e nem acordar. A gente recebe ameaça, tinha os pistoleiros que passava pela pista ameaçando tocar fogo nas barracas... tinha noite que eu não dormia, eu ficava de tocaia pra num acontecer nada com os meus filhos e meus netos... (depoimento de M.S.S assentado no PA Zumbi dos Palmares, em junho de 2011).

A vistoria realizada pelo INCRA comprovou que o imóvel encontrava-se improdutivo e, por conseguinte era passível de desapropriação. Em abril de 2002 o INCRA se imitiu na posse da terra, mas os proprietários recorreram à justiça e ganharam na 2ª vara agrária de Pernambuco conseguindo novamente o título da propriedade.

Segundo o relato de Lucinaldo Pedro da Silva, em fevereiro de 2003 cerca de 25 pistoleiros tocaram fogo em 20 barracas, dispararam vários tiros, agrediram os trabalhadores e roubaram aparelhos eletrodomésticos dos acampados. Estavam em busca das lideranças do movimento, mas que não se encontravam naquele dia na área. Depois deste episódio cerca de 40 famílias foram embora da terra com medo de represálias. Em junho de 2004, ocorreu uma nova imissão de posse e o PA Zumbi dos Palmares foi oficialmente criado em 08 de outubro de 2004.

2.2.2 - O PA Zumbi dos Palmares: aspectos naturais

Inicialmente o PA foi chamado de Che Guevara, mas a partir de estudos sobre as Ligas Camponesas os assentados optaram pela mudança de nome para Zumbi dos Palmares por acharem mais representativo na luta pela liberdade do povo.

Nele foram assentadas inicialmente 78 famílias, mas o MST alegou que a quantidade de hectares desapropriada admitia o cadastro de mais 7 famílias, assim num acordo entre o Movimento e o INCRA foi criada uma portaria onde se permitiu esse novo cadastro, totalizando oficialmente perante o INCRA, 85 famílias.

Atualmente a ação do INCRA no Assentamento consiste na realização de vistorias e na prestação de assistência técnica uma vez por mês, feita pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Já a ação do Município resume-se ao fornecimento de um ônibus escolar para o deslocamento dos alunos para estudar na sede municipal, porém segundo os assentados, ele funciona em péssimas condições.

A área total do Projeto de Assentamento é de 1.062,1501 ha, dos quais, aproximadamente 212,7120 hectares constituem uma reserva legal e cerca de 700,0 hectares são aproveitados pelas 85 famílias assentadas, sendo que cada família detém um pouco mais de oito hectares. Os lotes ficam distante das residências, pois o PA é organizado em forma de agrovila (Figura 3).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável¹⁷ realizado pelo INCRA, o Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares apresenta topografia que varia de plana a suavemente ondulada, com altitude entre 50 e 100 m (Figura 4), o mesmo se encontra numa área de transição entre os tabuleiros costeiros e a depressão sublitorânea.

A respeito dos solos, de acordo com o relatório mencionado, o PA localiza-se no polígono dos solos Podzólicos Vermelho Amarelo. Este solo apresenta algumas limitações, quais sejam: pequenos problemas para o manejo em relação à textura, quando úmido; profundidade efetiva baixa em algumas áreas; pedregosidade em algumas áreas pode limitar o uso. Trata-se, portanto de um solo passível de execução exploratória com algumas limitações apresentando condições para um aproveitamento agrícola racional.

¹⁷ Relatório inserido como anexo 1 no Plano de Desenvolvimento Sustentável do PA Zumbi dos Palmares que foi disponibilizado pela Superintendência Regional do INCRA-João Pessoa/PB.

Figura 3 - Organização espacial do PA Zumbi dos Palmares

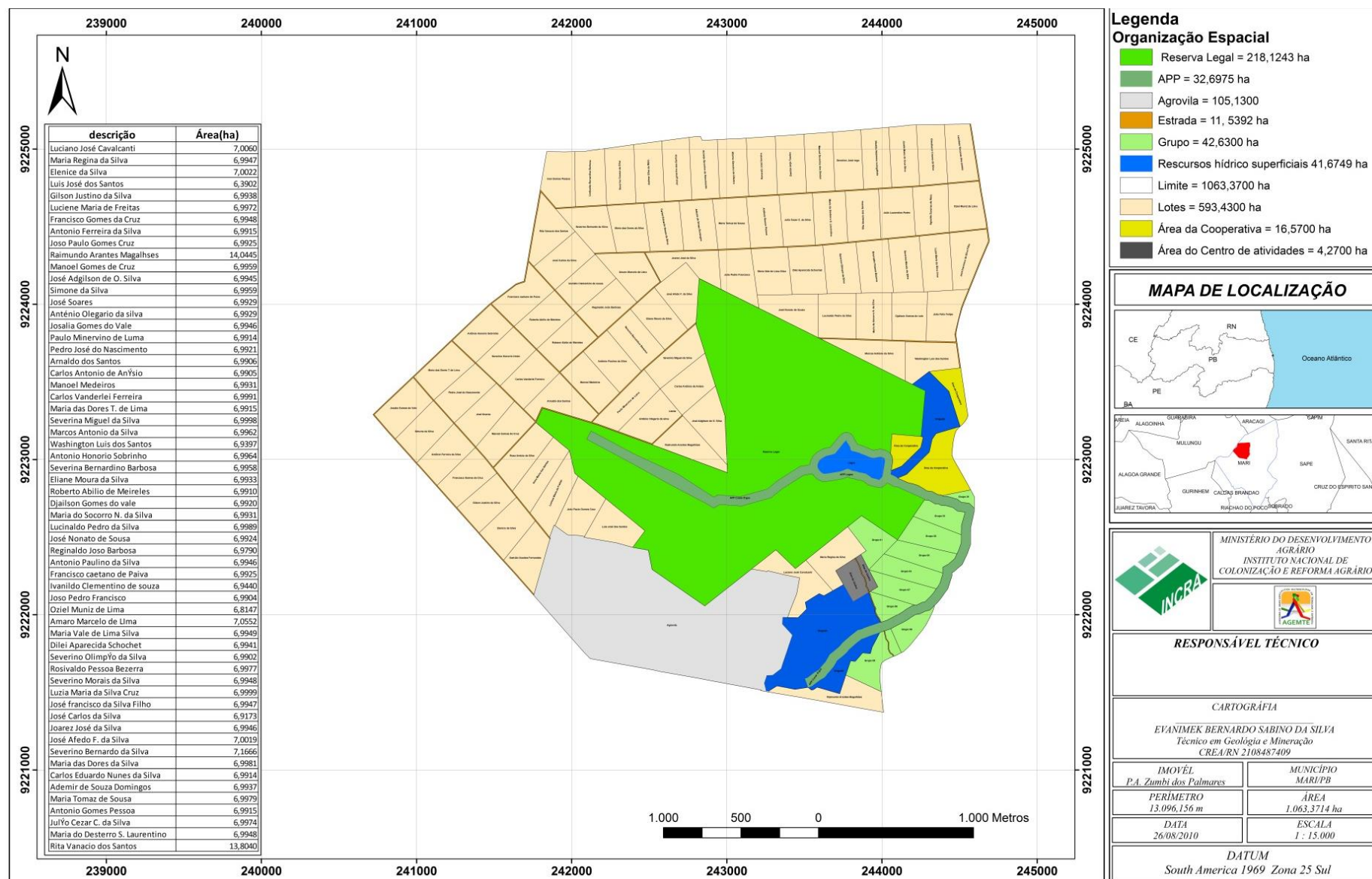
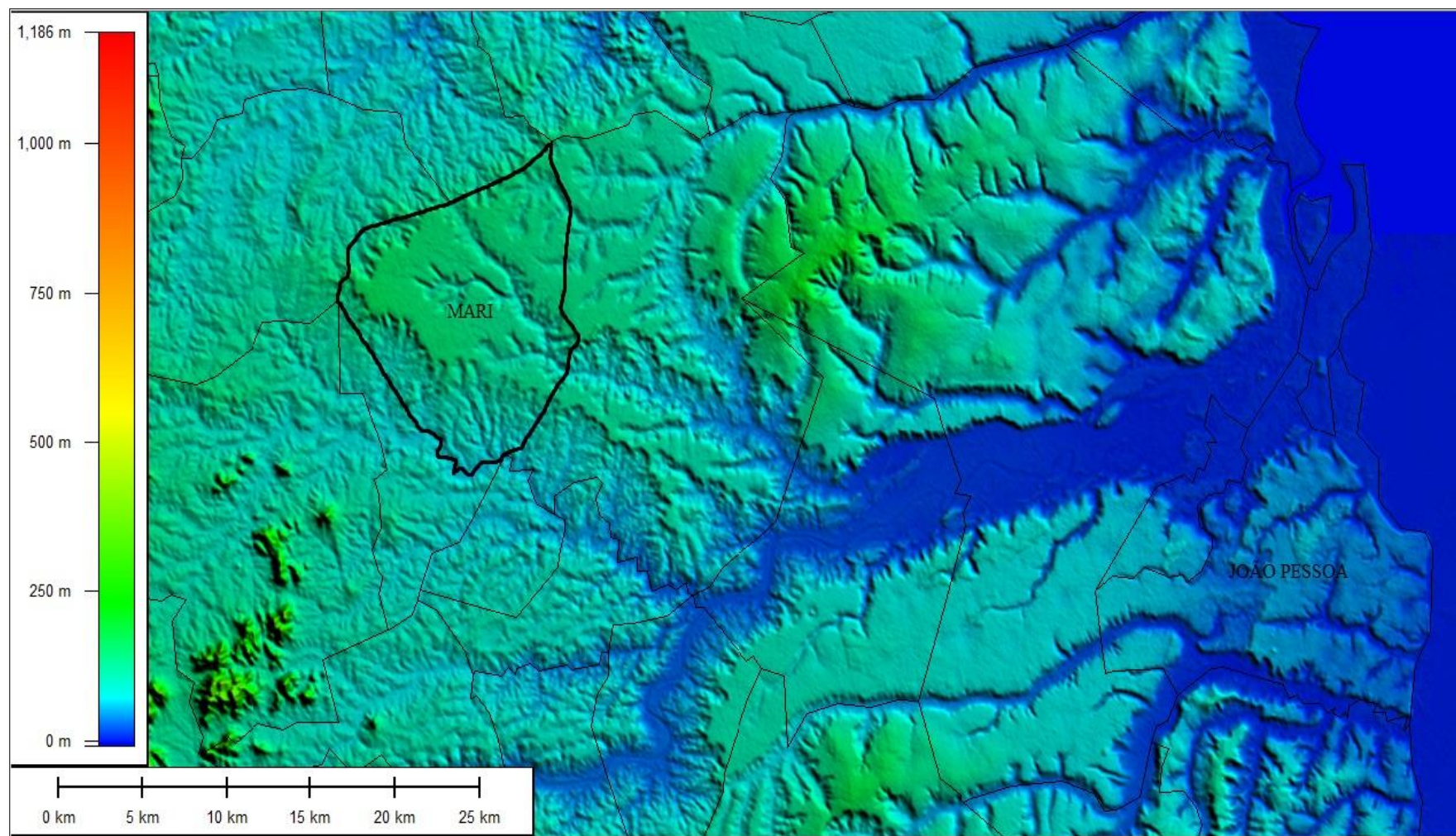


Figura 4 - Altimetria do município de Mari-PB



Elaboração: Diego Pessoa

Cabe acrescentar que, segundo o atual técnico agrícola do Assentamento, alguns trechos do PA apresentam solos bastante degradados, isto em decorrência de terem sido utilizados por longos anos com as culturas da cana-de-açúcar e do fumo.

É importante ressaltar que segundo a equipe de vistoria do INCRA que elaborou o PDA, 30% das terras (319,0680 ha) estão enquadradas na Classe IV de solos, considerados como de grandes limitações permanentes e limitações muito severas quando usados para culturas anuais.

No que tange aos recursos hídricos, o PA possui nove nascentes que equivalem ao total de 9,14 ha, um açude de caráter permanente com 5,35 ha, além de 83 poços perfurados que possuem boa potabilidade e são utilizados para o consumo animal e humano, como também podem ser utilizados para a prática da agricultura irrigada. Porém vale salientar que mesmo a água sendo de boa qualidade, as famílias assentadas realizam tratamento de água com o uso de cloro nas cisternas.

No caso da flora, de acordo com a equipe de elaboração do PDA, o Assentamento possui uma vegetação secundária predominantemente arbustivo-arbórea, encontrada principalmente na área de reserva e alguns resquícios da vegetação do Agreste. Algumas espécies são remanescentes da Mata Atlântica. Existem também espécies herbáceas e algumas árvores dispersas nas áreas de cultivo (lotes).

Quanto à fauna, constatou-se neste mesmo relatório que algumas espécies desapareceram devido ao uso intensivo da terra com a atividade agrícola. Além disso, a exploração dos lotes também impacta sobre a vegetação nativa, automaticamente acarretando a diminuição da fauna.

2.2.3 - Aspectos socioeconômicos do Assentamento Zumbi dos Palmares

De acordo com a pesquisa de campo realizada em janeiro de 2014, foi possível traçar o perfil das 24 famílias entrevistada que correspondeu a informações sobre 93 pessoas. As famílias são compostas em média por 4 pessoas. Do total das pessoas das famílias entrevistadas 45% são do sexo masculino e 55% do sexo feminino (Tabela 4).

No que tange a faixa etária dos membros das famílias constatamos a predominância de jovens e crianças¹⁸. As crianças representam 23,7% do total dos membros das famílias. Os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos representam 20,4% do

¹⁸ Foram considerados como crianças a população com idade de menos de 1 até 14 anos.

total. Os adultos, considerados como aqueles que se inserem na faixa etária de 25 a 60 anos, representam 45% do total dos membros das famílias, ou seja, a maior parte dos integrantes. Foram identificados apenas sete idosos (o que equivale a 7% da população) (Tabela 4).

Tabela 4 – PA Zumbi dos Palmares. Composição das famílias entrevistadas por idade e sexo

Faixa etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 – 14	8	19,0	14	27,5	22	23,7
15 – 24	9	21,4	10	19,6	19	20,4
25 – 60	22	52,4	23	45,1	45	48,4
Mais de 60	3	7,1	4	7,8	7	7,5
Total	42	100,0	51	100,0	93	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, Janeiro de 2014

Com base no exposto constata-se a forte presença de uma população situada numa faixa etária produtiva, pois 68,8% da população amostra têm entre 15 e 60 anos.

Dos 24 chefes de famílias entrevistados, nove são oriundos da própria Zona da Mata e quatorze vieram do Agreste Paraibano (Mapa 3). Apenas um chefe de família, residia fora da Paraíba, mais precisamente no município de Vitória de Santo Antão no estado de Pernambuco. A maioria das famílias (23 no total) sempre trabalhou na agricultura antes de ser assentada, 20 delas trabalhavam principalmente na atividade canavieira, mas também 5 destas últimas trabalhavam na construção civil.

No que se refere ao nível de escolaridade, das 93 pessoas que compõem as famílias entrevistadas 21% são analfabetas¹⁹, 68% ainda não concluíram o ensino fundamental, seja por ainda não terem a idade necessária para mudar de nível de ensino seja pelo fato do trabalho se sobrepôr aos estudos. Apenas 3% concluíram o ensino médio e somente 1% concluiu o ensino superior (gráfico 2).

¹⁹ Segundo a UNESCO, 1978 “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade” (INFANTE, 1994, p. 7 apud RIBEIRO, 1998, p. 1).

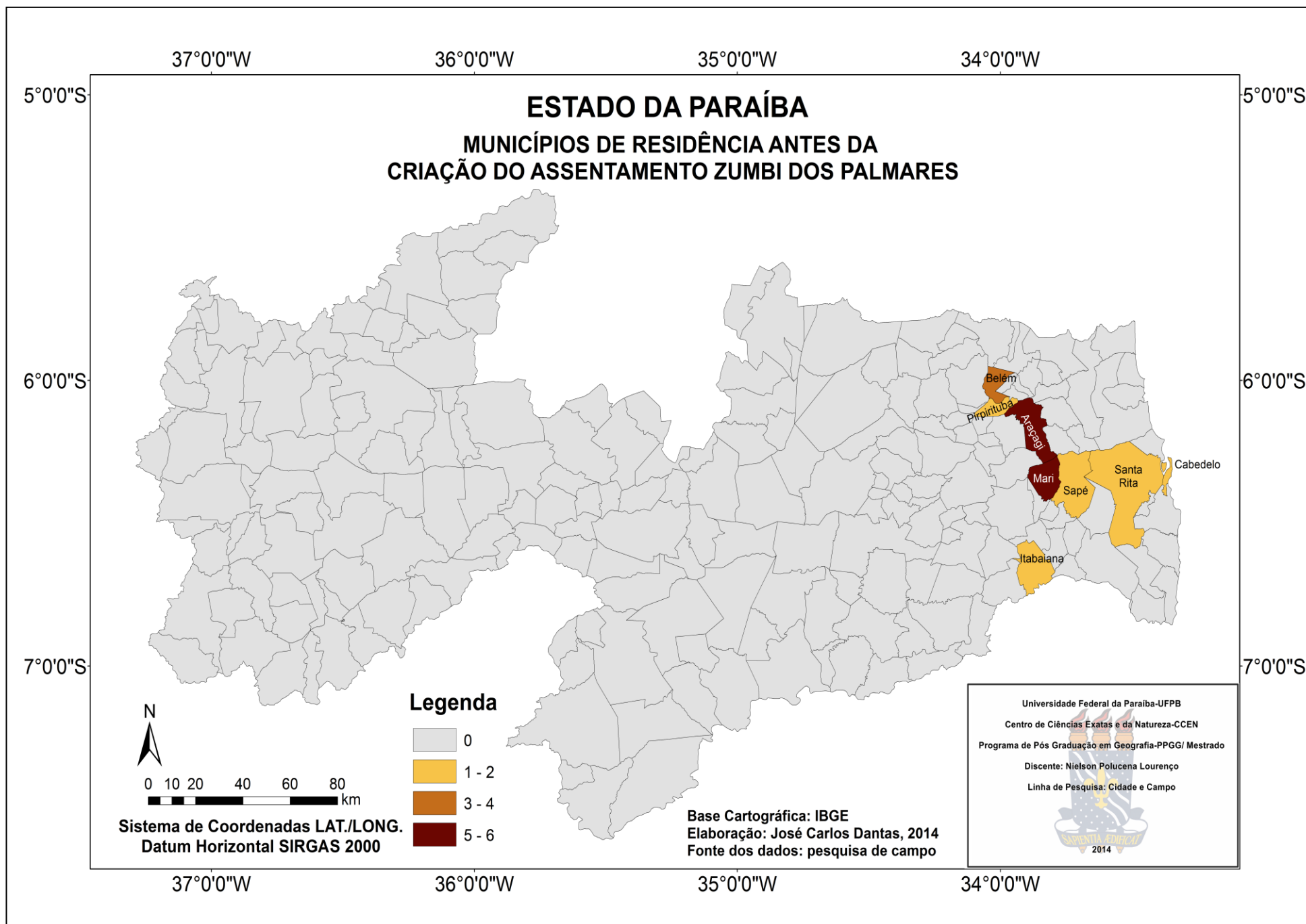
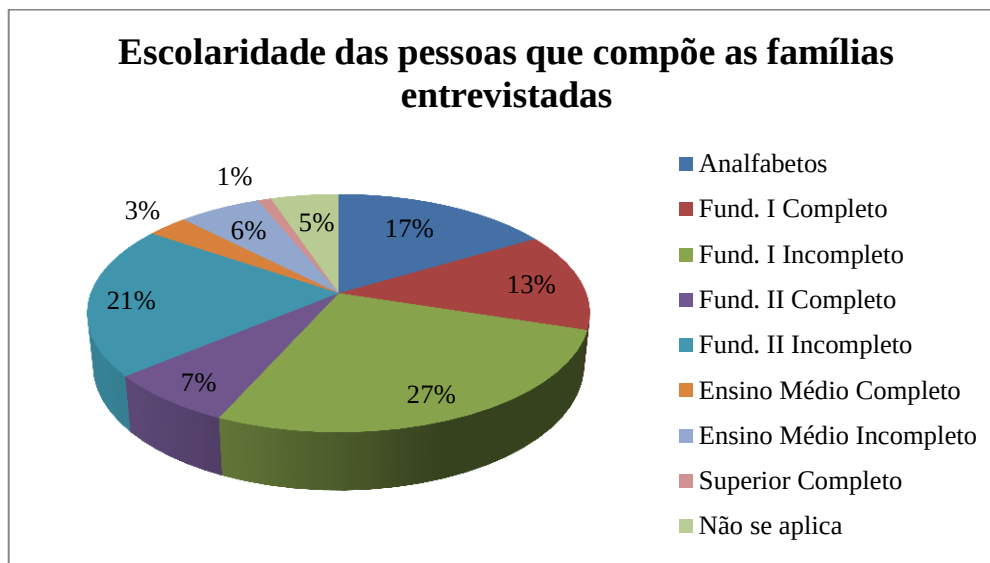


Gráfico 2



Fonte: Pesquisa de campo, Janeiro de 2014.

Do ponto de vista da infraestrutura do assentamento, as casas foram construídas dentro dos padrões determinados pelo INCRA, com 50m² e são de alvenaria (Figura 5). Os recursos foram liberados para a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares, que contratou a mão de obra para a construção das 84 casas (uma já estava construída). As residências possuem fossa seca, a água é retirada dos poços e são consideradas pelos assentados de boa qualidade.

Figura 5 - Modelo das casas construídas no PA Zumbi dos Palmares



Arquivo: Nielson Lourenço, Julho de 2013

Todo o PA tem acesso à energia elétrica desde 2006, quando foi contemplado com o programa do Governo Federal “Luz para Todos” (Figura 6). O Assentamento também possui um orelhão e a maioria dos assentados possui celular.

Figura 6 - Visualização do PA Zumbi dos Palmares onde se observa as ruas sem a presença de asfalto e postes de energia elétrica



Arquivo: Nielson Lourenço, Junho de 2011.

A escola do PA possui duas salas, dois banheiros, uma sala de computação, uma sala para os professores, secretaria, sala de reunião e um pátio central. Ela atende tanto aos assentados como aos acampados. Seu funcionamento é diurno e noturno e tem 53 alunos matriculados. O corpo docente é formado por três professores, sendo que um deles reside no próprio Assentamento e os outros dois no município de Mari.

Esta escola possui dois projetos de Educação de Jovens e Adultos, quais sejam: EJA e ProJovem Campo. Seus principais problemas são: poucas salas de aula para atender a demanda e; falta de participação das famílias. Um dos pontos positivos que a escola apresenta é a sua proximidade das casas dos assentados.

As crianças que frequentam até o 5º ano do ensino fundamental I, regra geral, estudam na escola do Assentamento. Os assentados que cursam o Ensino Fundamental II vão estudar nas escolas da sede do município de Mari, para tanto, a prefeitura disponibiliza um ônibus para o deslocamento, porém, segundo relatos de alguns entrevistados, esse transporte coletivo está em condições precárias. Além disso, também não passa

diariamente pelo Assentamento, deixando muitos jovens sem poder se deslocar até a escola.

No que tange às condições de saúde, o PA possui 1 posto de saúde desde 2003, posto este obtido a partir de muitas reivindicações feitas pelo MST junto ao ex-prefeito. O atendimento é realizado por apenas 1 médico (clínico geral), que oferece consultas às famílias todas as segundas-feiras; 1 enfermeira (que mora no próprio Assentamento) que atende 2 vezes por semana e 1 agente de saúde. Quando precisam de um diagnóstico mais preciso os assentados recorrem às sedes municipais de Mari e de Sapé. Já em caso de urgência eles buscam atendimento nos hospitais de João Pessoa.

Para buscar melhorar a saúde dos assentados, no ano de 2004 o MST promoveu um curso sobre plantas medicinais, e em seguida implantou um projeto de horta-medicinal. Em maio de 2011, um grupo de estudantes da UFPB ministrou outro curso sobre plantas medicinais.

A prefeitura não realiza a coleta de lixo no Assentamento. Então cerca de 90% dos assentados queimam ou enterram e a menor parcela dos mesmos 10%, joga o lixo a céu aberto ou em lixão.

Do ponto de vista religioso, existe uma igreja protestante da Assembleia de Deus onde ocorrem os cultos semanais, reuniões e um coral de crianças, jovens e adultos. Os católicos estão construindo uma capela.

No que se refere à produção agropecuária, os assentados produzem macaxeira, milho, inhame, verduras, hortaliças, frutas (coco-da-baía, manga, laranja, maracujá, caju) e principalmente feijão, milho e mandioca (Figuras 7 e 8).

A comercialização da produção varia de acordo com os produtos: a mandioca é vendida por meio de atravessadores que vão ao Assentamento a cada 15 dias e pagam 0,40 centavos por kg²⁰. Esta produção é destinada aos municípios de Vivência e Feira Nova, ambos localizados no estado de Pernambuco. Os outros produtos como as hortaliças e o maracujá são comercializados em supermercados e nas feiras livres do município de Mari.²¹

²⁰ Valor de janeiro de 2014.

²¹ A questão da produção será discutida no próximo capítulo

Figuras 7 e 8 - Lavouras alimentares no interior do PA Zumbi dos Palmares



Arquivo: Nielson Lourenço, Janeiro de 2014

As práticas agrícolas utilizadas pelos assentados são: a correção do solo feita com calcário e esterco de boi. A irrigação é praticada somente por alguns assentados, visto que os gastos com essa prática são relativamente altos. Além disso, os assentados recebem assistência técnica de 1 técnico agrícola, 1 engenheiro agrônomo e uma assistente social. Eles também criam gado bovino, porcos, cabras e galinha (Figuras 9 e 10), pato, peru numa área de 1 ha ao redor da casa. Os animais são destinados em parte para o consumo próprio e em parte à comercialização. Eles também criam cavalos que usam como meio de transporte.

Figuras 9 e 10 – Criação de aves no assentamento



Arquivo: Nielson Lourenço, Junho de 2011

No que se refere ao meio ambiente, o PA possui uma Reserva Legal com 218,125 hectares. As APPs (Áreas de Preservação Permanente) totalizam 32,6975 hectares e são caracterizadas por apresentarem matas ciliares que possuem 4,1629 hectares.

Segundo o relatório técnico realizado no PA em 2009, estas áreas apresentavam riscos de assoreamento dos corpos hídricos e das barragens, o que ocasionaria perdas econômicas e ambientais decorrentes do uso de pastagens. O restante da área é composta por 28,8046 hectares de vegetação nativa em estágio médio de sucessão, por interferência antrópica.

Existe uma preocupação dos assentados em cuidar do meio ambiente, porém com certa resistência, pois os mesmos não querem deixar parte do lote destinado para a preservação²², já que, segundo eles, poderia servir para a plantação, uma vez que a área dos lotes é muito pequena.

Neste sentido, é importante aliar o processo de produção com o desenvolvimento de sistemas que tenham “sustentabilidade” como base. Isso é um desafio que deve ser superado pelas famílias assentadas, como também pelas equipes de assistência técnica que desenvolvem atividades neste Projeto de Assentamento.

Estas são as principais características naturais, ambientais e da organização social e econômica do Assentamento Zumbi dos Palmares. A questão da organização da produção dos camponeses e a concepção de cooperação agrícola do MST serão discutidas no capítulo a seguir.

²² Preservação é a ação de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>

CAPÍTULO 3: LIMITES E POTENCIALIDADES DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO MST E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES

Neste capítulo, discutiremos a concepção de cooperação do MST e os embates com a forma de organização do trabalho e da produção dos camponeses do assentamento Zumbi dos Palmares, procurando demonstrar como esta questão interfere na luta pela resistência na terra.

3.1 - A materialização da cooperação agrícola do MST no assentamento Zumbi dos Palmares

A materialização da concepção de organização social, política e, principalmente, econômica nos assentamentos liderados pelo MST, segundo Fabrini (2002), Silva (2004) e Thomaz (2010) gera muitos conflitos entre os assentados e as lideranças do movimento, originando um jogo de forças que interfere na elaboração e execução das propostas de agricultura coletiva. Como afirmam Marcos e Fabrini (2010):

Nos assentamentos, não há somente ações unificadas, mas também fortes disputas internas, desfazendo o romantismo em torno da igualdade entre os assentados. É nesse espaço de harmonia e conflito, afinidade e desacordo, coesão e cisão, enfim, é nesse contexto desigual e contraditório que são (re)elaboradas e implantadas propostas de agricultura coletiva (p. 108).

De acordo com a concepção do MST apresentada nos documentos da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB 1993, 1997, 1997b), o campesinato tem que romper com o seu viés individualista, pois não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar. Para o movimento, a agricultura camponesa não conseguirá se desenvolver se cada camponês continuar fazendo tudo sozinho, desde a preparação do solo até a colheita, plantando um pouco de tudo. “Dessa forma ele embora trabalhe mais, obterá sempre uma produção muito baixa” (CONCRAB, 1993, p. 8).

Para o MST, a agricultura de base familiar favorece o surgimento de “desvios” na luta dos sem-terra, desvios estes que precisam ser combatidos para que se possa evoluir e alcançar a organização superior expressa através das cooperativas de produção agropecuária. O Movimento entende “que a produção familiar camponesa deve ser superada para não se reproduzir uma consciência individualista e privatista entre os assentados” (MARCOS e FABRINI, 2010, p.110).

Esta concepção do MST acha-se fortemente influenciada pelos ideais do marxismo-leninismo, profundamente arraigado no Partido Comunista, que foi pioneiro no Brasil no trabalho organizativo dos camponeses, bem como pelas “ideias forjadas no transcurso das revoluções socialistas” (FABRINI, 2002, p.201).

Sabe-se que, o caráter individual e privado da propriedade da terra que formatou a distribuição fundiária no Brasil foi assimilado culturalmente pelo campesinato que tende a reproduzi-lo, fortalecendo o seu isolamento e dificultando a formação de uma consciência de classe para si. Bogo (1999) corrobora com essa ideia quando afirma que “a propriedade privada da terra é um fator determinante que facilita e empurra os camponeses para o isolamento” sendo “prejudicial à formação de uma consciência de classe” (p. 137-138). Para o mencionado autor, são as atividades coletivas que contribuem “para que o indivíduo dê os primeiros passos na formação de uma nova consciência social a partir da prática de novos hábitos e valores e, posteriormente, através da sua organicidade e de sua própria participação, adquira consciência política” (BOGO, 1999, p.137-138)

Imbuído desses princípios, o MST, desde o início do processo da luta por terra procura combater a noção de propriedade privada e defender a propriedade coletiva. O relato de um militante que participou da luta pela terra no PA Zumbi dos Palmares é ilustrativo desse fato:

A gente defende a propriedade coletiva da terra permanentemente e que ela seja um patrimônio coletivo, porque pra gente ser assentado a gente teve que destruir a propriedade e por que depois a gente vai querer a propriedade de volta? Essa é a maior simbologia do capitalismo, a propriedade privada da terra, então a gente não quer ela de volta. (depoimento de G. militante do MST. PA Zumbi dos Palmares, julho de 2013)

Fica evidente no discurso do MST/CONCRAB (1993, 1997,1997b) e de seus teóricos, a exemplo de Ademir Bogo (1999), que a forma de gestão da terra de maneira familiar pelos camponeses impõe obstáculos ao desenvolvimento das cooperativas,

consideradas pelo movimento como uma etapa superior da cooperação agrícola.

No plano da ação concreta, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, posteriormente, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente para consolidar as ações coletivas nos assentamentos, sobretudo através das Cooperativas. Essas cooperativas são pensadas pelo MST/Concrab como uma forma de inclusão dos assentados no mundo da mercadoria. Acredita o Movimento, que a partir delas, é possível lutar contra a exploração proveniente da penetração do capitalismo no campo e pelo desenvolvimento de uma consciência coletiva.

Esses ideais de coletivização dos meios de produção do MST foram concretizados no assentamento Zumbi Dos Palmares desde o momento da luta pela terra até a instalação do assentamento.

3.2 - Organização social, política e econômica dos camponeses durante a luta pela terra

Ainda durante o processo de luta pela terra que deu origem ao Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, foi criada uma Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAZ). Sua construção foi motivada pelas lideranças do MST com o intuito de torná-la um instrumento para gerenciar as práticas coletivas durante o acampamento. Através da COPAZ foram formados oito grupos coletivos, com base no grau de afinidade entre os acampados.

Uma das finalidades dos grupos coletivos consistia em maximizar a produção de alimentos para abastecer o acampamento. Os produtos cultivados eram macaxeira, inhame, batata, milho, feijão e mandioca. O processo de produção se organizava com base num sistema que os acampados denominavam de “orgânico”. O relato de um assentado esclarece a dinâmica produtiva durante o acampamento:

Era assim: cada grupo trabalhava um dia na semana, menos no sábado e domingo que era o dia que nós descansava... Era tudo orgânico, ninguém usava veneno... Nós plantava a horta, a metade distribuía para os grupos e a outra metade levava pra feira pra arrecadar um dinheiro pra poder pagar os gastos com as sementes e o trator... isso durou o acampamento todo (depoimento do assentado D. S. PA Zumbi dos Palmares, janeiro de 2014).

Nesse período, uma das formas de cooperação simples praticada pelos acampados

foi o mutirão. De acordo com Cândido (1982, p. 68), o mutirão consiste “[...] essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, destoca, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. [...]”.

Ainda no acampamento começaram a surgir conflitos internos que dificultavam as práticas de produção coletiva. A proposta de coletivo não era bem aceita por todos os envolvidos na luta, alguns chegando até a fazerem menção “à sujeição” quando se referiam à proposta do Movimento apenas porque desejavam ter acesso ao lote, como explica um assentado:

A união do coletivo naquela época (acampamento) não era tão fácil assim não. Nós só tínhamos união porque o movimento pressionava, então a gente se sujeitava a eles, e também a gente queria o lote. Mas infelizmente eles (MST) não tiveram sucesso. Somente naquele tempo. Aí a gente via o povo se levantando contra, aí depois o povo se libertou... Os organizadores tinham uma ideia que contrariava os interesses da maioria (depoimento do assentado R. M. do PA Zumbi dos Palmares, Janeiro de 2014).

Embora houvesse conflito na materialização da cooperação, foi muito importante esta prática no processo de luta pela conquista da terra, pois foi ela, em grande parte responsável pela resistência, pela luta do povo unido contra a repressão dos latifundiários, sobretudo contra a pistolagem, como afirma um assentado:

Aquele período (acampamento) foi violento... Ficávamos em pontos estratégicos aguardando a presença do inimigo. Diariamente os homens se juntavam pra ficar de olho, a gente ficava fazendo rodízio... A segurança era dividida em 8 grupos, ficava um grupo por noite, cada grupo tinha mais ou menos 10 pessoas, ficava 5 até meia noite e 5 até de manhã (depoimento de D. S., assentado no PA Zumbi dos Palmares, janeiro de 2014).

Durante o acampamento, segundo conversa tida com vários assentados, desenvolveu-se entre os acampados um sentimento de pertencimento ao grupo, mesmo entre os que não concordavam com a ação coletiva. Esse sentimento desenvolveu-se principalmente em função da condição objetiva de perigo e de agressão que eles enfrentavam, e contribuiu para amortecer as diferenças, as divergências e os antagonismos

existentes no interior do grupo²³.

Desse modo, a fase do acampamento dos sem terra é um dos períodos de luta onde mais há cooperação, onde a ajuda mútua se torna imprescindível para que os acampados resistam na luta a fim de realizar o sonho de conquistar a terra. Também é no acampamento que os sujeitos criam identidades coletivas e individuais e onde acontecem os conflitos internos, pelo fato dos acampados, via de regra terem origem, história e heranças culturais diferentes. Nesse sentido, para Schmitt (1992):

[...] o acampamento traz para nossa reflexão o sentido pedagógico do cotidiano da organização e da vida em comum das famílias sem-terra debaixo de lonas em situação de extrema precariedade material e, ao mesmo tempo, de muita riqueza humana, seja antes ou depois de uma ocupação de terra. Um sentido que nos remete ao processo através do qual um conjunto de famílias que mal se conhece, e que, na maioria das vezes, porta costumes e heranças culturais tão diversas entre si, acaba por reconhecer-se em uma história de vida comum, e em sentimentos compartilhados de medo, de dor, de fome, de frio, mas também de convívios fraternos e de pequenas alegrias nascidas da esperança de uma vida melhor, que aos poucos lhe identifica como grupo: o acampamento como espaço social de formação identitária de uma identidade em luta (SCHMITT, 1992, p.32 apud ALMEIDA, 2005, p.150)

Por fim, essa forma de organização coletiva do acampamento, com objetivos mais amplos culminaram na conquista da terra e na instalação do PA Zumbi de Palmares, para o qual o MST projetou uma organização da produção e do trabalho em torno da Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAZ).

3.3 - A organização da produção após a conquista da terra: a COPAZ e a Associação dos Agricultores familiares do PA Zumbi dos Palmares

No processo de luta pela terra e na terra os trabalhadores envolvidos passam por vários momentos que implicam em mudanças de comportamento, de ação e até de pensar. Antes do acampamento existia a figura do patrão que controlava suas vidas, explorava o trabalho e ao qual eles se subordinavam com suas famílias para garantir sua sobrevivência. Durante o acampamento eles passam a viver outra realidade gerida agora por um movimento social e são praticamente obrigados, face às circunstâncias, a desenvolver uma

²³ Essa realidade foi constatada em pesquisas realizadas por Moreira, Targino et al, em 2000.

cooperação simples, através de ações coletivas (preparação da alimentação, atividades de recreação, plantio do roçado, etc.) e a se manterem coesos para enfrentar a violência de pistoleiros, da polícia e dos proprietários.

No território conquistado num árduo processo de luta, o camponês se depara num primeiro momento com uma ordem estabelecida pelo Estado através do INCRA, pautada na distribuição da terra em lotes individuais que serão dali em diante geridos pelas famílias. Ainda tem que aprender a lidar com uma forma de organização coletiva representada seja por uma cooperativa seja por uma associação (MOREIRA, TARGINO et al, 2000).

Quando criado oficialmente o assentamento Zumbi dos Palmares, a sua organização foi projetada para tentar viabilizar a produção tanto de forma familiar/individual como de forma coletiva. Para contemplar a primeira proposta, foram demarcados os lotes individuais, com cerca de oito hectares para cada família. Para viabilizar a forma coletiva de produção, foram distribuídos lotes com média de cinco hectares para cada coletivo composto em média por dez famílias. Também foi oficializada a COPAZ, a partir da qual os camponeses poderiam escoar sua produção e obter renda para o sustento de suas famílias.

A cooperativa funcionaria como uma forma de resistência à exploração do modo de produção capitalista, fazendo com que os camponeses assentados diminuíssem as desvantagens na comercialização dos seus produtos com os atravessadores. Muitos assentados reclamavam desse tipo de exploração, como relata um deles: “Quem ganha tudo do homem do campo é o atravessador né, eu num sei por quanto ele vende, mas deve ganhar muito dinheiro” (depoimento do assentado J. P. do PA Zumbi dos Palmares – Janeiro de 2014).

Na instalação do PA, então, foram destinados dezessete hectares de terra para a cooperativa a fim de produzir mandioca, principal cultura cultivada na região e a de maior valor econômico. A proposta inicial era que nesses hectares o fruto da produção coletiva fosse dividido em partes iguais aos que produzissem, ficando 7% da renda total para cobrir os custos da cooperativa.

O funcionamento da cooperativa, porém, enfrentou muitos obstáculos, sobretudo no que se refere à inserção dos produtos no mercado, tendo que ficar, na maioria das vezes, dependente dos atravessadores, perdendo assim o seu objetivo maior que era a independência da comercialização. Diante disso, o lote que era destinado à produção da

cooperativa acabou sendo praticamente abandonado. Parte dele, juntamente com alguns hectares de alguns grupos coletivos que também não tiveram sucesso, foram entregues para a instalação de um acampamento denominado de Pequena Vanessa composto por dezesseis famílias que estão lutando pela desapropriação das terras da fazenda Três Passagens, localizada no município de Gurinhém. A fala de um assentado é ilustrativa desse fato:

A gente num usa muito o lote coletivo... Têm uns pessoal que fica na barraca que plantam... E a gente meu irmão, sabe que quando a gente morre nós num leva nada. Se eu já tô com a barriga cheia hoje eu tenho que agradecer a Deus, então eu também tenho que cooperar com aquele que tá com a barriga seca. Aí eu deixei a minha parte da terra do grupo coletivo pra eles lá plantarem (depoimento de J. N., assentado no PA Zumbi dos Palmares, janeiro de 2014).

Assim, a produção da cooperativa ficou reduzida aquela praticada pelos grupos coletivos nos seus lotes. A comercialização é feita através da COPAZ que negocia com os atravessadores. Ou seja, o objetivo inicial da instalação da cooperativa que era reduzir a subordinação da renda do camponês ao intermediário não foi atingido. Um exemplo da apropriação da renda camponesa através da comercialização foi possível comprovar no caso específico da mandioca. Embora o seu preço varie de acordo com a época do ano, o atravessador paga, em média, R\$0,40 centavos o Kg à COPAZ e revende por R\$ 3,00 o kg às casas de farinha do município de Feira Nova – PE.

Dessa maneira, o ideal de cooperação do MST enquanto forma de resistência camponesa à lógica do capital não vem se concretizando no PA Zumbi de Palmares. No caso da mandioca, verifica-se uma monopolização do território pelo capital. A produção da cooperativa efetivada pelos grupos de coletivos está sendo utilizada para aumentar a taxa de lucro do atravessador e do dono da casa de farinha.

Ao refletir acerca dessa questão, Paulino (2003, p.109) afirma que:

No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar camponês e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriarem da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido.

Além dos atravessadores, outra forma de comercialização ocorre através do

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Nesse caso, a cooperativa revende a produção²⁴ obtida nos grupos coletivos. Um exemplo é o do grupo de mulheres composto por 10 integrantes (sendo cada uma delas pertencente a uma família) que há 2 anos produzem doce de banana e vendem por meio do PAA, ficando 7% da renda total destinada aos gastos da cooperativa. A renda obtida pelas assentadas é relativamente satisfatória, como assim diz uma delas: “É bom porque é um complemento na renda né. No início a gente só ganhou R\$10,00, mas agora melhorou, já aumentou pra R\$100 reais por pessoa” (depoimento da assentada N., PA Zumbi dos Palmares, ano).

Portanto, na prática, a cooperativa não conseguiu, ao longo de sua existência, uma produção expressiva com resultados econômicos satisfatórios para atender as necessidades de todas as famílias assentadas. Deste modo, restou-lhe apenas a responsabilidade pela comercialização da produção daqueles grupos coletivos que conseguem produzir em seus respectivos lotes.

Por outro lado, é necessário frisar que a COPAZ trouxe benefícios aos assentados, pois: a) conseguiu adquirir um trator que é usado pelos cooperados que pagam uma taxa de R\$ 50,00 por 2 horas de uso; b) reformou a estrutura das casas e; c) trouxe água encanada e uma escola que atende aos filhos dos assentados que frequentam o ensino fundamental I.

A construção da escola foi fruto de uma mobilização nacional do MST realizada no ano de 2005 em Brasília. Como afirma um assentado: “Ela é símbolo de uma luta onde foi feito uma marcha até Brasília por educação. Esta escola aqui é realmente um retrato de que a luta dos trabalhadores, é que realmente traz a conquista...” (depoimento do assentado L. P. S., PA Zumbi dos Palmares, janeiro de 2014).

No plano político, como já foi discutido neste capítulo, um dos objetivos da implantação de uma cooperativa gerenciada pelo MST é organizar os assentados para a manutenção da luta por terra e na terra e para acumular forças em prol da realização de uma reforma agrária mais efetiva. Todavia, na prática, a COPAZ não conseguiu atingir esses objetivos, uma vez que grande parte dos assentados produz mais nos lotes destinados às famílias, dificultando a liberação das lideranças para continuar na luta pela terra em outros acampamentos e se negam a participar da luta de outros trabalhadores.

Hoje quando temos uma mobilização, pra gente conseguir 10 pessoas é

²⁴ É importante ressaltar que não só os integrantes da cooperativa que podem escoar a produção a partir do PAA, mas sim todos os assentados que estão cadastrados no programa.

difícil no assentamento, porque quando a gente tava na luta todo mundo precisava da terra, agora que conseguiu, muitos dizem que não precisa ir mais pra luta. O pensamento das pessoas é esse: eu já tenho meu pedaço de terra pra produzir então não preciso ir pra luta. (depoimento de uma liderança do PA Zumbi dos Palmares, Janeiro de 2014).

Constatamos através das entrevistas com os assentados que muitos deles não continuam na luta pela terra em outros acampamentos seja porque se acomodaram ao conseguir a terra que era seu objetivo maior, seja por terem medo de enfrentar a pistolagem ou por ainda guardarem na memória momentos de aflição e de angústia vividos no período do acampamento. O depoimento de um deles ilustra bem essa situação:

A luta aqui não é fácil não, quando você não é assentado, você tem obrigação de ir pra luta, mas quando você passa a ser assentado aí só vai se quiser... também naquela época foi difícil demais, mas mesmo assim quando a gente tá debaixo da lona a gente é obrigado a ir a luta. Hoje não, eu só vou se der vontade, agora minha obrigação é só pra reivindicar algum direito, algum projeto, essas coisas, mas não terra, só vai o assentado que quiser. (Depoimento do assentado J. N., Janeiro de 2014).

De acordo com depoimentos e conversas mantidas com as lideranças e os assentados, conflitos internos eclodiram ao longo da existência da COPAZ associados a fatores internos e externos, fazendo com que a cooperativa entrasse em crise. Um dos problemas apontados refere-se a uma gestão que falhou nos esclarecimentos dos gastos da cooperativa, bem como agiu com total falta de democracia nas decisões coletivas, excluindo os cooperados da participação nas decisões e ações.

Analizando essas causas de centralização do poder, pudemos verificar, a partir dos depoimentos dos assentados, que as reuniões dos cooperados para discutir questões relacionadas à cooperativa eram muito irregulares, em alguns casos, muitos assentados não sabiam e/ou não podiam comparecer às reuniões. Isso gerou, de certo modo, uma desconfiança de alguns assentados com relação ao montante em dinheiro que entrava e saía da cooperativa. É elucidativa a fala de uma assentada a esse respeito: “antes a gente não tinha voz, a maioria pensava diferente, mas o povo da cooperativa (gestão) dizia que era pra ser de um jeito e pronto”.

Nesse sentido, entendemos que os camponeses não necessariamente negavam à cooperativa, o sistema de cooperação, mas sim a forma de gestão autoritária, autocrática e coercitiva da diretoria da cooperativa, que muitas vezes os deixava sem direito a voz e sem poder de decisão. “É claro que nós quer o bem maior e que nós num quer é ser explorado”

(depoimento do assentado R. M., PA Zumbi dos Palmares Janeiro de 2014).

Quanto aos fatores externos que contribuíram para a crise da COPAZ o mais apontado é a incapacidade da mesma de cumprir o seu objetivo que é diminuir a subordinação da renda do camponês ao capital. O fracasso da COPAZ no processo de comercialização da produção, como foi demonstrado anteriormente, não quebrando com o ciclo da dependência do atravessador, fragilizou a organização da cooperativa.

Diante desse cenário conflituoso, em julho de 2013, um grupo de assentados decidiu sair da cooperativa e criar uma Associação. “Num é que nós num queria mais a cooperativa... É claro que nós quer o bem maior, é que nós num quer é ser explorado, por isso a gente criou a associação” (depoimento do assentado R. M., PA Zumbi dos Palmares Janeiro de 2014). Cabe ressaltar que a Associação foi criada com a participação de um ex-militante do MST, de forma independente do Movimento.

Muitos cooperados se transferiram da Cooperativa para a Associação, ficando esta última com 55 associados, enquanto a cooperativa permaneceu com 25. Entrevistamos 12 cooperados dos 25 que permaneceram na Cooperativa procurando entender sua escolha. Três deles afirmaram que continuaram na COPAZ pela afinidade com o MST, pela gratidão ao Movimento, por terem lutado com eles durante a luta pela terra e por acreditarem que a produção coletiva é o caminho para lutar contra as dificuldades encontradas no PA. Os outros nove afirmaram que preferiram permanecer na COPAZ, visando aumentar a sua renda e se inserirem em projetos junto ao governo federal.

As associações lideradas pelo MST são criadas com o objetivo de resolver problemas concretos que surgem nos assentamentos. A natureza delas consiste na prestação de serviços aos associados. Essas entidades possuem uma personalidade jurídica, com estatuto, regimento interno, livro de atas, diretoria, e não tem fins lucrativos.

A associação criada no referido assentamento foi denominada Associação dos Agricultores familiares do PA Zumbi dos Palmares e foi oficializada em julho de 2013. Segundo os entrevistados, o seu principal objetivo consiste em ser um instrumento jurídico para conquistar benefícios de programas assistenciais e creditícios junto aos órgãos gestores das políticas agrárias e agrícolas.

Todavia, desde sua criação até junho do corrente ano, a Associação não havia conseguido se inserir em projetos de comercialização. A direção, junto com os associados, ainda está lutando para atingir esse objetivo. Acreditamos que isso tenha ocorrido devido à Associação ter sido criada há pouco tempo, o que, de certo modo, dificulta a inserção da

entidade nos projetos do governo.

A associação ainda não tem uma sede, pois ela foi criada recentemente, já a cooperativa, no período da pesquisa também estava sem sede, mas em agosto de 2014, em contato com uma das lideranças, obtivemos a informação que sua sede estava sendo construída e que até o final da construção, as reuniões da COPAZ continuarão sendo feitas na escola do PA. No caso da Associação as reuniões são realizadas na casa dos associados. Outra informação obtida no momento de fechamento dessa dissertação foi de que a COPAZ conseguiu recursos no valor de R\$ 800.000,00 através do Projeto “Terra Forte” do Governo Federal para a construção de uma casa de farinha, encontrando-se a atual diretoria acertando os documentos para dar início à construção.

O desafio da Associação e também da Cooperativa é que haja uma democratização da informação para que se evite a personalização do poder na figura do presidente e que os benefícios adquiridos pelo assentamento não sejam resultado da ação isolada do gestor, mas sim, de decisões coletivas para dar transparência aos processos e a gestão financeira.

Segundo Moreira, Targino et all (2000) o perigo da centralização do poder nas mãos do presidente das associações e das cooperativas das áreas de assentamento é sua transformação em um representante da oligarquia política local e também em uma figura que transfira para o uso pessoal os benefícios que são do coletivo.

Com base no exposto entendemos que para concretizar a estratégia do MST em inserir o camponês no mundo da mercadoria, e assim, lutar contra o capitalismo “por dentro dele”, faz-se necessária uma ação do Estado através de políticas públicas voltadas para a produção e comercialização agrícola nos assentamentos. Se isso não acontecer, essa inserção estará fadada ao fracasso, pois o mercado é altamente oligopolizado e dificulta a manutenção das cooperativas, a exemplo da COPAZ.

É importante ressaltar que não almejamos minimizar os esforços que os assentados fizeram para a construção da cooperativa e sua constante luta para a sua manutenção. Tentamos apenas entender as causas que condicionaram a cooperativa a não obter os resultados esperados, do ponto de vista econômico, político e social.

O MST não conseguiu lidar com a contradição de ter a cooperativa como empresa econômica e ainda colocá-la como um instrumento de luta política. No PA Zumbi dos Palmares a causa da não concretização desses dois objetivos não pode ser imputado meramente à premissa de que eles vão de encontro aos interesses do campesinato, já que rompe com a sua racionalidade perante a terra, mas à forma de gestão da COPAZ que

quebrou alguns princípios da cooperação: o poder de decisão coletivo, a descentralização e a transparência da gestão levantando mais da metade dos cooperados contra a mesma. Por outro lado, a liberação das lideranças do fazer cotidiano para fortalecer a luta não teve também o respaldo necessário dos assentados confirmando uma afirmação antiga do Movimento de que: “ainda não conseguimos superar a contradição entre promover o desenvolvimento econômico dos nossos assentamentos e contribuir no avanço da luta do MST pela Reforma Agrária”. (MST, 1993, p. 50).

Alguns teóricos que dão assessoria ao movimento, a exemplo de Ademar Bogo (1999), negam a racionalidade camponesa, propondo romper com os valores considerados individualistas do campesinato. Sendo assim, podemos entender que eles não acreditam na capacidade do campesinato fazer história e que isso seria atribuição exclusiva da classe operária. Nesse sentido, concordamos com Martins (2000b, p.159) quando afirma que:

Em nossa tradição de esquerda, que é muito frágil, difundiu-se a suposição equivocada, e nem um pouco marxista, de que só o operário faz a História e de que a fábrica é o cenário privilegiado da ação operária e da revolução. A consciência verdadeira seria, assim, a consciência operária. Isso é relativamente verdadeiro só em termos filosóficos. [...] Mas o próprio Marx já havia demonstrado, cientificamente, que há uma enorme distância entre o sujeito filosófico e o sujeito da revolução. Por quê? Porque entre um e outro se interpõem as mediações, as muitas relações sociais [...].

Existe uma corrente de intelectuais de esquerda que consideram que o MST precisa problematizar suas ações perante a organização da produção, pois embora seus objetivos com este tipo de organização estejam vinculados à construção de uma sociedade calcada em valores de igualdade, se faz necessário compreender os anseios dos camponeses assentados. O individualismo do campesinato, como o movimento claramente menciona, é entendido como parte de um contexto maior, de sujeitos sociais históricos que buscam reproduzir seus valores vinculados à terra, trabalho e família no assentamento.

Nesse sentido, corroboramos com a ideia de Oliveira (2002) quando afirma que não se pode tirar dos camponeses o sonho histórico da produção individual autônoma. Tudo indica que o distanciamento entre as aspirações e os projetos postos em prática decorre de estigmas ainda profundamente incrustados em nosso meio, consubstanciado na recusa em admitir, de fato, a existência dos camponeses.

Oliveira (1994) propõe como alternativa ao modelo de cooperativa proposta pelo

MST, uma agricultura de resistência baseada principalmente na policultura. Esta seria uma das possíveis soluções para os entraves que ocorrem no interior dos assentamentos. Nas palavras do autor:

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta [...]. Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro. Estamos pensando numa alternativa defensiva [...]. Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1994, p. 49-50).

Em seguida apresentamos a discussão sobre a racionalidade camponesa e a forma de organização da produção e do trabalho dos camponeses assentados do PA Zumbi dos Palmares.

3.4 - A racionalidade da produção camponesa

Mesmo que tenham ocorrido experiências coletivas exitosas no período do acampamento, verifica-se forte resistência dos camponeses para a sua implantação no assentamento após a conquista da terra. Isto porque, como bem afirma Schreiner (2002, p. 307), os camponeses ou os acampados (que nem sempre são camponeses), “têm como principal objetivo obter a terra para a reprodução do seu modo de vida, com sua produção gerenciada pelo trabalho familiar e suas relações de cooperação comunitárias. Não se trata de mera restauração do passado, mas de escolhas de valores”.

Silva (2004), ao estudar as formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS, constatou que para uma parcela dos assentados, a coletivização representa uma ruptura com a tradicional articulação entre família, terra e trabalho, responsável pela estruturação de suas formas de pensar, trabalhar e conceber o mundo social. Isto revelaria o desencontro entre as ideias defendidas pelo MST e a cultura dos assentados.

O MST possui um projeto maior de transformação da sociedade, uma sociedade

calcada nos valores “humanistas e socialistas”. Nesse sentido, o MST/CONCRAB coloca como perspectiva a busca de uma concepção que traga:

desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve está vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistência ao capitalismo. (CONCRAB, p.8, 1995).

Entretanto, há dificuldades para se inserir junto aos camponeses as concepções socialistas do mundo. Nesse sentido, para Martins (2000) a propriedade privada, mesmo em uso comunitário, apresenta-se como um limite nas suas implicações políticas, sociais e ideológicas. A proposta de transformações social entre os camponeses estaria limitada a um curto e transitório período de luta pela terra.

Logo, mesmo que o MST tenha o objetivo de cessar e/ou diminuir, através das cooperativas, a sujeição da renda da terra ao capital, para o campesinato o mercado é “um meio e não o fim”, pois o camponês possui uma racionalidade diferente da imposta pelo capital, sua produção não visa fundamentalmente à obtenção do lucro. A racionalidade camponesa consiste na produção para a subsistência através da produção familiar em sua unidade produtiva, gerindo o seu tempo e gasto de força de trabalho demonstrando uma relativa autonomia no processo produtivo.

Ao se referir à racionalidade camponesa, Martins (2002) afirma que a liberdade do camponês está impressa no processo de produção, já que ele detém seus meios de produção, e controla o que e como produz. Para Martins:

O camponês é livre na medida em que é dono de seus instrumentos de trabalho ou no mínimo, dono de sua vontade de quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender. Na medida em que é livre dono de seu próprio trabalho. As determinações do mercado não estão imediatamente presentes no processo de trabalho. A liberdade na situação social do camponês está no meio do caminho entre a dependência pessoal e a igualdade (2002, p.64).

Referindo-se a essa racionalidade, Marcos e Fabrini (2010) acrescentam que embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados, a racionalidade da família é a de produção mercantil simples (M-D-M) e que esse tipo de produção de autoconsumo confere à agricultura camponesa relativa autonomia e autossuficiência.

Essa relativa autonomia no processo produtivo combinada com outras atividades faz com que o camponês resista e se recrie dentro do modo de produção capitalista. Correia

(2011, p. 270), em sua análise sobre o processo de resistência e recriação dos camponeses nos municípios de Nova Floresta e Teixeira, localizados no estado da Paraíba, verificou que estes se recriam a partir da:

[...] combinação de várias formas de trabalho que vão desde o trabalho familiar, ao sistema de parceria, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho “acessório”, e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas como o pequeno comércio, o serviço público e a docência em escola pública. Essas diversas formas de relações de trabalho surgem como resistência à forma de trabalho assalariada tipicamente capitalista.

A seguir analisamos a organização da produção e do trabalho dos camponeses do PA Zumbi dos Palmares buscando entender a racionalização ali presente.

3.4.1 - A organização da produção e do trabalho dos assentados do PA Zumbi dos Palmares

Uma característica do campesinato é a produção com base na policultura, ou seja, a organização da produção focada na diversidade de cultivos. Tal fato ocorre por diversos motivos, dentre os quais destacamos o abastecimento familiar. Como a racionalidade do camponês é a produção para o autoconsumo, é necessário obter uma variedade de alimentos para abastecer a família. Por outro lado, eles conhecem os limites do uso do solo com um único tipo de cultura como relata um assentado: “É melhor plantar várias coisas do que só um porque se não a terra cansa... se a gente ficar plantando só batata quando for plantar outra vez vai dar prejuízo, porque a terra já vai tá cansada.” (depoimento do assentado R. P. B., PA Zumbi dos Palmares, Janeiro de 2014).

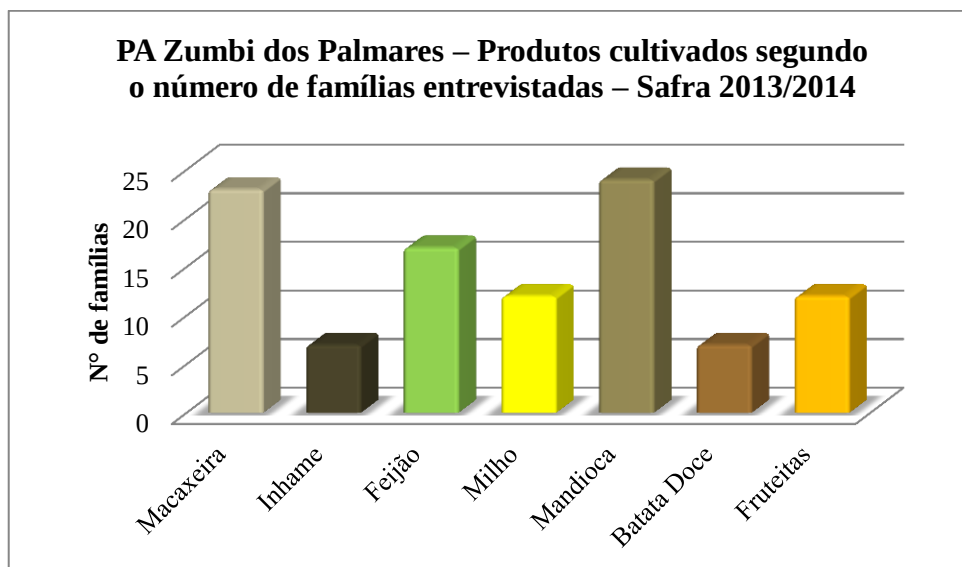
No PA Zumbi dos Palmares os camponeses assentados organizam sua produção cultivando em seus respectivos lotes variados tipos de culturas, quais sejam: macaxeira, inhame, feijão, milho, mandioca, batata-doce e fruteiras (Gráfico 3). No processo de produção, segundo os próprios assentados, não são utilizados agrotóxicos, ou seja, os produtos são cultivados de forma totalmente livre de produtos químicos, como explicam dois assentados por nós entrevistados.

Aqui eu planto de tudo, planto macaxeira, mandioca, fava, milho, feijão... e isso é bom pra natureza né... eu como tudo e também dou para o povo, só não como a mandioca porque eu posso até morrer.

A gente é conscientizado pelo movimento pra não usar veneno porque prejudica a saúde, nós fazemos veneno orgânico pra combater as pragas.

Percebemos, então, uma diferença com relação à agricultura capitalista, que prioriza a utilização da monocultura em vastas áreas em conjunto com o uso intenso de agrotóxico, ocasionando uma série de problemas ambientais e para a saúde.

Gráfico 3



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado por Nielson Lourenço.

Como observado no gráfico acima, as duas culturas mais plantadas pelos camponeses são a macaxeira e a mandioca (Figura 11). Um dos motivos para que isso ocorra é que essas culturas se adaptam facilmente a solos arenosos, como grande parte dos solos das áreas das manchas de tabuleiro encontradas no PA, os custos de produção são baixos, ficando restrito apenas à preparação do solo e a limpeza e é praticamente dispensável o uso de insumos.

Somado a isso, o fato de haver uma demanda por mandioca, sobretudo das casas de farinha localizadas no estado de Pernambuco, isto é, de ter a certeza de existência de um mercado, influencia a manutenção deste tipo de cultivo no assentamento. Isso mesmo considerando que a comercialização é realizada com os atravessadores que determinam o preço e a forma de pagamento.

Há, portanto, uma sujeição da renda da terra do camponês, mas não do seu trabalho em si, pois nesse processo produtivo há o controle de tempo e do gasto da força de trabalho proporcionando, assim, uma relativa autonomia. Mesmo em face da subordinação, a venda da mandioca permite aos camponeses obterem renda para atender as suas outras necessidades, podendo comprar mercadorias que não são produzidas por eles.

Figura 11 – Camponês cultivando a macaxeira em seu lote



Arquivo: Nielson Lourenço – Pesquisa de campo. Janeiro de 2014

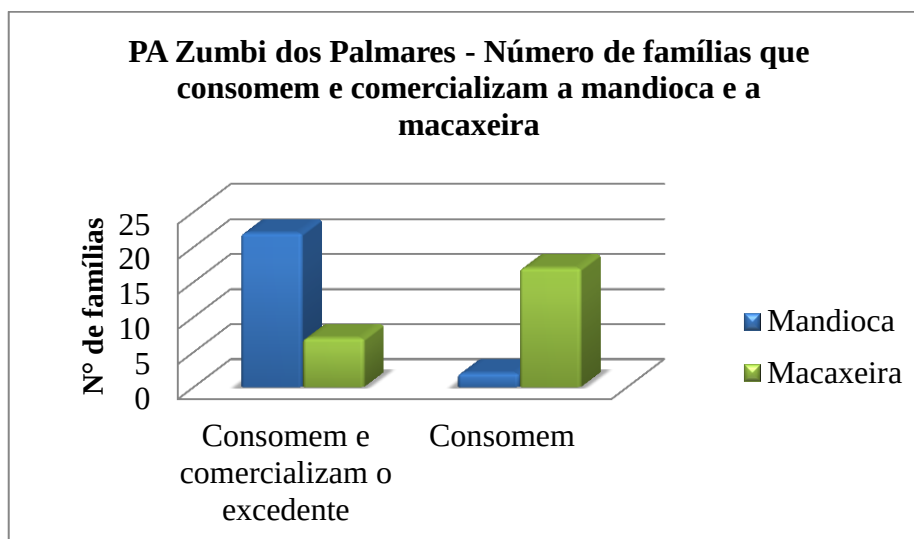
Além de serem comercializadas, a macaxeira e a mandioca são utilizadas para o consumo, como pode ser observado no Gráfico 4. A mandioca é usada em forma de farinha, produzida em uma casa de farinha artesanal existente no próprio assentamento (figura 12). Segundo relatos de alguns assentados, a casa de farinha pela sua estrutura artesanal, não permite que todos assentados nela produzam sua farinha.

Figura 12 – Casa de farinha artesanal do assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: Pesquisa de campo – Janeiro de 2014.

Gráfico 4



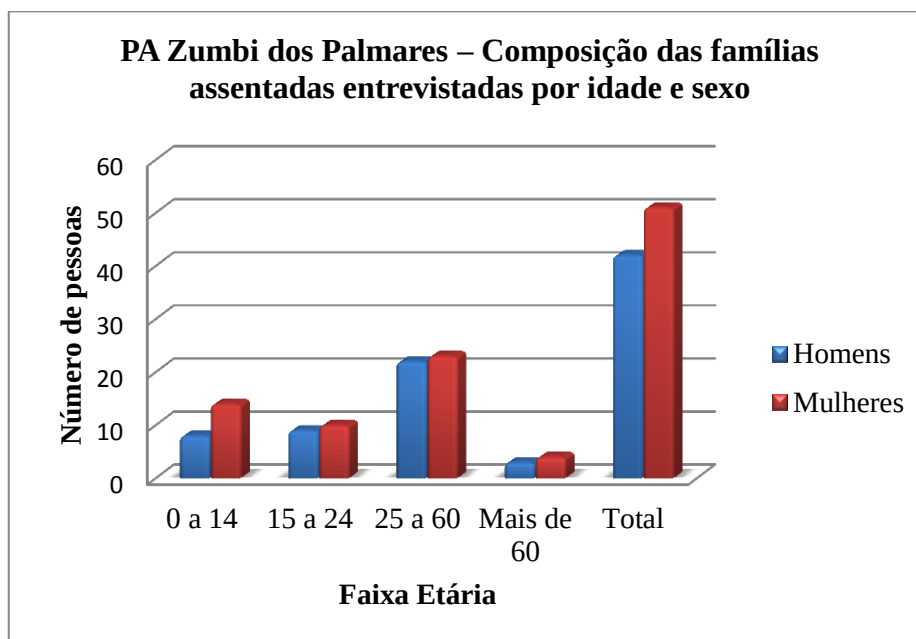
Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.

Elaborado por Nielson Lourenço.

Durante o processo produtivo da mandioca, a principal forma de trabalho utilizada é a familiar. A maioria dos integrantes das famílias entrevistadas (64 pessoas) possuem entre 15 e 60 anos (Gráfico 5), ou seja, os assentados estão numa faixa etária considerada produtiva do ponto de vista da força de trabalho, havendo apenas 7 pessoas acima de 60 anos. Entretanto, as famílias possuem em média 4 integrantes, assim sendo, há momentos de sobrecarga da força de trabalho, sobretudo no período da colheita e da limpa. Por isso, muitas vezes não é possível realizar essa etapa do processo produtivo apenas com a mão de obra familiar. Então o assentado combina sua força de trabalho e a da sua família com mão de obra assalariada temporária, contratada verbalmente. Regra geral contratam poucas pessoas do próprio assentamento pagando por diária em média, R\$30,00 (Gráfico 6).

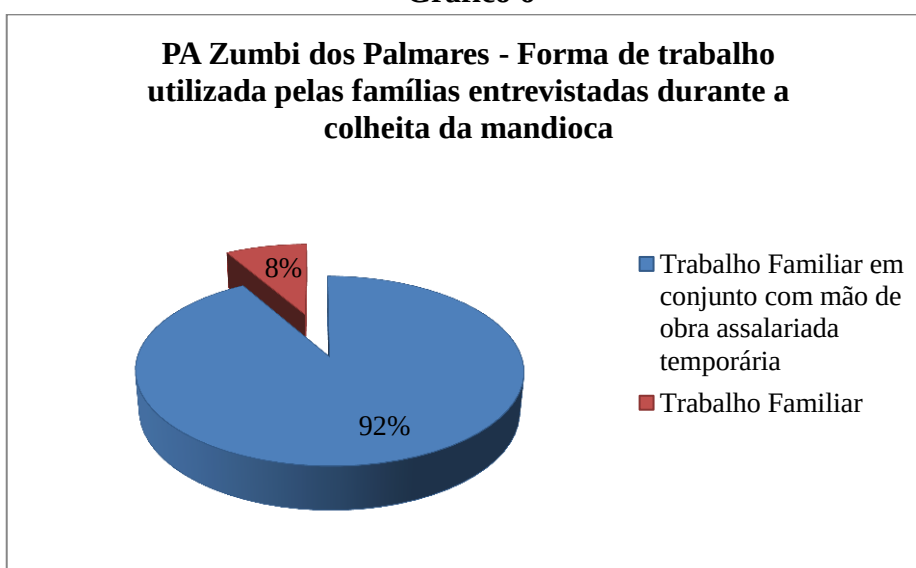
Correia (2011, p. 216) ressalta que mesmo com a implantação do sistema de assalariamento na unidade camponesa, “não vai existir uma relação de oposição entre empregado e empregador, uma vez não se trata de relações opostas, pois ao mesmo tempo em que o camponês-patrão, os demais membros da família e o camponês assalariado estão juntos trabalhando nas mesmas tarefas agrícolas, estão se materializando no mesmo processo de trabalho e se recriando ao mesmo tempo”.

Gráfico 5



Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.

Gráfico 6



Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.

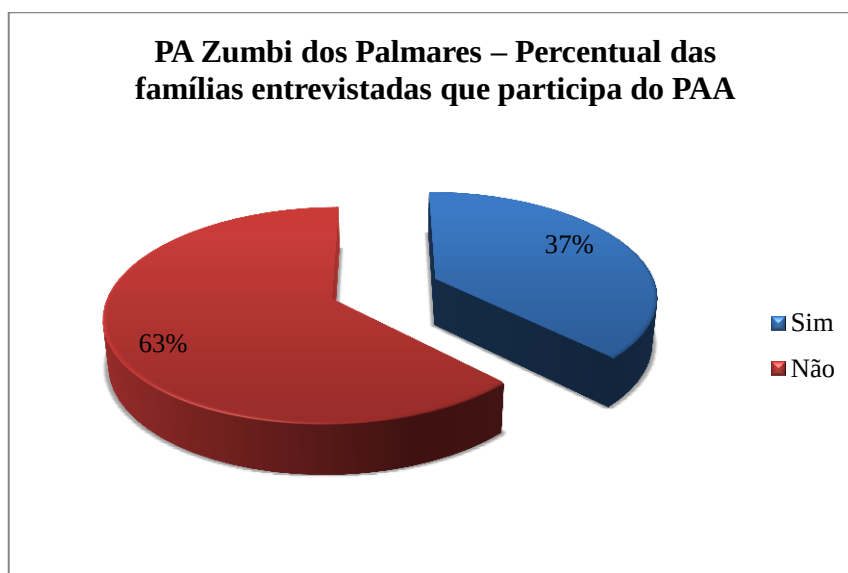
Elaborado por Nielson Lourenço.

Além de comercializarem a produção com os atravessadores, os assentados também comercializam com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Tal Programa foi criado em 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo parte integrante do Programa Fome Zero. Seu objetivo consiste em:

[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. (BRASIL, 2010).

Este programa é uma das melhores formas de comercialização da produção dos assentados, pois ele permite uma garantia na venda do produto, além de diminuir a exploração dos atravessadores. Isso possibilita um aumento na renda, contribuindo para o fortalecimento da agricultura camponesa. Entretanto, nem todos os assentados participam do programa. Dentre os entrevistados, apenas 37% participam (Gráfico 7), dos outros 63% (15 famílias) que não são cadastrados no programa, 33% não informaram o motivo de não participarem, 27% são aposentados, 20% possuem dívidas no sistema bancário e 20% não utilizam sistema de irrigação e por isso, em certos períodos, não produzem o suficiente para comercializarem. Essas são as principais razões para a maioria dos entrevistados não aderirem ao PAA. Ademais, é necessário que haja um fortalecimento do PAA, pois “ele é um programa e não um direito, não faz parte de uma política agrícola de desenvolvimento do campo, ele pode ser retirado a qualquer momento.” (THOMAZ, 2010, p.186).

Gráfico 7



**Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.
Elaborado por Nielson Lourenço.**

3.4.2 – Formas complementares de renda dos assentados

Além da comercialização da produção agrícola, outra forma dos assentados complementarem a renda familiar se dá através da participação em Programas de transferência de renda do governo federal, sendo o principal deles o Bolsa Família. Outra fonte complementar da renda familiar advém das aposentadorias dos familiares que vivem na mesma casa.

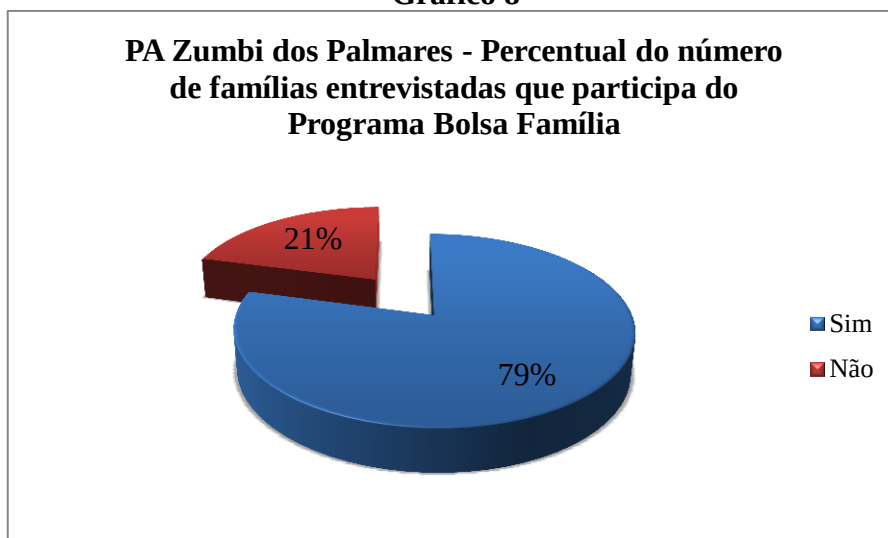
a) O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi implantado pelo governo federal brasileiro em outubro de 2003, reunindo quatro programas de transferência de renda anteriores – Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação – sob gestão unificada. Seu objetivo é combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social. As famílias participantes do Programa têm algumas obrigações a serem cumpridas, tais como: a garantia de frequência escolar mínima das crianças atendidas e a participação em determinadas ações de saúde pública. (SENNA, 2007).

Como podemos observar no gráfico 8, 79% das famílias participam do Programa Bolsa Família, isso equivale a 19 famílias das 24 entrevistadas. Esse recurso auxilia as famílias na compra de material escolar e de alimentos que não produzem, especialmente nos períodos de secas. Certamente, apenas com essa renda as famílias não conseguem atender as suas necessidades básicas, mas sem ela isso seria mais difícil. Logo, a participação dos camponeses do PA Zumbi dos Palmares nesse programa está contribuindo para a sua recriação. Os relatos de dois assentados elucidam muito bem essa questão:

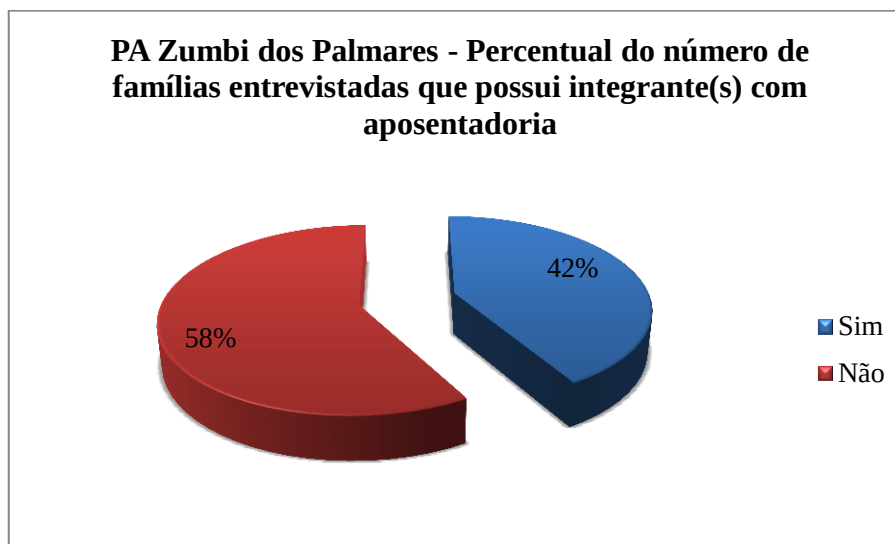
1º - É um dinheiro certo, é uma ajuda, é bom pra comprar o material pra o menino estudar... você sabe que na agricultura é assim né, tem vez que dá produção, tem vez que não, aí a bolsa família ajuda nisso né.

2º - É uma ajuda né, se a gente pudesse nem teria... é uma ajuda que manda para os pobres, num dá pra viver a vida toda, mas ajuda, eu penso assim, mas tem gente que é contra né!.

Gráfico 8

**Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014
Elaborado por Nielson Lourenço**

Além da Bolsa Família a aposentadoria contribui também na complementação de renda familiar. Dentre as famílias entrevistadas, 42% possuem pelo menos um integrante da família aposentado (Gráfico 9).

Gráfico 9

**Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.
Elaborado por Nielson Lourenço.**

b) Trabalho acessório

O trabalho acessório é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; “essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa”. (OLIVEIRA (1987, P.69).

Autores clássicos como Chayanov e Kautsky já discutiam essa questão do trabalho acessório. Segundo Paulino (2003, p.38) eles não divergiam teoricamente sobre essa questão, pois para Kautsky a sobrevivência do camponês não depende, no limite, do trabalho acessório, e sim da preservação dos meios de produção, já que na impossibilidade de aumentar a renda da família com a venda esporádica da força de trabalho, ele irá sobreviver mesmo em condições piores.

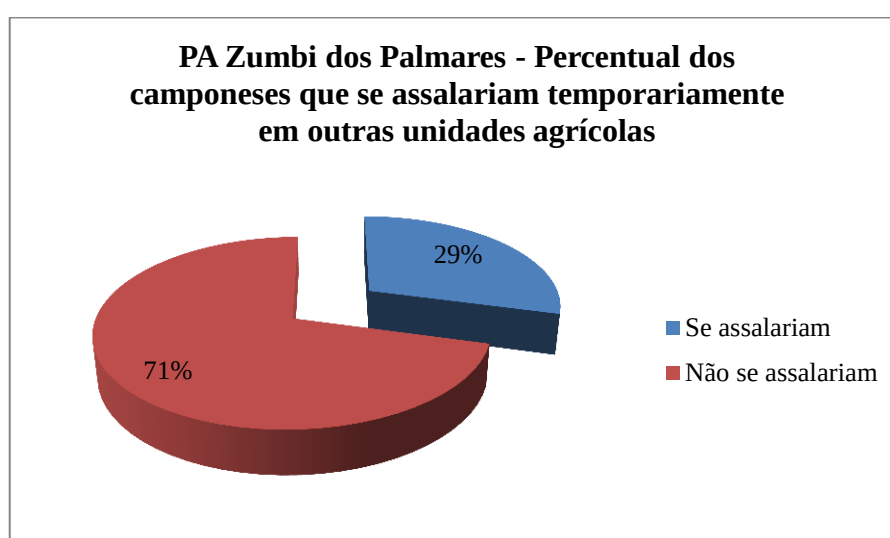
Para Chayanov, o camponês irá buscar um trabalho acessório quando verificar que terá uma remuneração elevada que o leve a diminuir o dispêndio de força de trabalho em sua unidade produtiva. Nas palavras do autor:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que pueden aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas. (CHAYANOV, 1974, p. 120).

Paulino (2003) analisando a obra de Chayanov (1974), afirma que para este autor, a procura por trabalho fora de unidade de produção camponesa contribui para a manutenção da condição de camponês. Ela afirma ainda que para Chayanov, o fato do camponês conseguir acumular algum dinheiro não significa sua transformação em um pequeno burguês, “pois a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas está na lógica interna da exploração e organização” (p.39). Além disso, é importante destacar que, para Chayanov (1974), “uma vez restabelecido o equilíbrio interno, a família camponesa tende a retomar a condição nuclear de sua existência social”. (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.35).

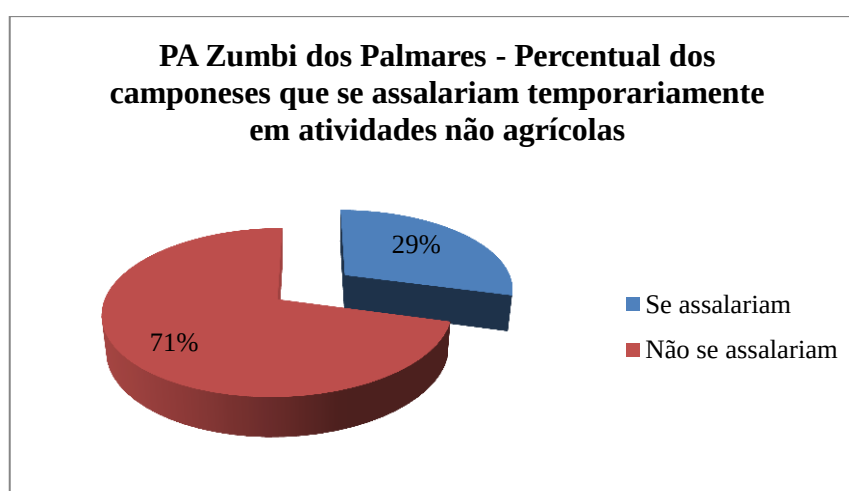
No caso do assentamento estudado, verificamos que apenas 29% dos camponeses combinam o trabalho em seu lote com o trabalho acessório, seja este tipo de trabalho realizado em atividades agrícolas e/ou não agrícolas (Gráficos 10 e 11). No que diz respeito às atividades agrícolas, alguns deles afirmaram que se assalariam nas usinas de açúcar e destilarias de álcool localizadas nos municípios vizinhos, e em relação às atividades não agrícolas, muitos deles se assalariam na construção civil. De acordo com os entrevistados, a busca por este tipo de trabalho ocorre, sobretudo, nos períodos de seca quando há uma baixa na produção.

Gráfico 10



**Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.
Elaborado por Nielson Lourenço.**

Gráfico 11



**Fonte: Pesquisa de Campo – Janeiro de 2014.
Elaborado por Nielson Lourenço.**

Conclui-se, com base no exposto, que os programas governamentais e o trabalho acessório contribuem para que os camponeses assentados resistam na terra. Além disso com os alimentos que produzem nos seus lotes conseguem abastecer suas famílias obtendo, assim, uma relativa soberania e segurança alimentar. O problema que está posto, no caso do PA Zumbi dos Palmares, é a não sustentação da produção coletiva colocando em questão a teoria defendida pelo MST de ser o caminho das ações coletivas a forma de luta mais eficiente contra o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos conceitos aqui abordados, das análises feitas com base nos dados disponibilizados pelo IBGE e pelo INCRA, dos documentos acerca da cooperação do MST e dos trabalhos de campo realizados, tentamos ao longo desta pesquisa entender quais as razões que levam os camponeses a praticarem ou a rejeitarem a cooperação e como isso interfere na resistência deles na terra, a partir do estudo da realidade encontrada no PA Zumbi dos Palmares.

Constatamos ao longo desta pesquisa que o espaço agrário da microrregião de Sapé e do município de Mari-PB sofreram impactos positivos na sua estrutura fundiária nas últimas duas décadas em decorrência da quantidade de propriedades desapropriadas e da consequente redistribuição da terra. Os valores do índice de Gini demonstram que a redução da concentração fundiária foi maior nos municípios onde se deu a criação de um número maior de projetos de assentamento.

A conquista dessas frações do território pelo campesinato acarretou uma mudança na configuração territorial daquela microrregião. De fato, o território de exploração da cana-de-açúcar, pautado na intensa exploração e na precarização do trabalho, organizado com base em imensas propriedades monocultoras que se construíam e reconstruíam no rastro da expulsão-expropriação dos camponeses, foi em grande parte substituído por um território pautado na policultura, na pequena unidade produtiva e na produção familiar que propicia uma maior autonomia no processo produtivo, algo que anteriormente era impossível.

Contudo, é importante ressaltar que as relações tipicamente capitalistas não foram extintas; elas ainda predominam, principalmente nos latifúndios, pois mesmo com a criação dos assentamentos a concentração de terras ainda é grande no conjunto da região e a cana-de-açúcar não desapareceu da paisagem.

Não resta dúvida, que a criação de Projetos de Assentamento na microrregião proporcionou uma melhoria nas condições de vida da população assentada. No Assentamento Zumbi dos Palmares temos uma evidência empírica dessas mudanças positivas na vida dos sujeitos envolvidos na luta pela terra. Agora eles produzem alimentos para o abastecimento familiar, possuem suas casas, têm acesso à educação formal, à energia, à água dentre outros serviços básicos. Diferentemente do período do acampamento

e mesmo antes do mesmo, quando sua situação de vida era muito precária, sujeita muitas vezes à violência e à fome como relata uma assentada:

Você acredita que é melhor viver aqui no assentamento do que em rua (cidade), porque lá só tem tragédia, morte, e aqui não, a gente dorme de porta aberta... sem falar que a gente passa muita dificuldade na rua(cidade), **aqui em sítio não, a gente tem o que plantar e o que comer**, se tiver uma laranja na rua(cidade) as pessoas tem que comprar, aqui não, aqui a gente planta.

Todos esses elementos nos mostram a importância da territorialização da luta pela terra, da permanência do MST na luta para conquistar novos territórios, baseado em novas relações sociais, que promova a dignidade humana e rompa com uma trajetória de vida marcada pela exclusão social, pela miséria, pela marginalidade e pela exploração do trabalho que caracteriza tanto os camponeses sem terra como os moradores de favelas e periferias urbanas.

Além disso, vemos que o assentamento rural é a materialização da contradição da dinâmica do capital, ou seja, que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual e combinado. “Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (...) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção.” (OLIVEIRA, 2004, p.36).

Evidentemente que o capital tenta a todo custo continuar a exploração dos camponeses, seja a partir de investidas do capital financeiro através de financiamento bancário, seja através da monopolização do território no qual o capital industrial absorve parte da renda do camponês na circulação de suas mercadorias, algo que está presente no assentamento estudado.

Frente ao desafio de resistir às mazelas decorrentes do avanço do capitalismo no campo, o MST tem como estratégia o desenvolvimento de práticas de cooperação, através da qual organiza a produção dos assentamentos com base nas Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs, da implementação da cooperação entre os assentados mediante a coletivização da terra, da produção e dos meios de produção.

A pesquisa demonstrou que no assentamento Zumbi dos Palmares a ocorrência das práticas de cooperação mediadas pelo MST durante o período de luta pela terra proporcionou uma maior ligação entre os sujeitos envolvidos na luta. O exercício do mutirão, considerado pelo movimento como uma forma de cooperação simples, e também

a união entre eles para se defenderem das investidas dos latifundiários, fortaleceu a resistência dos camponeses na terra. Vale ressaltar que também houve conflitos internos durante o acampamento, todavia, o que prevaleceu foi a consolidação de pertencimento ao grupo o que é ilustrado no depoimento abaixo:

Quando a gente tava na barraca era tudo coletivo, era tudo nosso né! depois que cada um ficou nas suas casas que ficou meio dividido... como era tudo bem pertinho, as barracas uma juntinha da outra, tudo que acontecia tava todo mundo junto. Minha menina queimou-se quando a gente tava nas barracas, na hora todo mundo socorreu, um tirou a gasolina de uma moto pra ajudar, o outro saiu me levando, quer dizer: “todo mundo era mais unido.” Hoje ainda tem união, mas não é a mesma coisa de como era nas barracas.

Após a conquista da terra os desafios continuam e a estratégia da cooperação também, mas, contraditoriamente, o modelo de cooperação estruturado na COPAZ vem sofrendo resistência por parte dos assentados. Com base no estudo feito pareceu-nos que as razões dessa resistência estão em parte relacionadas ao caráter político do sistema de cooperativa assumido pelo MST desconsiderando as características socioculturais dos camponeses e recusando o seu modelo de organização da produção que é baseado na tríade terra, trabalho e família por considerá-lo irracional e individualista. Somado a isto, a centralização do poder nas gestões ao longo da existência da COPAZ, sem a participação de todos os cooperados nas tomadas de decisão, dificultaram a permanência da maioria dos assentados como cooperados. Essa foi sem dúvida a razão maior da crise vivenciada pela COPAZ. No nosso entender, os assentados de Zumbi dos Palmares não são contrários ao trabalho coletivo, mas a forma de gestão por ele assumida. Cabe, portanto às lideranças do MST reverem essa questão, uma vez que os que saíram da cooperativa o fizeram não visando produzir por si, individualmente, mas ao contrário, visaram continuar num sistema coletivo estruturado, porém com outras bases.

Não se pode obscurecer que a conjuntura socioeconômica também traz dificuldades para a implementação do sistema de cooperativa nos assentamentos do MST. Isto porque as políticas agrícolas do Estado voltadas para o campesinato reformado ou não, não estimulam nem fortalecem os sistemas de cooperativas dos assentamentos rurais. Por outro lado, assiste-se ao Estado subsidiar o agronegócio, um modelo de agricultura voraz que legitima ainda mais a permanência da concentração fundiária, a utilização massiva de insumos químicos e a exploração do trabalho, com fortíssimos investimentos.

O desafio colocado para as cooperativas do MST é o de tentar conciliar o seu projeto político sem destruir a autonomia camponesa, ou seja, fortalecer ainda mais a agricultura baseada na policultura sem o uso de agrotóxicos, baseada na produção de alimentos que agreguem valor de mercado, para tentar aumentar a renda dos camponeses, porém de forma que estes sejam partícipes desse processo e livres da dominação de um grupo sobre os demais.

A continuação do MST na luta por projetos de comercialização junto ao Estado é fundamental. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, por exemplo, tem se mostrado eficaz nesse sentido, pois garante aos camponeses assentados a comercialização da sua produção e, conseqüentemente, o aumento da renda. Além disso, diminui a subordinação dos camponeses aos intermediários no processo de circulação da produção, como bem descreve um assentado: “Nós vendemos a macaxeira por R\$1,00 ao PAA, mas se fosse ao atravessador seria R\$0,50 ou até menos, e eles vendem na cidade por R\$2,00 o Kg.” Assim, transformar esse programa em uma política pública para que ele se torne permanente é um grande desafio e uma das agendas de luta que deve ser encampada pelos assentados e pelos movimentos sociais. A construção da casa de farinha para possibilitar a autonomia no beneficiamento da mandioca e ampliar o trabalho coletivo também fortalecerá os vínculos e a autonomia dos assentados.

Assim, vemos que as alternativas dos camponeses para resistirem na terra passam por diversas estratégias, seja no âmbito da cooperativa, seja na busca de novas formas de sociabilidade, como a criação da associação. Somado a isso, há também o trabalho familiar nos lotes, o trabalho acessório quando se faz necessário, a participação de programas como Bolsa Família e o PAA, ou seja, uma diversidade de opções que juntas contribuem para a permanência deles na terra.

Pudemos também constatar que o assentamento Zumbi dos Palmares é a materialização do território de esperança. Conquistado pela luta dos trabalhadores por melhorias concretas de suas condições de vida, para acabar com a exploração ou a marginalização a que antes eram submetidos pelo capital, este território novo, pleno de contradições e de conflitos é também um território marcado pela luta pela construção de “uma forma diferenciada de organização social diferente daquela marcada pela bestialidade da exploração” (MOREIRA, 2006, p.6).

Não se quer dizer com isto que o PA Zumbi dos Palmares é um território “emancipado” de todas as formas de controle do capital, pois ele está inserido num modo

de produção no qual as relações tipicamente capitalistas são dominantes. Mas ele sinaliza claramente, através da associação e da cooperativa, dos grupos de coletivos existentes, a busca de novas alternativas que possibilitem a ruptura com a lógica dominante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. O MST e a Formação da Consciência de Classe Trabalhadora: ideologia política ou realidade camponesa?. Formação (Presidente Prudente), UNESP/FCT, v. 01, n.º 12, p. 239-286, 2005.

ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales. 7.ed. Buenos Aires Humanitas, 1978. Parte I, Capítulo 1.

ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. *Eles, a cooperativa*: um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013 – Perfil do Município de Mari. Disponível em: Downloads/AtlasIDHM2013_Perfil_Mari_pb.pdf.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELI, Neide. *Et all* (Org.) **Eu marcharei na tua luta!**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 174 p.

BOGARDUS, Emory. Cooperação: Princípios. São Paulo: Editora Lidador, 1964.

BOGO, A. Lições da Luta pela Terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Programa de aquisição de alimentos - PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Brasília: MDS, 2010. 23 p.

BRUNI, L. (2005). Comunhão e as novas palavras em economia. São Paulo, SP: Cidade Nova.

CAMARGO, L. C. (1960). Cooperação e cooperativismo: Vol. 4. Cadeira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CHAYANOV, A. V. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.

Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In:

SILVA, José Graziano da Silva. A questão agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CONCRAB. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. Cadernos de Formação nº 20. São Paulo, 1993.

_____. Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos. Caderno de Cooperação agrícola nº 4. 1995.

_____. Quatro Anos Organizando a Cooperação. São Paulo: Concrab. 1996.

_____. Cooperativas de Produção: Questões Práticas. 3. ed. São Paulo: Concrab. Caderno de Formação 21. 1997.

_____. Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo: Concrab. Caderno de Cooperação. nº 5. 1997b.

_____. Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Cadernos de Cooperação Agrícola nº 08. São Paulo: Concrab, 1999.

_____. O que Levar em Conta Para a Organização do Assentamento. São Paulo: Concrab. 2001.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano / João Pessoa, 2011. Dissertação.

DOURADO, J. A. L. GEOGRAFIA FORA DA SALA DE AULA: importância do trabalho de campo para a Geografia Agrária. Campo - Território, v. 8, p. 1-22, 2013.

FABRINI, João E. Os assentamentos de trabalhadores rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência Camponesa. 2002. Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. In: Geografia. Revista do departamento de geociências. Londrina, v.9, n. 1, jan / jun. 2000. Disponível em <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v9n1.pdf> > Acesso em: agosto/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). Tese em Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo -Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas - Departamento de geografia. 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire S. A. de. (org.) Por uma educação do Campo. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional do Campo. Coleção Por uma educação do Campo No. 5. 2004

FERNANDES, Bernardo M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf

GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE. Censo Agropecuário de 1995.

IBGE. Censo Agropecuário de 2006.

IBGE. Censo Demográfico de 2010.

INCRA. Relação das Áreas de Assentamento da Paraíba. João Pessoa: **Relatório** do Incra, 2010.

KAUTSKY, K.. A Questão Agrária. Tradução de Otto E.W. Maas. São Paulo. Nova Cultural. Os Economistas. 1986.

LACERDA , A. Guedes de. ; MALAGODI, Edgard. Formas de Cooperação e Reforma Agrária. In:Revista Raízes, Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 93–100, jan./dez. 2007

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: Edunioeste, 2003.

LENIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.1990, p. 231.

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. Os camponeses e a práxis da produção coletiva. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, José de S. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Prefácio.. In: (Org). Neide Esterci. Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões Sobre a Prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1984. p. 07-12.

_____. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Reforma Agrária: o Impossível Diálogo. São Paulo: Edusp. 2000.

_____. A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec, 2000b.

_____. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

MARX, K. (1980), O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I.

MOREIRA, Emília. O espaço paraibano enquanto produto do trabalho. João Pessoa: Texto didático, 2003.

_____. Território(s) de esperança. João Pessoa: Projeto de Pesquisa, 2006.

_____. Apontamentos sobre a discussão conceitual de Territórios de Esperança. João Pessoa, Texto para discussão, 2009.

MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Agrário Brasileiro, São Paulo: Brasiliense. 1990.

MOREIRA, E. e TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Universitária, 1997.

MOREIRA, Emília.; TARGINO, Ivan.; NETO, Genaro Ieno.; Organização Interna dos assentamentos rurais da Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. Quito: VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2006.

MORGAN, D. Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series. 16. London : Sage Publications, 1997.

MME. Diagnóstico do Município de Mari. Projeto Águas Subterrâneas. Ministério das Minas e Energia (2005). Disponível em:
<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/MARI110.pdf>. Acesso em 15/07/2011

NOVAES, R. C. R. De Corpo e Alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997. p. 35-71. 238 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 58, set. 1981.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1987, 88p. (Col. Princípios, 68).

_____. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. (Mimeografado).

_____. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. nº 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: ICGE, p. 24-54, 1994.

_____. A Geografia das Lutas no Campo. 8ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Mara Edilara B. De. **Terra, Trabalho e Escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. João Pessoa:** Dissertação de Mestrado. DGEOC/UFPB, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e Vida – a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Tese de doutorado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo: 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

PAULO NETO, J. Introdução. In: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982. p.07-21.

PIRES, Maria L. L. e Silva. O cooperativismo agrícola em questão. Recife: Massangana Editora, 2004.

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, E. Ernesto do. Cooperativismo e Território: questões sobre a COAPECAL em Caturité-PB. 2009. p. 127 Dissertação – (mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS, M. Por uma geografia nova. São Paulo : HUCITEC, 1980.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. Psicologia e Sociedade (Impresso), v. 19, p. 84-94, 2007.

SENNA, Mônica de Castro Maia. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. In: Revista Katál. Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 86-94, jan/jun.2007.

SCHREINER, D. F. Entre a e Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Tânia Paula da. As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS. 2004. Dissertação de mestrado em Geografia. Presidente Prudente/SP. Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências e tecnologia Campus de presidente prudente/SP.

SOUTO, Jackson Vital. Entre a Contestação e a Superação: A produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari. 2007. 197 f. Dissertação de Mestrado em Administração. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

SOUZA, Francisco de Assis lemos de. **Nordeste: o Vietnã que não houve Ligas camponesas e o golpe de 64**. 1a. ed. João Pessoa/Londrina: UFPB/UEL, 1996. 375 p.

SURTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em geografia**. In: Revista Geografia. Niterói/RJ. V. 7. P.92-99, 2002.

STEDILE, J. e FERNANDES, Bernardo M. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil. 2.ed. São Paulo: expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMAZ, Fernanda. A organização do trabalho camponês na visão de Clodomir Santos de Moraes. In anais da XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.

_____. O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): contradições e avanços estudo de caso da Copava. 2010. Dissertação. São Paulo: Universidade de São Paulo -Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas - Departamento de geografia.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

Município: _____

Assentamento: _____

Aplicador do questionário: _____

Data: ____/____/____

I. DADOS DO ENTREVISTADO:

1. Nome: _____

2. Idade: ____

3. Onde mora (no assentamento – agrovila ou lote)? _____

4. Onde nasceu (cidade, zona rural ou urbana (se morava no sítio ou na zona rural e a mãe deu a luz na maternidade, considerar a origem rural): _____

5. Estado civil: Casado(a) () Solteiro(a) () Se for casado com que idade se casou? _____

6. Tem filhos? () Sim () Não. Se sim, quantos? _____

II. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO ENTREVISTADO

1. Nome do responsável pela casa: _____

2. Quantas pessoas moram na casa? _____

3. Onde morava a família antes de vir para o Assentamento (**cidade, zona rural ou urbana**) _____

4. Relacionar as pessoas que moram na casa:

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Escolaridade		Ocupação (se trabalha, em que trabalha)	
			(pai, mãe, irmão)	Não estuda (se estudou colocar até que série cursou)	Estuda (qual a série)	No lote	Fora do lote
1-							
2-							
3-							
4-							
5-							
6-							
7-							
8-							

OBS: Ocupações fora do lote. Ex: canavieiro; pedreiro; alugado em outra atividade agrícola; alugado noutro lote; empregado no comércio; empregado em indústria; empregada doméstica; caseiro; outros.

III - PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO

1. Você participou da luta pela terra deste assentamento? Se sim, Como foi a sua participação?
2. Como era a cooperação no período do acampamento? Tinha incentivo do MST na efetivação da cooperação?
3. Qual eram os benefícios de praticar a cooperação?
4. Quais os problemas da prática da cooperação?

IV - TRABALHO E RENDA - DAS CONDIÇÕES DA UNIDADE PRODUTIVA FAMILIAR

1. Utilização da produção

Produção (in natura ou beneficiada)	Quantidade/hectare (Saca/Ton/unidade)	Época do ano em que é colhida?	Quanto é consumido na unidade produtiva familiar(%)?	Quanto vende (%)?	Quem compra a produção? (atravessado, cooperativa)	Qual o preço pago (R\$)?

V – COOPERAÇÃO NOS GRUPOS DE FAMILIAS

- 1) Participa de algum grupo de família? Qual? Quantos integrantes?
- 2) Esse grupo existe há quanto tempo?
- 3) Quem motivou a criar este grupo?
- 4) Como é a rotina do grupo (divisão de tarefas, etc)
- 5) O que o grupo produz? Produz com agrotóxico ou é agroecológico?
- 6) Qual o destino da produção do grupo?

V – COOPERATIVA

1. Faz parte da cooperativa? Se sim, desde de quando?

2. Quantas pessoas da família estão inseridas na cooperativa?
3. De quem partiu o convite para entrar na cooperativa? O que o motivou?
4. Lembra-se do primeiro presidente e vice-presidente da cooperativa? Qual o nome da cooperativa, você sabe?
5. Quanto à natureza da cooperativa: () Serviços – consumo/crédito/escolas () De produção () De trabalho.
 - 5.1 O que representa a cooperativa pra você?
6. Há coletivização dos meios de produção(terra/ instrumentos de trabalho) ? Sim () não (). O que é coletivo entre os cooperados no assentamento?
7. Alguma vez recebeu informações sobre prestação de contas? Quem repassava a informação e de quanto em quanto tempo?
8. O MST, a partir da cooperativa, realiza cursos de capacitação?
9. Como é feito a repartição da produção na cooperativa?
10. Por que motivo saiu da cooperativa?
11. Caso não faça parte da cooperativa, Por que não participa dela?

VI. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA/ INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

1. Participa de alguma associação? O que motivou a participar dela?
2. Em que ano/ mês você começou a fazer parte da associação?

3. Você sabe qual o nome da associação? Sim () Não (). Qual é?
4. Quem é o presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro atual da associação?
5. Que grupo decidiu fundar a associação? Quantas pessoas participavam deste grupo?
6. Quantas reuniões da associação neste semestre você ou alguém da família já participou? Caso tenha sido alguém da família, quem?
7. O que foi discutido na última reunião?
8. Qual o valor da contribuição pago à associação? Você sabe pra que serve esta contribuição? Já precisou utilizar alguma vez?
9. O que é a associação pra você e como ela tem contribuído na vida da família?

VII. POLÍTICAS PÚBLICAS

1. É beneficiado por algum programa social do Estado:
() Bolsa família () Projovem Campo () Projovem Urbano () Projovem Trabalhador () Outro:
2. Participa do PAA, PNAI, ou PRONAF?
3. Qual a importância de cada programa que foi ou é beneficiado para a sua vida?
4. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para a produção coletiva no assentamento, alguma feira específica para os assentados, etc. () Sim () Não Qual?